

Das Amazonias

REVISTA DISCENTE DE HISTÓRIA DA UFAC

**“NA TRAMA DE CLIO: TECENDO
SABERES HISTÓRICOS EM
DIFERENTES PERSPECTIVAS”**

V.6, N.2 (Jul-Dez) 2023



Edufac

APRESENTAÇÃO DE CAPA “NA TRAMA DE CLIO: TECENDO SABERES HISTÓRICOS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS”

Dentre as muitas mitologias estudadas pela História, a grega revela-se com suas diversas narrativas que despertam a atenção e curiosidade daqueles(as) que a contemplam. Uma dessas instigantes narrativas herdadas do mundo helênico diz respeito às musas responsáveis por inspirar artistas e cientistas para as suas criações.

Segundo os contos gregos, Mnemosine, deusa da memória e Zeus, deus dos deuses no Monte Olímpo, tiveram nove filhas imortais que residiam no Monte Hélicon, conhecidas a posteriori como musas. Estas divindades eram celebradas e respeitadas como autoridades nas artes e nas ciências. Calíope, em que se pese, a mais relevante das musas devido sua sabedoria, tinha um dos mais belos timbres vocais já ouvidos na antiguidade. Érato, a adorável e a amável musa, cuja inspiração estava nas poesias líricas e amorosas. Euterpe, musa da vivacidade, música e alegria. Melpômene, musa da tragédia, comumente representada com faca e máscara em mãos. Políminia, divindade retratada como pensativa, inspiração de poesias sagradas. Terpsícore, musa da dança. Tália musa da festividade e da comédia. Urania da astrologia, astronomia e matemática musa da astronomia. Por fim e não menos importante, tem-se a Clio, musa da história, que estampa a presente capa desta edição.

Na pintura do artista francês Pierre Mignard, datada do século 17, atualmente exposta no Museu do Louvre, em Paris, Clio é representada assentada em um trono, com o semblante pensativo, segura em uma de suas mãos o livro do general Tucídides, um dos primeiros historiadores, segundo a cosmovisão grega. Na outra segura uma trombeta, simbolizando a proclamação da História. Ao seu redor existem vários livros, tendo aos seus pés a coroa de louros que lhe dando o justo ar de triunfo. O conjunto destes elementos condizem com a missão deste periódico, que visa mobilizar e envolver pesquisadores, professores e estudantes de graduação e pós-graduação das áreas de Ciências Humanas, Educação e Linguagens, bem como manter relações com as experiências de professores da educação básica e de movimentos sociais das florestas e cidades amazônico-andinas na proclamação da nossa ciência História.

A presente edição que tem por título “Na trama de Clio: tecendo saberes históricos em diferentes perspectivas” traz justamente nossa musa na capa, a fim de representar as mais diversas formas teórico-metodológicas de difusão do conhecimento histórico através dos artigos presentes neste volume.

Geovanna Moraes de Almeida

Licenciada e graduanda de Bacharelado em História, mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre (PPGLI/Ufac), membra do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) e componente do corpo editorial da Revista discente de História Das Amazônias

FICHA TÉCNICA

EDITORA CHEFE

Nedy Bianca M. de Albuquerque

EDITOR ADJUNTO

José Sávio da Costa Maia

EDITOR GERENTE

Lucas Nascimento Assef de Carvalho

AVALIADORES(AS)

Adicleia Nascimento de Souza

Airton José Cavenaghi

Arielson Teixeira do Carmo

Daniel da Silva Klein

David Junior de Souza Silva

Francisco Pinheiro de Assis

Nedy Bianca M. de Albuquerque

Ramon Nere de Lima

Samuel Correa Duarte

Wlisses James de Farias Silva

EDITORES/AS DE ARTE

David de Lima Damasceno

Geovanna Moraes de Almeida

EDITORES(AS) DE TEXTO

Andréia Souza de Araújo

Beatriz da Silva Massari

Camila da Silva Reis

Jaidesson Oliveira Peres

Laianny Martins Silva Efel

Maria de Fátima Bandeira de Souza

Marilsa Aparecida Alberto

Rovílio de Lima Nicácio

EDITORES(AS) TÉCNICOS(AS) –

Editores/as de seção e diagramadores/as

Geovanna Moraes de Almeida

Jardel Silva França

Karolaine da Silva Oliveira

Lucas Nascimento Assef de Carvalho

REVISORES DE ABSTRACT

Camila da Silva Reis

João Marcos Vaz Luckner

REVISORES DE RESUMEN

Ian Cosa Paiva

Jucileide Souza da Silva

EDITOR DE INDEXAÇÃO

Lucas Nascimento Assef de Carvalho

SUMÁRIO

Editorial08

Lucas Nascimento Assef de Carvalho

ARTIGOS

Cultura Política – Um discurso de Getúlio Vargas (1940-1942)11

Pâmela Cristina de Lima

Rondônia e a Ditadura Militar: integração nacional e repressão política (1970-1981)23

Daniel Alves de Almeida

A Gamificação como recurso pedagógico para o ensino e aprendizagem na turma do primeiro ano do ensino médio integrado do Ifac: Contribuições para o processo de letramento digital dos alunos38

Risonete Gomes Amorim

A construção da BR-364 de Rio Branco a Cruzeiro do Sul - Acre: sonhos, desilusões e desafios dos viajantes da estrada51

Fernando Ferreira

Das frestas da conquista: Corpos negros escrevendo a liberdade na saint-domingue (Haiti) do século XVIII68

Armstrong da Silva Santos

Migrações, culturas, (in)tolerância religiosa nas Amazôniaas82

Geórgia Pereira Lima e Lucas Santos Nobre

Haiti: História, silenciamento e religiosidade como tática de liberdade97

Armstrong da Silva Santos

Dona Zita: Amazônida que “puxa” e cura dores e males do corpo112

Enos Botelho Sarmento

EDITORIAL V.6 N.2

A Revista Discente Das Amazôniaas (DAM) compõe o quadro dos três periódicos científicos da área de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH/Ufac), visando estimular e divulgar as produções relativas às “Ciências Humanas, Educação e Linguagens”, mantendo “relações com as experiências de professores da educação básica e de movimentos sociais das florestas e cidades amazônico-andinas”.

Seu diferencial é ser composta por equipe editorial de graduandos e graduados em História da Ufac, além de aceitar submissões escritas por estudantes de ensino superior sem a exigência mínima de mestrado, de modo a fomentar a produção científica inicial, mas, atendendo aos pré-requisitos instados pela Capes que nos resultaram em Qualis B3. E agora a DAM chega ao seu sexto ano com a edição V.6, N.2, por nós denominada de “Na trama de Clio: tecendo saberes históricos em diferentes perspectivas” conforme o caminho celebrado pela musa grega do monte Hélicon a partir da criatividade e eloquência.

Assim inspirada, sem perder de vista nosso foco e escopo, a DAM apresenta a vocês, caros leitores, uma sequência de trabalhos multitemáticos congregando pesquisas de mestrado, doutorado e não menos importante, da graduação em história. Para além disso seguimos novamente com nossa proposta interdisciplinar, portanto nesta publicação também teremos outras áreas envolvidas, seguindo as indicações da Escola dos Annales, contemplado com 08 artigos, assuntos alusivos à política calcadas nas ditaduras do Brasil no Estado Novo e pós 1964, revolução haitiana, educação, religião, cultura e Amazônia, adentrando desta forma em diferentes eixos das Ciências Humanas.

A edição estreia com o artigo “*Cultura Política – um discurso de Getúlio Vargas (1940-1942)*”, escrito pela mestranda em história da Universidade de Passo Fundo (UPF), Pâmela Cristina de Lima, cujo texto analisa o(s) pronunciamento(s) do então presidente, tendo como recorte o discurso político, especificamente na temporalidade de 1940-1942, sobre a Segunda Guerra Mundial e as possíveis ressonâncias no país, fala(s) proferida(s) aos militares brasileiros e publicada em *Cultura Política*, periódico mensal do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Ainda na temática política lê-se “*Rondonia e a Ditadura Militar: integração nacional e repressão política (1970-1981)*” de Daniel Alves de Almeida, mestrando em História também na UPF e professor da rede pública rondoniense, no qual

investiga a utilização sistêmica do aparato de repressão da ditadura civil-militar, como possível ferramenta, durante o processo de reocupação e administração do Território Federal de Rondônia.

Em âmbito do ensino e aprendizagem Risonete Gomes Amorim, mestranda no Programa de Pós-graduação Letras: Linguagens e Identidades (PPGLI/Ufac) e professora de língua portuguesa no Instituto de Ciência, Educação e Tecnologia do Acre (Ifac), aborda em seu trabalho *“A Gamificação como recurso pedagógico para o ensino e aprendizagem na turma do primeiro ano do ensino médio integrado do Ifac: Contribuições para o processo de letramento digital dos alunos”*, cujo objetivo era investigar o uso das tecnologias digitais no aprendizado de língua portuguesa e demonstrar a importância do uso dessas metodologias no processo de letramento, visando a diversidade das linguagens.

Dando continuidade aos artigos científicos, *“A construção da BR-364 de Rio Branco a Cruzeiro do Sul - Acre: sonhos, desilusões e desafios dos viajantes da estrada”* de Fernando Ferreira, mestrando em Diversidade Sociocultural no Museu Paraense Emílio Goeldi, ocupa-se dos aspectos da construção da rodovia 364, trecho Rio Branco a Cruzeiro do Sul no estado do Acre, buscando na memória dos sujeitos sociais dos arredores da estrada por suas experiências vividas desde o início das obras até a conclusão. Em seguida temos Armstrong da Silva Santos, atual coordenador do curso de licenciatura em História da Ufac e doutor em Letras (PPGLI/Ufac), com o seu *“Das frestas da conquista: Corpos negros escrevendo a liberdade na Saint-Domingue (Haiti) do século XVIII”* proveniente de sua pesquisa para doutoramento, discutindo o embate linguístico operado por pessoas escravizadas na ilha Hispaniola, com ênfase nos temas de igualdade, liberdade e propriedade no século XVIII, bem como resistências à escravização e ressignificação através dos seus corpos.

“Migrações, culturas, (in)tolerância religiosa nas Amazônias” é um estudo acerca dos fluxos migratórios em direção a região Amazônica, com objetivo de expor os processos diferenciados de interculturalidades e entrever as manifestações de religiosidades a partir dos sujeitos migrantes. Escrito de Geórgia Pereira Lima, doutora em História Social (USP) e recém-eleita Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (Ufac), em co-autoria com Lucas Santos Nobre, graduando em licenciatura de História na nossa instituição. Seguindo com a perspectiva religiosa, Armstrong da Silva Santos elucidada em seu escrito *“Haiti: História, silenciamento e religiosidade como tática de liberdade”* modos de narrar e ocultar a história haitiana concernente às lutas de resistência à escravização das populações negras na ilha de Hispaniola, manifestações perpassando desde questionar o ideário iluminista às práticas do vodu, não deixando de discutir os silenciamentos historiográficos impostos sobre o país.

Por fim, encerrando a edição, temos o artigo “*Dona Zita: Amazônida que ‘puxa’ e cura dores e males do corpo*” produzido por Enos Botelho Sarmiento, mestrando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), nos apresentando uma reflexão sobre os saberes de cura por puxação, praticados com/inspirados em Dona Zita pela comunidade ribeirinha de Jacarequara, município de Barcarena no Pará.

Nós, da DAM, desejamos uma boa leitura!

Lucas Nascimento Assef de Carvalho
Membro do corpo editorial da Revista Das Amazônia

CULTURA POLÍTICA – UM DISCURSO DE GETÚLIO VARGAS (1940-1942)

Pâmela Cristina de Lima¹

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender a construção discursiva de Getúlio Vargas (1882-1954), que governou o Brasil em dois períodos distintos (1930-45; 1951-54). Analisaremos, especificamente, o período de 1940-42, que compreendeu o discurso do então presidente a respeito da Segunda Guerra Mundial (1939-45) e suas possíveis ressonâncias no Brasil, proferido aos militares brasileiros, e sua publicação no periódico Cultura Política (1941-1945). Este, por sua vez, foi uma revista vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 com o objetivo de propagandear o governo e seu líder, bem como controlar os conteúdos que seriam veiculados nos diversos meios de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Cultura Política. Getúlio Vargas.

CULTURA POLÍTICA – A DISCOURSE BY GETÚLIO VARGAS (1940-1942)

ABSTRACT

This study aims to understand the discursive construction of Getúlio Vargas (1882-1954), who governed Brazil in two different periods (1930-45; 1951-54). We will specifically analyze the period 1940-42, which included the then president's speech regarding the Second World War (1939-45) and its possible resonances in Brazil, given to the Brazilian military, and its publication in the journal Cultura Política (1941-1945). This, in turn, was a magazine linked to the Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), created in 1939 with the objective of advertising the government and its leader, as well as controlling the contents that would be broadcast in different media.

KEYWORDS: Brazil. Cultura Política. Getúlio Vargas.

¹ Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e Mestranda em História pela mesma Instituição. Membro do Grupo de Trabalho História Intelectual e dos Conceitos (ANPUH-RS) e do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC-UPF). Atua como professora no Colégio Universos e na Escola Sarandi, instituições de ensino de Sarandi/RS. É autora das obras *Farrapos, bandeirantes e beduínos*, publicada em 2021 pela Acervus Editora, e *Terra virgem, amor submisso: uma perspectiva decolonial* (publicada em 2022 pela mesma editora). Seus estudos concentram-se na produção historiográfica sul-rio-grandense do século XX e suas relações com níveis mais amplos de representação, identidade e usos do passado. E-mail: 174267@upf.br.

Mas a Pátria não sucumbirá, eterna na nossa fé, no nosso amor, na união sagrada que manteremos, guardando os lares dos nossos filhos e as tradições da nossa história – Getúlio Vargas (1942)

1. MARCAS DO PERÍODO

A história de algum grupo, sujeito ou objeto só pode ser compreendida de maneira coerente se observarmos atentamente suas marcas. Por marcas, referimo-nos tanto àquelas legadas pelos contemporâneos do recorte temporal que analisamos, quanto aos traços fundamentais do contexto que tomamos em nossos estudos. Quando tratamos da Era Vargas (1930-45; 1951-54), as premissas anteriores se tornam tão plausíveis quanto necessárias. Plausíveis, uma vez que voltar aos documentos produzidos durante a gestão de Getúlio Vargas nos permite compreender melhor os discursos que repercutiram nas práticas, bem como as bases das quais partiram tais formulações. Necessárias, pois consideramos de extrema pertinência a reflexão acerca do campo de experiências e expectativas que permeou tanto a tomada de decisões por parte de Vargas, quanto a discursividade do então presidente acerca do plano interno brasileiro e das escaramuças que se davam externamente. Dito isto, enfatizaremos alguns pontos nevrálgicos do período imediatamente anterior à assunção ao cargo de Presidente por parte de Vargas, no ano de 1930.

Pensar a história e a História brasileiras implica considerá-las enquanto campos de reflexão. Refletir sobre sua escrita e discursos que as permeiam acarreta o entendimento das demandas, anseios e expectativas daqueles que as constroem. Neste cerne, compreendemos a importância de pensar a História, sobretudo, a partir da analogia com a carteira de identidade (Schwarcz, 2011) – no papel, cristalizam-se as datas e as informações que teriam feito parte do passado brasileiro, em detrimento a tantas outras questões que poderiam constar, mas que ficam de fora justamente pelo poder de seleção e escolha que os historiadores possuem. A instância de ressonância daquilo que se escreve, no entanto, é mais ampla. Por ela, perpassam os discursos oficiais, os comentários sobre estes últimos, as discussões e diálogos de botequins e padarias, as conversas ordinárias... a vida. Cremos que esta reflexão inicial é importante para adentrarmos aos poucos no mote deste estudo – o discurso de Vargas proferido a militares e publicado num periódico governamental, Cultura Política. Considerando a popularidade varguista, compreendemos a amplitude de circulação e adesão que seus discursos obtinham. Mas aquela era apenas uma visão, como tantas outras possíveis e plausíveis. Eis a característica fundamental do discurso (Orlandi, 2020) – a palavra em movimento, seus efeitos e sua circulação. É esta a nossa ênfase.

Desde a Proclamação da República, em 1889, o Brasil viveu sob o tilintar das espadas e a mescla cremosa e aromática do café com leite. Do final do século XIX até os anos 1920, o país estaria sob o governo de militares, instituído após a derradeira queda da Monarquia, e dos cafeicultores paulistas em alternância com os mineiros produtores de leite (Schwarcz; Starling, 2015). Provinda de insatisfações várias em relação ao trono real, surgiria a cadeira presidencial, posta sobre os escombros de um regime que há muito não satisfazia os interesses da elite rural brasileira. Apesar das críticas que o Movimento Republicano proferia à Monarquia, sobretudo a partir de 1870, a República seria instaurada e construída sobre bases tão problemáticas quanto as do sistema anterior. O palco de proporções continentais veria sobre si um regime calcado no poder de elites regionais, sobretudo da região sudeste, que se alternariam no poder central eleição após eleição, num sistema de alianças e trocas de favores que funcionava em níveis amplos, do nacional ao local, coadunando compras de votos, coerção, mandonismo e poder. Numa sincronia nem sempre harmoniosa, representantes de São Paulo e Minas Gerais ocupavam a cadeira presidencial. Mas nem tudo era pompa.

No outro extremo da sociedade brasileira, gravitavam elementos e grupos variados que batalhavam dia após dia pela sôfrega aquisição de gêneros alimentícios nas lojas de secos e molhados do comércio local. Vivendo amontoados em vilarejos insalubres, geralmente em redor dos galpões fabris, estavam os operários (Napolitano, 2020b). Mal alimentados, precariamente vestidos e insalubrememente acomodados e estabelecidos, os trabalhadores das fábricas vinham há décadas enfrentando todos os tipos de adversidades, de condições sanitárias à exploração fabril. O mesmo governo que se vangloriava do “progresso” que as indústrias estavam proporcionando acabava por negligenciar os principais sujeitos deste processo: a massa operária. Em 1917, uma greve geral alarmou o Brasil e mostrou a força que a coesão operária poderia representar. Em 1922, seria fundado o Partido Comunista (PC) brasileiro, agregando milhares de operários em seus quadros de sócios. Poucos anos depois, eclodiria a grande marcha tenentista, posta contra o governo oligárquico e movimentada Brasil afora. Estava claro que as bases anteriormente cimentadas não mais ofereciam a estabilidade pretendida.

A elite e os políticos sul-rio-grandenses, assim como de outros estados brasileiros, mostravam-se saturados da alternância entre mineiros e paulistas desde o início da década de 1920. Dentre os que reivindicavam maior participação e espaço de atuação, estava Getúlio Vargas, político de carreira no Rio Grande do Sul. Ao lado das reclamações das elites estaduais, estava a movimentação dos trabalhadores e de outros setores sociais. Num extremo, a ânsia por poder; noutra, os estômagos

vazios. Causas diferentes, crise comum – em 1924, o então presidente Arthur Bernardes (mineiro) decretaria estado de sítio, com bombardeios sobre vilarejos civis (Napolitano, 2020b). A situação de contestação e dissidências se arrastaria sob controle até 1929, quando teria início o processo presidencial sucessório a Washington Luís (paulista). Sob uma errata – ou sob um propósito? – Júlio Prestes, outro nome paulista, foi indicado (Schwarcz; Starling, 2015). Juntaram-se preteridos mineiros com os insatisfeitos sul-rio-grandense, dando gênese à Aliança Liberal, nas figuras de Getúlio Vargas e João Pessoa. Entre tensões, corria o processo eleitoral. O barril de pólvora explodiu quando João Pessoa foi assassinado. Entre alardes, incertezas e acusações, a morte do candidato à vice-presidência foi transformada em mote de ação e ato perpetrado pela chapa opositora nas eleições.

O estabelecimento de guarnições militares no quintal do governo presidencial de Washington Luís, no Rio de Janeiro, parecia o anunciador de uma guerra inevitável. Sob a ameaça das armas, depôs-se o então presidente. Vargas chegaria em 31 de outubro de 1930, sendo empossado a 3 de novembro (Napolitano, 2020b). A tinta da caneta substituiu as armas no processo de assunção da presidência por Vargas, processo esse calcado na insatisfação sul-rio-grandense quanto à efêmera participação nas instâncias decisivas do cenário político nacional, e não em crítica social ou desejo de amplas mudanças setoriais. Eis a “revolução” tão proclamada na historiografia e tão implausível quando analisada à luz dos estudos historiográficos atuais.

2. A CULTURA POLÍTICA

De 1930 a 1945, Getúlio Vargas ocupou o cargo de presidente do Brasil, primeiramente de maneira provisória (1930-34) e, mais tarde, a partir de um governo constitucional (1934-37). Durante estes primeiros anos, Vargas faria tanto alianças com grupos antes entendidos como díspares em relação a suas propostas, quanto se afastaria de núcleos que lhe forneceram sustentação para chegar ao poder, cujos interesses não mais se alinhavam aos seus. Assim, em vários processos de depuração, Getúlio fortaleceu vínculos, alijou sujeitos e viu a constituição de grupos de oposição, em processos contínuos (Pandolfi; Grynszpan, 1997), dada sua habilidade para mediar conflitos e amenizar embates políticos.

Um momento muito significativo ao Primeiro Governo Vargas (dado que haveria um Segundo, nos anos 1950, por via democrática) foi a instauração do chamado Estado Novo (1937-45). O presidente, que havia subido ao poder a partir de um golpe de Estado, em 1930, daria sequência a seu governo por meio de outro golpe, instaurando um governo autoritário, calcado em uma Carta que

tornava ainda mais claro o intento de centralização que o governo já vinha demonstrando. O progresso estava na ordem do dia – “modernizar conservando”, por meio da indústria, da urbanização e do aumento nas exportações, parecia ser uma necessidade latente. O novo sistema, por outro lado, contava com a produção agropastoril como um de seus eixos principais. Em termos burocráticos, o aparelho estatal tratou de criar Ministérios e Secretarias que fornecessem o aparato necessário à centralização, nos mais variados âmbitos, da saúde e da educação aos postos de trabalho e sindicatos. Embora centralizador, rígido e autoritário, o regime estadonovista seria defendido e elogiado por muitos intelectuais, bem como difundido nos vários meios de comunicação (Oliveira, 2003), como os programas de rádio e periódicos.

Em 1939, por decreto do presidente Vargas, seria criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), voltado tanto para a propaganda do governo, do regime e das medidas adotadas, quanto ao controle de textos, músicas e conteúdos que pudessem vir a circular nos diferentes meios de comunicação (DUTRA, 2019). Dentre os periódicos vinculados ao DIP, que serviram como meio direto de difusão de informações referentes ao governo do Estado Novo, está a Revista Cultura Política, que circulou de março de 1941 até outubro de 1945. O periódico podia ser encontrado nas bancas de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo muito prestigiado e remunerando adequadamente seus colaboradores. O subtítulo da Revista, "revista de estudos brasileiros", deixava claros seus objetivos de versar a respeito do contexto do país, englobando as transformações que vinham ocorrendo nos vários âmbitos. Os intelectuais ocupavam papel de destaque, sendo eles os porta-vozes na disseminação e legitimação do Estado Novo. Dentre eles, estiveram Almir de Andrade, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes e Cassiano Ricardo. Tiveram artigos publicados, também, letrados como Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré.

O projeto da Revista era moderno. Além de ter seu sumário dividido por eixos temáticos, comportava notas sobre os autores e explicitava os objetivos de cada publicação. Isso se explica, em grande parte, pelo fato de o periódico ser diretamente ligado ao órgão de propaganda do governo, o DIP, que se preocupava com a imagem que estava sendo construída e transmitida através da circulação dos textos. Por isso, a grande gama de temáticas tratadas e, ainda, de autores cujos textos eram publicados. O periódico, em síntese, funcionou como um meio oficial e oficializado de difusão de informações sobre o governo Vargas, além de temas relacionados a estudos sociais, políticos e econômicos.

Passaremos à análise de um dos artigos publicados na Revista, assinado por Getúlio Vargas. O texto, publicado na edição número 2, de 1942, é a transcrição de um discurso proferido pelo presidente no dia 31 de dezembro de 1941, em um banquete oferecido pelas “classes armadas”, num dia de “fraternidade nacional, o último de um ano de trabalho profícuo em prol das ideias e realizações que nos congregam o serviço da Pátria” (Vargas, 1942, p. 83). O evento, ocorrido no Automóvel Clube, seria uma oportunidade para o presidente aproximar-se das Forças Armadas do Brasil, explanando a seus membros a situação do país em relação ao contexto internacional. Elogiando o ano de 1941, Vargas aproveitaria para prospectar 1942, ciente da grande neblina que os conflitos externos projetavam no Brasil. Antes de prosseguirmos à análise do discurso de Vargas, publicado em forma de artigo na Revista, nos ateremos brevemente à conjuntura do início dos anos 1940, interna e externamente, de modo a situar a referida publicação em seu contexto espaço-temporal.

Desde os anos 1930, o autoritarismo assolava grande parte do globo. As heranças da Primeira Guerra Mundial, a busca pela reconstrução econômica, moral e política, bem como os diferentes grupos e blocos que foram se formando, abriram espaço a lideranças fortes e pujantes, que passaram a controlar grandes massas e territórios a pulso firme. Não esqueçamos, ainda, das difundidas teorias eugênicas e preconceituosas, provenientes ainda do cientificismo do século XIX (Moraes, 2017), que inculcavam nos imaginários a ideia da existência de “raças puras”. Somados, estes e outros fatores desencadearam, sobretudo na Europa, regimes marcados por fortes graus de autoritarismo e centralização. Além disso, diferentes interesses estavam em jogo, fazendo com que algumas das grandes potências divergissem entre si, desencadeando um segundo conflito armado, mais brutal, estrategista e bem-estruturado belicamente do que aquele ocorrido em 1914 (Napolitano, 2020a). A Segunda Guerra Mundial (1939-45) das trincheiras, dos bombardeios e dos fascismos emergiria, expandindo-se ideológica e economicamente a campos afastados da Europa.

Em 1939, o Brasil encontrava-se arregimentado sob o Estado Novo. Vargas compartilhava de muitos traços do autoritarismo italiano e alemão, como “as técnicas de manipulação destinadas a provocar mudanças de sensibilidade e exaltação dos sentimentos, mas também as formas de organização e planejamento dos órgãos encarregados da propaganda política” (Capelato, 1999, p. 168). Até então, Vargas tentou manter certa neutralidade em relação ao apoio a alguma das potências em guerra na Europa. Em 1942, porém, a pretensão de neutralidade se desfez – um ataque a navios brasileiros por parte da Alemanha, na costa, deixou civis brasileiros mortos e teve forte impacto e repercussão nas mentes e nos periódicos do país. Vargas, a partir de então, se posicionaria contra o

Eixo, enviando soldados brasileiros para lutarem junto aos Aliados, em 1944 (Schwarcz; Starling, 2015). É nesta conjuntura turbulenta que se insere o discurso de Vargas publicado na Revista Cultura Política. O banquete junto às Forças Armadas ocorreria pouco tempo antes da investida alemã. A debandada para o lado dos Estados Unidos, no entanto, parece latente no discurso do presidente.

Ao dar início à sua fala, Vargas tece vários elogios aos feitos do governo durante o ano de 1941: “criamos indústrias, ampliamos e renovamos as existentes, reequipamos e prolongamos estradas de ferro, aumentando, do mesmo passo, a capacidade de transporte” (Vargas, 1942, p. 83). Ainda tratando do âmbito econômico, o presidente elogia o comércio acordado com países da América, ou, em suas palavras, a “cordialidade americana”. Vargas reconhece a existência de “dificuldades mundiais”, ou seja, as barreiras e desacordos desencadeados a partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial que, na contemporaneidade do discurso presidencial, já se dava há praticamente dois anos.

No documento analisado, o intento do presidente era de “acalmar” o povo brasileiro, argumento que se sustenta pela publicação do discurso na Revista. Vargas salientava que, no início dos anos 1940, não havia “superprodução agrária nem excessos prejudiciais armazenados”, e as indústrias estavam passando por um momento de prosperidade, “graças aos preços remuneradores do mercado interno e da exportação”. O país, no discurso de Vargas, vivia um “quadro progressista”, resultante “da índole lutadora, do espírito empreendedor do nosso povo e do clima de tranquilidade que desfrutamos” (Vargas, 1942, p. 84). Lembremo-nos que a tranquilidade à qual alude Vargas pode ser entendida como a neutralidade que o mesmo pretendia, uma vez que, até então, o Brasil não havia declarado apoio a nenhuma das frentes envolvidas na guerra que estava ocorrendo em solo europeu. É salientado, inclusive, que “mantínhamos exemplar neutralidade dentro das normas do direito das gentes”, estando os compromissos e agendas “restritos ao continente” (Vargas, 1942, p. 84).

Note-se que, discursivamente, Vargas se expressa utilizando a primeira pessoa do plural, nós. Parece-nos, assim, que o presidente buscou atribuir um tom de coletividade à sua fala, na qualidade de representante do povo, bem como invocar um matiz de unidade, como se todos fizessem, falassem e concordassem com o que estava sendo pronunciado no discurso presidencial. Esta estratégia nos soa como uma forma de, por um lado, reafirmar o caráter centralizador de seu governo e o poder pessoal de seu governante e, por outro, apresentar-se enquanto representante da nação e dos interesses da coletividade. Prosseguindo, Vargas declara que

As nações, porém, como os indivíduos, atravessam grandes momentos em que é preciso enfrentar o destino. Devem, então, fazê-lo com firmeza porque ninguém pode, na época conturbada que o mundo vive, garantir-se contra imprevistos e

surpresas, senão assumindo posições claras e agindo sem tergiversações. Tomamos a decisão que corresponde ao nosso determinismo histórico. Está pautada em obrigações solenes e representa a livre deliberação do povo, cuja soberana vontade o governo facilmente interpreta (Vargas, 1942, p. 84).

Apesar da tentativa de manter a neutralidade, o clima de tranquilidade não seria garantido por muito tempo. A decisão apontada por Vargas no trecho acima, por exemplo, se refere à aproximação gradual aos Estados Unidos e, posteriormente, à Segunda Guerra Mundial, juntamente aos Aliados. Atentemos, no trecho lido, ao fato de Getúlio apontar as decisões que estavam sendo tomadas como um “determinismo histórico”, ou seja, como se as coisas estivessem destinadas a acontecer daquela maneira. Além disso, na posição de porta-voz do regime, Vargas se apresenta como representante da vontade soberana do povo, a qual teria sido interpretada pelo governo. A concepção de um Estado tutelar, presente no ideário do Estado Novo, se faz notar neste trecho do discurso presidencial. O *povo*, unidade homogeneizada, massificada e genérica, teria sido ouvido pelo governo, figura paterna, centralizada e foro legítimo de ação.

Continuando sua fala, Vargas trataria da conjuntura de sua contemporaneidade a partir de supostas exigências, ou seja, demandas às quais era preciso atender. Assim, aquele contexto exigiria “vigilante união, indestrutível confiança uns nos outros e decidida repulsa à facúndia dos boateiros e à solerte inventiva de propagandas oriundas de fontes suspeitas e interessadas” (Vargas, 1942, p. 84). O discurso do presidente apresentava um conclave ao povo, de modo que permanecesse unido, “dando o máximo de seu esforço”, tendo “como formigas previdentes, os celeiros cheios” (Vargas, 1942, p. 85). O que Vargas pedia a seu povo, assim, era que se mantivesse alerta àquelas propagandas e notícias que não chegassem a ele pelos meios oficiais, a exemplo do DIP, e para que não paralisassem suas atividades frente ao horizonte de guerra que se vislumbrava.

Falando de modo enfático aos representantes do “Exército, da Marinha e das Forças Aéreas Brasileiras” (Vargas, 1942, p. 84), o presidente afirmaria que “se tentarem violar qualquer trecho do nosso território, o Brasil coeso lutará confiante na bravura dos seus soldados, que cultuam, acima da própria vida, a honra, a disciplina e o dever” (Vargas, 1942, p. 85). Se, ao início da fala, é feito um agradecimento aos militares e demais presentes por receberem Vargas em um banquete, ao final o presidente sela uma espécie de compromisso com eles, no que diz respeito à sua prontidão e lealdade caso houvesse algum episódio bélico em solo brasileiro. Mais do que isso, Vargas invoca a todos os brasileiros para que lutem, cada qual em sua trincheira, em prol do Brasil:

São conhecidas as previsões de longa duração do conflito, e, na expectativa de que se realizem, o que nos cumpre fazer é não reduzir o ritmo do nosso trabalho, mas

acelerá-lo por todas as formas, para suprir as nossas necessidades e ajudar a obra de reconstrução de após-guerra (Vargas, 1942, p. 84-85).

Vargas tinha ciência da situação da guerra que ocorria, conforme verificamos acima. O chamado ao povo brasileiro, a partir deste horizonte, se dava em três frentes principais: a) luta dos soldados e fidelidade à pátria; b) união do povo e criticidade frente às propagandas; e c) trabalho e reconstrução ao fim do conflito. Presente e futuro andariam de mãos dadas no discurso de Vargas, cabendo ao Estado atuar na conciliação de diferentes situações e na orientação aos brasileiros. O Brasil no pós-guerra, economicamente, ampliaria seus mercados e diversificaria seus produtos, com celeiros cheios, conforme anunciava o presidente no documento aqui analisado. Contraditoriamente, porém, as ruínas do autoritarismo europeu, somadas à aliança com os Estados Unidos liberais, minariam o poder de Vargas, ao menos na conjuntura dos anos 1940. A sombra do autoritarismo ficaria menos intensa e os ventos democráticos trariam Vargas ao poder anos mais tarde. Entrariam em cena novos matizes, novos atores e novos grupos, o que não significa que as estruturas basilares baqueariam a ponto de ruírem por completo.

3. DO DISCURSO À PRÁTICA

A formação discursiva de Vargas, que consiste nos argumentos, fatos, noções e conceitos que o presidente mobilizou (Orlandi, 2020), é construída a partir das demandas do presente do sujeito que a engendrou. Conforme afirmamos no início deste estudo, a compreensão do contexto varguista é de fundamental importância para situarmos corretamente os argumentos que empregou. Neste caso específico, seu discurso perpassa pelas características de sua contemporaneidade a partir da ânsia de, por um lado, tranquilizar a população frente à guerra deflagrada na Europa e, por outro – e em simultâneo – ratificar e reafirmar a necessidade de união do Brasil, física e simbolicamente falando, enquanto nação.

Compreendemos que o discurso de Vargas transcrito na *Cultura Política* não se trata de um texto histórico/historiográfico. Entendemos, por outro lado, que o presidente tratou de temas extremamente em voga naquele período (1940-42) – Segunda Guerra, comunismo, reconstrução europeia, relações internacionais brasileiras, contexto econômico etc. –, o que nos leva a considerar seu discurso como inserido numa teia maior, cujos eixos foram justamente acontecimentos históricos de sua contemporaneidade. Saindo da vida prática, de seu *espaço de experiências*, Vargas conjecturou pontos de vista que enfatizaram aquilo que estava por vir, ou seja, o *horizonte de expectativas* (Koselleck,

2006) que se anunciava em um mundo permeado pela guerra entre potências, na Europa, cujo vulto começava a sombrear o Brasil.

Um primeiro aspecto precisa ser considerado. Vargas subiu ao poder num contexto marcado pelas dissidências e mesmo pela instauração de estado de sítio (Napolitano, 2020b), iniciou seu governo com graves fissuras em termos de interesses e enfrentou períodos de revoltas, como a Revolução Constitucionalista de 1932 (Schwarcz; Starling, 2015), instaurando um governo autoritário em 1937 – o Estado Novo. Sua fala aos militares, no discurso transcrito em *Cultura Política*, evidencia uma das marcas de seu governo/contexto, num nível mais amplo – a base armada dos governos. Assim como na Europa, sobretudo Alemanha e Itália, o poder do governante ancorava-se nas armas de seus exércitos, havendo repressões e censuras várias. Isso ajuda a entender o porquê de Vargas ter proferido aquele discurso de coesão, invocando a união e a prontidão a defender o território tanto de possíveis desdobramentos da guerra europeia, quanto do comunismo.

Mas não bastava estar pronto – também era preciso agir. Vargas aponta, no início do discurso, o potencial industrial e agrícola brasileiro, iteirando seus ouvintes/leitores daquilo que havia sido feito no ano anterior (1940). Ao final da fala, o presidente conclamará os brasileiros, de modo geral, à ação. Vargas parece ter ciência das dificuldades de abastecimento e recuperação que os países beligerantes europeus teriam após o cessar-fogo e os acordos de final de conflito. Era preciso trabalhar e zelar para manter os “celeiros cheios”, como ele mesmo afirma – uma metáfora para o aproveitamento da ruína europeia no fomento da economia e da indústria brasileiras. Calcado na ideia de unidade, converte o eco de sua voz em ressonância do todo, afirmando a si mesmo como parte daquele trabalho constante que deveria ser realizado.

Pelos fatores que expusemos ao longo de nossa argumentação, consideramos que Vargas partiu das *carências de orientação* e *interesses* de sua contemporaneidade, partindo para o *discurso* mobilizador e calcado em elementos históricos e políticos, e retornando à *prática*, na qual seu discurso encontraria uma *função social* (Rüsen, 2001). Em outros termos, Vargas empreendeu uma mobilização de temas e ideias que figuravam na pauta de seu contexto, relacionando o que já havia sido feito com o que ainda teria de ser realizado. Conectando e amalgamando questões internas e externas, o presidente reiterou a necessidade de unidade, transversal em seu governo, tecendo sua estrutura discursiva a partir dos efeitos que causaria naqueles que a acessassem. Isso explica o porquê de proferir o discurso aos militares, eixos de sua política autoritária, e torná-lo disponível em um periódico do DIP, facilitando seu acesso e circulação entre outros grupos sociais. Partindo das marcas de seu período e de suas

demandas, Vargas a elas regressa a partir de um discurso que evoca unidade e coesão, conferindo a isto um tom de necessidade frente às adversidades e oportunidades que pareciam surgir no horizonte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proveniente da elite política sul-rio-grandense, Getúlio Vargas emergiu como presidente do Brasil num contexto conturbado e tenso da política brasileira. Sua ascensão ao poder, em 1930, deflagrou-se a partir de ações calcadas na reatividade em relação à suposta marginalidade sul-rio-grandense na política oligárquica do período republicano em suas primeiras décadas. Aliados com os insatisfeitos mineiros, os sul-rio-grandenses constituíram a Aliança Liberal, iniciando um movimento armado de tomada do poder e acabando por ingressar no governo nacional a partir da destituição forçada do então presidente, Washington Luís. Eis as marcas do período.

Nas várias faces de seu governo, Vargas ficou marcado pela conciliação sobre bases autoritárias. Este fato nos ajuda a compreender a importância do discurso proferido aos militares e o caráter basilar dos temas que elencou, dentro das contingências de seu contexto. Em síntese, o que o presidente buscou foi mostrar a capacidade brasileira em várias frentes, da indústria ao combate do comunismo, numa conjuntura marcada pelo início da ferocidade divisória entre comunistas e não adeptos a este sistema. Num processo de apresentação dos feitos no passado imediatamente anterior e do vislumbre do que estava por vir, Vargas amalgamaria passado e presente numa construção discursiva elaborada a partir de suas demandas – e como possíveis respostas a elas.

REFERÊNCIAS

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.167-178.

DUTRA, Eliana de Freitas. Cultura. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Olhando para dentro**. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, v. 4, 2019, p. 229-274.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 53-72.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

MORAES, Luis Edmundo. **História Contemporânea**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo. Editora Contexto, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **História Contemporânea 2: do entreguerras à nova ordem mundial**. São Paulo: Editora Contexto, 2020a.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Editora Contexto, 2020b.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (org.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p.323-351.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2020.

PANDOLFI, Dulce; GRZYNSZPAN, Mario. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: a depuração das elites. **Revista de Sociologia Política**, n. 9, 1997, p.7-25.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: **Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. História como carteira de identidade em processo. In: SILVA, Alberto da Costa e [org.]. **Crise colonial e independência – 1808-1830**, 2011. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, p. 13-18.

VARGAS, Getúlio. O Brasil e o momento político mundial. **Revista Cultura Política**, n. 2, 1942, p. 83-85. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=rev>. Acesso em: 12jun. 2021.

Data de submissão: 17/11/2022

Data de aprovação: 21/08/2023

RONDÔNIA E A DITADURA CIVIL-MILITAR: INTEGRAÇÃO NACIONAL E REPRESSÃO POLÍTICA (1970-1981)

Daniel Alves de Almeida¹

RESUMO

Este artigo investiga a possível utilização sistêmica do aparato de repressão política da ditadura civil-militar, em apoio ao processo de reocupação e administração do Território Federal de Rondônia a partir da criação do Programa de Integração Nacional (1970), até a criação do estado de Rondônia, em 1981. A metodologia baseou-se na pesquisa exploratória e documental com abordagem qualitativa. A aplicação do método histórico possibilitou o desenvolvimento de uma análise crítica dos documentos oficiais e da historiografia, bem como, a construção de interpretações contextualizadas diretamente no referencial teórico. Censuras, cassações, espionagem, intimidações, prisões e torturas foram praticadas pelo regime, a fim de assegurar o desenvolvimento efetivo do projeto sociopolítico dos generais a serviço do grande capital financeiro. A dificuldade em acessar, presencialmente, o Arquivo Nacional em Brasília, a falta de classificação ordeira da maioria dos documentos, já disponibilizados no site do Arquivo Nacional, configurou-se como as maiores limitações na realização deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Rondônia. Integração Nacional. Espacialidade e Ditadura Civil-Militar.

RONDÔNIA AND THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP: NATIONAL INTEGRATION AND POLITICAL REPRESSION (1970-1981)

ABSTRACT

This article investigates the possible systemic use of the political repression apparatus of the civil-military dictatorship, in support of the reoccupation process and administration of the Federal Territory of Rondônia from the creation of the National Integration Program (1970), until the creation of the state of Rondônia, in 1981. The methodology was based on exploratory and documentary research with a qualitative approach. The application of the historical method enabled the development of a critical analysis of official documents and historiography, as well as the construction of contextualized interpretations directly in the theoretical framework. Censorships, cassations, espionage, intimidation, arrests and torture were practiced by the regime, in order to ensure the effective development of the socio-political project of the generals in the service of big financial capital. The difficulty in accessing, in person, the National Archive in Brasília, the lack of orderly classification of most documents, already available on the National Archive website, was configured as the biggest limitations in carrying out this work.

KEYWORDS: Rondônia. National Integration. Spatiality and Civil-Military Dictatorship.

¹ Mestrando em História na linha de Política e Relações de Poder, pela Universidade de Passo Fundo-UPF (2022). Pós-graduado em Educação com Ênfase em História e Geografia, pela Faculdade Educacional da Lapa-FAEL (2020). Graduado em História pela Faculdade JK (2012). Professor da rede pública de ensino do estado de Rondônia (SEDUC-RO), desde 2013. Historiador registrado no Ministério do Trabalho e Emprego sob o N°. 0000008/RO, desde 2021. Membro associado da Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil. E-mail: daniel.strictosensu@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6017-9020>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3072215743912130>.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo, analisará o período de tempo que abarca o início do governo Médici, 1970, até a transição do Território Federal de Rondônia para estado de Rondônia, em 1981. Nesse viés, será necessário o estudo e a busca pelo entendimento acerca de relações históricas que conectaram os caminhos, por assim dizer, do então Território Federal de Rondônia e os da ditadura civil-militar, enfatizando a repressão política dos generais e a construção da espacialidade do Território.

De fato, existem muitas pesquisas e estudos acerca das ações repressivas da ditadura no país, em especial, acerca dos *modus operandi* da repressão política contra opositores do regime, forma de organização, dimensão e resultados, bem como, acerca do Programa de Integração Nacional e dos projetos derivados do mesmo. Todavia, estes estudos, mesmo estando verticalizados, não estão aprofundados no que se refere ao fato de evidenciar a sustentação da repressão política ao avanço do grande capital e na conseqüente configuração da espacialidade dos estados amazônicos e territórios federais da época, em especial, no Território Federal de Rondônia.

O objetivo geral da pesquisa será investigar o suporte da Lei de Segurança Nacional na configuração da espacialidade rondoniense entre 1970 e 1981. Em específico, visará ressaltar o contexto histórico entre 1964 e 1985, discutirá a Lei de Segurança Nacional e sua utilização durante a ditadura, compreenderá o Programa de Integração Nacional (PIN) e sua efetivação no Território, determinará a configuração política administrativa do Território Federal de Rondônia e identificará as implicações da Lei de Segurança Nacional na efetivação do PIN no Território.

O presente artigo utilizará, essencialmente, da pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Neste processo, a elaboração do trabalho se apoiará na revisão bibliográfica e na investigação documental.

A revisão bibliográfica é indispensável para a construção de uma abordagem teórica mais sólida e abrangente, ao passo que evidencia a contribuição de livros, artigos e demais textos analíticos, relacionados ao tema em análise e estudo.

A investigação documental será outra ferramenta primordial na efetivação dos objetivos deste artigo. Visando respaldar os fatos e suas respectivas análises históricas, a pesquisa documental focará em documentos produzidos pelos órgãos da repressão política da ditadura civil-militar, em especial, o Serviço Nacional de Informação (SNI) e a Polícia Federal (PF), direcionados ao Território Federal de Rondônia entre os anos de 1970 e 1981. Tais documentos foram encontrados, com êxito, no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Visando mediar a clareza da historiografia com a subjetividade oriunda das peculiaridades do pesquisador e das fontes, será empregado o Método Histórico. Na prática, o método favorecerá o processo de análise, execução da crítica interna e externa das fontes, possibilitando interpretações analíticas, bem como, a construção de uma síntese, através da contextualização e narrativa final.

2. A DITADURA CIVIL-MILITAR E A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

A história do Brasil é, entre outras coisas, bastante conturbada. Violência, sangue, injustiça e tropeços políticos fazem parte desse processo. Sobretudo no período republicano da história nacional, a instabilidade política foi, e continua sendo, uma constante. Os enfrentamentos e as revoltas da república velha, o golpismo característico da Era Vargas, o golpismo de 1964 e o golpismo da extrema direita na atualidade, são evidências históricas significativas.

Durante a Quarta República, entre 1946 e 1964, o Brasil experimentou o primeiro período mais longo de sua democracia, mas, não menos conturbado, confrontado e com seus limites testados. A ausência da democracia na arena sociopolítica de um país, cria cenários desastrosos independente das justificativas apresentadas para se legitimar o autoritarismo.

Em 1964, o país mergulhou em uma ditadura civil-militar. Tal fato mudou, em grande medida, os rumos do país. Para garantir a viabilidade do regime de exceção, entre 1964 e 1985, os militares lançaram mão de muitas ações político-administrativas punitivas e de violência prática, traduzidas na repressão política desencadeada contra seus opositores por todo o país. De acordo com Fico (2001, p. 18), “a partir do golpe de 31 de março de 1964, a elite política brasileira e a assim chamada “opinião pública” assistiram, estupefatas, a uma escalada, jamais vista em nossa história, de atos arbitrários de toda natureza. [...]”

A repressão política brutal desencadeada pelo regime contra seus opositores, teve amparo jurídico na Lei de Segurança Nacional (LSN), principal pilar de sustentação do regime de exceção. Gaspari (2014, p. 175) afirma: “De um lado o porão demonstrava força impondo sua mordida à oficialidade e ao aparelho judiciário. De outro, ampliava seu contencioso com a sociedade e transformava a tortura numa linha demarcatória entre o repúdio e o apoio ao regime.”

A Lei de Segurança Nacional surgiu em 1935 durante a chamada Era Vargas, período em que Getúlio Dorneles Vargas governou o país de 1930 a 1945. Esse período de quinze anos teve três fases distintas: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1935-1937) e o Estado Novo (1937-1945). Para Vargas, sobretudo durante o Estado Novo, a Lei de Segurança Nacional foi de

grande valia para manter os opositores em silêncio, nas prisões e seu governo autoritário em funcionamento até 1945.

Durante a ditadura civil-militar, a Lei de Segurança Nacional passou por modificações que ampliaram seus limites jurídicos e poder repressivo. Tais mudanças vieram durante o endurecimento do regime, a partir de 1968. A Lei de Segurança Nacional passou por três alterações durante os vinte e um anos de duração do regime militar. Tais reformulações foram feitas respectivamente em 1967, 1969 e 1983. Notadamente, a versão de 1969, foi a mais abrangente e rígida. Instituiu, por exemplo, o banimento, prisão perpétua e a pena de morte para crimes políticos. Guazzelli e Torres (2014, p. 4) afirmam:

“Com a autorização legal para matar os inimigos do regime, faltava a complementação que foi elaborada e outorgada pela Junta Militar: o decreto-lei n. 898, de 29 de setembro de 1969, popularmente conhecido como Lei de Segurança Nacional (LSN). Outras duas leis desta natureza já haviam sido elaboradas desde o início do regime militar, mas com as modificações legais contidas nos atos institucionais era necessário regulamentar o banimento, a prisão perpétua e a pena de morte para crimes considerados contra a ordem política e social e contra a segurança nacional.”

A Lei de Segurança Nacional não só definiu crimes, ela também criou *modus operandi* para que os membros do poder judiciário, sobretudo os magistrados, pudessem executar processos no exercício da justiça de exceção. Guazzelli e Torres (2014, p. 5) concluí: “Reconhecendo os conceitos a serem levados em conta na perseguição e prisão dos inimigos nacionais, a LSN restringia a atuação dos magistrados e do Judiciário, não deixando espaço para uma livre interpretação sobre o assunto por parte dos juízes. [...]” Somasse a isso, o fato de que a Lei de Segurança Nacional (Brasil, 1969, Art. 7º) também determinava, explicitamente, que “na aplicação deste decreto-lei o juiz, o tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores.”

A elaboração da doutrina jurídica da época e o combate aos crimes contra a segurança nacional, tinham como objetivo proporcionar ao país o chamado grau relativo de garantia, que através de ações políticas, econômicas, sociais e militares, o Estado proporciona ao país que administra, para a conquista dos objetivos nacionais. Esses objetivos nacionais foram traduzidos pelos muitos programas políticos e econômicos executados pelos generais ao longo dos anos de chumbo.

O regime civil-militar esteve a serviço do grande capital financeiro. Em grande parte, porque seus projetos e planos de desenvolvimento nacional, ambiciosos e onerosos, demandaram apoio político e econômico do capital financeiro para ter sucesso, sucesso esse, que não ocorreu totalmente. Fico (2001, p. 19) afirma: “Esses militares foram os sujeitos históricos que implementaram um regime

político capaz de atender às necessidades de conhecida combinação de capitais, nacionais e internacionais, associados através de extratos específicos das respectivas burguesias. [...].”

3. TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA: REPRIMIR PARA INTEGRAR E DESENVOLVER

A partir do golpe civil-militar de 1964, muitos projetos foram desenvolvidos e direcionados à Amazônia brasileira, fonte de muita especulação e riquezas desde o período colonial da história do Brasil. Criado pelo Decreto-Lei N.º 1.106, de 16 de julho de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN), deu ênfase à Amazônia.

A partir de 1970, o Programa de Integração Nacional foi responsável por executar formas de distribuição de propriedades que beneficiava tanto o grande capital, como o grande contingente de trabalhadores pobres que migraram em busca de um pedaço de terra. Drummond (2000, p. 4) afirma: “No Brasil ele influenciou na adoção de conceitos de “polos de desenvolvimento regional” na Amazônia e em outras regiões, na década de 1970. [...].”

O PIN possuía um caráter geopolítico e abarcava medidas direcionadas à criação de infraestrutura e fomento a ações necessárias ao estímulo a migração e ocupação de terras consideradas vazias e improdutivas na região norte do país, como a venda e doação de terras. O objetivo era tornar a região norte produtiva, ativa e conectá-la ao resto do sistema produtivo do país. O plano também previa a abertura de rodovias, como por exemplo a rodovia Transamazônica, a conclusão da BR 364 (ligando Cuiabá a Porto Velho), a construção da BR 425 (ligando Guajará-Mirim a Porto Velho), ampliação e modernização da Rodovia Belém-Brasília, considerada a rodovia da integração nacional. Aliando a isso, estava previsto também, a ampliação do parque industrial, em especial da região norte, e investimentos em infraestrutura portuária, hidrelétricas, termelétricas e pontes fundamentais. Mesmo com grande foco na Amazônia, o PIN também contemplava outras regiões do país, como por exemplo, a região sudeste onde, sob fomento do plano, houve a construção da Ponte Rio-Niterói.

Via de regra, ações governamentais com foco no desenvolvimento socioeconômico do país, alteram significativamente as espacialidades nacionais. Para Pimentel e Carrieri (2009, p. 18), espacialidade pode ser definida como práticas de apropriação ou até mesmo exclusão, que representariam no plano do espaço físico a ordem dominante, hegemônica na organização do espaço e, do ponto de vista simbólico, a dimensão política e afetiva da materialização dessa ordem, ou seja, como e por quem o espaço é usado e apropriado e o que e quem estão alijados daquele espaço como

consequência do processo de uso e apropriação construído ao longo do tempo. O PIN, sobretudo na região norte, alterou espacialidades.

Um dos estados brasileiros que esteve em destaque no teatro de operações do PIN foi o atual estado de Rondônia. Ao se analisar a história do estado de Rondônia deve-se levar em conta sua evolução política no século XX, sobretudo, no que se refere a sua situação constitucional, político-administrativa dentro do federalismo republicano brasileiro.

Com a assinatura do Decreto-Lei n.º 5.812 em 13 de setembro 1943, o então presidente da república, Getúlio Vargas (1930-1945), criou o chamado Território federal do Guaporé. De acordo com Pinto (1992, p. 52), o Território Federal do Guaporé foi formado com áreas desmembradas dos estados de Mato Grosso e Amazonas, tendo quatro municípios: Guajará-Mirim e Santo Antônio, desmembrados do Mato Grosso; Porto Velho e Lábrea, desmembrados do Amazonas. A partir de 1945, o município de Santo Antônio foi extinto, sendo incorporado a Porto Velho, e Lábrea voltou a pertencer ao estado do Amazonas, restando apenas dois municípios no território: Porto Velho e Guajará-Mirim. Esse período foi marcado pelo auge da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, conseqüentemente, pela enorme importância econômica que a produção da borracha brasileira tomou no mercado internacional que visava, especialmente, abastecer a indústria de guerra. Para a história nacional, esse período ficou conhecido como Segundo Ciclo da Borracha (1943-1945).

O recém-criado, o Território Federal do Guaporé, teve seu nome alterado para Território Federal de Rondônia pela Lei n.º 2731 de 17 de fevereiro de 1956, em homenagem ao sertanista e militar do Exército Brasileiro, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Em 1981, o Território Federal de Rondônia contava com um total de 13 municípios sob sua administração, número que se multiplicou, após a criação do estado de Rondônia, em 31 de dezembro de 1981.

A Constituição Federal de 1967, instituiu os territórios federais, dubiamente, como entes da federação. Nesse viés político-administrativo, o Território Federal de Rondônia (1956-1981), integrava a federação nacional dentro do constitucionalismo republicano à época. De acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1967, Art.1º, §1º) “O Brasil é uma República Federativa, constituída, sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.”

Acerca da participação dos territórios federais no poder legislativo federal, a Constituição Federal (Brasil, 1967, Art. 40º) instituiu, à época, que “A Câmara dos Deputados compõem-se de representantes do povo eleitos por voto secreto; em cada Estado e Território.” Ainda de acordo com

a Constituição Federal (Brasil, 1967, Art.40º, § 4º) ficou instituído que “Cada Território terá um deputado.”

Seguindo a estratégia de segurança nacional, todos os governadores escolhidos pelos presidentes militares entre 1965 e 1981, também eram oficiais militares de carreira, especificamente do Exército. Silva (2007, p. 50) afirma que “[...] durante o regime militar, os territórios foram concedidos às Forças Armadas, da seguinte maneira: Roraima destinado à Aeronáutica; Amapá foi destinado à Marinha, e Rondônia ao Exército.”

A intensa propaganda, em grande parte enganosa, sobre as infundáveis oportunidades, prosperidade e boas condições do lugar, influenciaram muitos migrantes a se mudarem para a região norte do Brasil. Sobre o aumento da população no Território Federal de Rondônia, Franco (2019, p.10) afirma que “No final da década de 1970, a população chegava a 116.620 habitantes. No fim da década seguinte, o contingente habitacional aumentou expressivamente, totalizando 503.125 habitantes (IBGE, 2010).” Muitos migrantes morreram de malária, confronto com índios e grileiros de terras, ou simplesmente, abandonaram as terras recebidas por não serem férteis o bastante, como divulgado pelo regime.

Essa migração foi totalmente tutelada pelo governo, o que desenhou os principais contornos do processo de ocupação do espaço local e constituiu uma hierarquização do mesmo, concebendo uma espacialidade específica ao Território. De acordo com Franco (2019, p. 7):

“Dentre os projetos implementados em Rondônia, destacam-se os Planos Integrados de Colonização (PICs), a exemplo dos PICs Ouro Preto (1970), Sidney Girão (1971), Ji-Paraná (1972), Paulo Assis Ribeiro (1973), Padre Adolpho Rohl (1974); os Programas de Assentamento Dirigidos (PADs) que destinaram terras, especialmente, a médios e grandes empreendedores, e os Projetos de Assentamento (PAs), que distribuíam lotes de 50 hectares para pequenos agricultores.”

Além dos planos de assentamentos rurais, ocorreram também, a efetivação de assentamentos urbanos que, em maior parte, tiveram êxito devido à proximidade com a BR 364, pilar fundamental do Programa de Integração Nacional para a Amazônia. Essas cidades que iam surgindo, tinham uma forte característica de dá suporte logístico às demais localidades rurais, uma espécie de urbanismo rural que ainda persiste, de certa forma, na atualidade.

No processo formativo da nova espacialidade rondoniense, sob o comando da ditadura, os indígenas também foram impactados, deslocados e alocados geograficamente, o que marcou a reconfiguração de espacialidades originárias ancestrais na Amazônia rondoniense. Segundo Franco (2019, p.11):

“Os enfrentamentos, em pouco tempo, extrapolaram as fronteiras de Rondônia, sendo reportados com desta que na mídia nacional. Para solucionar a questão, o povo Suruí, formado por vários clãs, foi dividido e cada clã foi acomodado no final de uma linha – espécie de estradas – que dava acesso à Terra Indígena 7 de setembro, criada em 1976. Nessa época, grande parte dos Suruí havia morrido [...]”

A espacialidade rondoniense foi moldada efetivamente, para garantir o sucesso de um desenvolvimento, progresso pautado na agricultura e pecuária com base em um forte processo tecnológico e de desmatamento sistêmico. Dentro desse intenso processo de desenvolvimento e integração nacional, os militares incluíram os mais diversificados mecanismos, aparatos de informação, contrainformação, pressão, controle e repressão. Tudo isso visava o controle sobre as políticas públicas desenvolvimentistas do regime visando a “segurança nacional”, sobretudo, nas regiões de fronteira presentes na Amazônia.

A repressão política marcou o processo de desenvolvimento e integração nacional da ditadura. À medida que as empresas privadas avançavam a serviço do grande capital financeiro, Amazônia adentro, o aparelho de repressão política estatal, se fazia presente dando sustentação. Sobre isso Santos (2021, p. 246) afirma:

“A criação de uma empresa como a Sacopã e dos serviços de limpeza étnica e social da qual estava incumbida se davam nos marcos de uma política do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, tal política permitia – em primeiro lugar – a descentralização do poder de polícia do aparato estatal e – em segundo lugar – a entrega do poder repressivo nas mãos das empresas privadas. Com isso, colocavam esse poder a serviço das suas contraentes que eram, por sua vez, empresas de mineração e fazendeiros. [...] Dessa maneira, a violência praticada pelos grupos paramilitares, de responsabilidade do Estado, também agia no interior do país, na Amazônia. [...]”

O Grupo empresarial Paranapanema atuou amplamente no Território Federal de Rondônia. Sua atuação foi focada, principalmente, na mineração de Cassiterita, minério abundante na região. Segundo Santos (2021, p. 249): “A mineração Aripuanã, criada em 1969, tornou-se mais uma subsidiária do Grupo Paranapanema, após as descobertas de cassiterita nas áreas de Rondônia e Mato Grosso. [...]”

Em sua atuação no território, a empresa Paranapanema, contou com auxílio técnico direto, do Serviço Nacional de Informação. Criado em 1964 como pilar fundamental do aparato de repressão da ditadura, o SNI ensinou técnicas de espionagem, especificamente de infiltração em lugar e/ou grupo inimigo, para que a empresa tivesse a capacidade efetiva de colher informações detalhadas de pessoas, negócios e principalmente, locais valiosos para a exploração mineral, o que a auxiliaria em uma eventual invasão do lugar pela sua força de segurança privada e legitimada pelo governo militar. O SNI

combinou funções de uma agência central de informações com as de um conselho de assessoria para formulação de diretrizes políticas nacionais sob o comando dos militares.

Santos (2021, p. 247) considera também muito grave, o fato de que o próprio Estado compartilhou o poder de polícia com empresas privadas como por exemplo, a Paranapanema. A empresa possuía uma força de segurança paramilitar totalmente treinada, informada, armada, letal e acobertada juridicamente, para agir em favor do desenvolvimento e integração nacional do território. Paralelamente, evitava a “subversão comunista” dos trabalhadores, eventuais “guerrilhas”, e combatia os índios.

Visando controlar o poder judiciário do território, os militares interviram ostensiva e continuamente no mesmo. Tais medidas, eram pautadas na intimidação, constrangimentos e cassações de magistrados. De acordo com Menezes (2005, p. 03) “Aqueles que ousaram tomar qualquer atitude que veio desagradar à elite sofreram as penalidades que faziam parte do sistema naquele momento. No caso dos juízes que passaram pela judicatura no então Território Federal de Rondônia, a pena foi a de cassação.”

A censura também foi muito presente nos meios de comunicação do território, sobretudo, sob os jornais impressos considerados comunistas e subversivos pela ditadura civil-militar. Sob o título “O corrupto e desmoralizado capitão Sílvio entrava o desenvolvimento do Território de Rondônia”, a edição n.º 117 do Jornal O Combate, de 05 de setembro de 1973, apresentou denúncia contra o superintendente do INCRA no Território, Capitão do Exército Sílvio Farias da Silva, que estaria cobrando propina dos migrantes que, recém-chegados ao Território, pleiteavam junto ao órgão, lotes de terra. De acordo com (O Combate, 5 set. 1973, p. 09):

“Como se não bastasse o seu frustramento na política do povoamento e colonização de Rondônia, travada pelo impoluto Presidente Medici; como se não chegasse a existência dos maiores focos de corrupção de Sílvio era nome do INGRA no interior do Território, onde o colono, na grande maioria, para conseguir um lote de terra, é preciso oferecer propinas diretamente ao Capitão Sílvio de Farias que variam desde 5 à 20 mil cruzeiros [...]”

O Jornal “O Combate” foi alvo da repressão política imposta pelo regime. De acordo com documentos oficiais encontrados no acervo do extinto Serviço Nacional de Informação, conservados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), a ordem de censura prévia ao referido jornal, partiu do diretor geral da Polícia Federal, General de Divisão Antônio Bandeira, em 25 de outubro de 1973. Reza o Ofício N.º 1077/Sec./Gab., (Brasil, 1973):

“Do Diretor-Geral
Ao Dr. Arthur Carbono Filho
Diretor da Divisão de Polícia Federal no Território Federal de Rondônia

De ordem do Exm.º Sr. Ministro da Justiça, deverá v.sa. proceder a uma censura previa no jornal “O COMBATE”, editado nesse Território, com a finalidade de coibir a linguagem dasabrida, insultuosa às autoridades e atentatória aos princípios da moral e dos bons costumes que é usada costumeiramente por aquele semanário.”

Em 05 de julho de 1970, o advogado e então Deputado Federal do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Jerônimo Garcia Santana (1934-2014), foi preso pelos militares sob a alegação de estar difamando autoridades públicas do território e do governo federal. Dias antes de sua prisão, o referido deputado havia proferido alguns discursos na Câmara Federal, demonstrando indignação com a corrupção praticada pelo governador do Território e autoridades relacionadas, em processos de licitação de obras. Paralelamente, também criticou a violência da repressão política, em especial as torturas, praticada pela ditadura contra a população do Território.

De acordo com A Lei de Segurança Nacional (Brasil, 1969, Art. 45º) “Fazer propaganda subversiva: [...] V - Injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão de suas atribuições; Pena: reclusão de 1 a 3 anos.” O General do Exército Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, diretor da Divisão de Segurança e Informações, notificou a prisão do Deputado ao ministério do interior por meio do Ofício N.º 50/16/70 - 05 de junho de 1970, (Brasil, 1970):

“Esta divisão antevendo a continuação por parte do advogado Jerônimo Garcia Santana de ataques as autoridades constituídas do país, preconizou em parecer anterior, a adoção de medidas capazes de tolher os ímpetos difamatórios do citado advogado, mediante a aplicação ao caso, das disposições do Decreto-Lei n.º 314, de 13/03/1967, com alterações feitas pelo Decreto-Lei n.º 510, de 20/03/1969 (Lei de Segurança). [...]. A denúncia, foi interceptada pelo governo do Território, que determinou o recolhimento do mesmo na Guarda Territorial para averiguações. Assim sendo, sugerimos a remessa deste expediente para a Polícia Federal de Rondônia, para proceder a uma averiguação policial, e uma vez apurado que houve ofensa a Lei de Segurança, encaminhar o processo para o auditor militar competente.”

A repressão política da ditadura não se limitou apenas, à censura de veículos de comunicação e à espionagem eficiente e intimidatória no Território. Prisões e torturas também foram praticadas, a fim de assegurar o desenvolvimento contínuo e efetivo do projeto sócio-político dos generais a serviço do grande capital financeiro na Amazônia rondoniense.

Os militares contribuíram política e socialmente, na configuração do espaço rondoniense e conseqüentemente, nas relações sociais e de poder, o que já era recorrente desde a criação do Território Federal do Guaporé em 1943, e que continuou, mesmo quando o Território passou a ser estado, em 1981. Souza (2011, p. 19) conclui: “A pequena importância política e econômica no conjunto da nação impôs às elites guaporeanas a adoção de uma postura de cliente frente ao poder centralizado dos militares de Brasília. A transição para o Estado iria ser tutelada pelo governo militar.”

Fenômenos políticos de curta e média duração, deixam enraizadas suas influências e continuidades no meio social. O estado de Rondônia é um dos entes federados mais jovens do país. Sua história tem uma profunda conexão com a ditadura civil-militar. Basta um olhar atento para perceber tal conexão, seja através de um nome de uma rua ou avenida, praça, escola, município, bem como, pela forma como se vive, ocupa e se produz na geografia do lugar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se deu início a este artigo científico, constatou-se que existiam poucas pesquisas acadêmicas acerca da temática escolhida para estudo. Esta constatação, gerou dúvidas e dificuldades para seguir a diante com os trabalhos. Nesse viés, se fez necessária uma busca otimista, pelo entendimento acerca de relações epistêmicas e factuais, estabelecidas na História recente entre o Território Federal de Rondônia e a ditadura militar.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral, identificar e compreender a relação entre a Lei de Segurança Nacional e o processo construtivo da espacialidade rondoniense entre 1970 e 1981. Constata-se, que o objetivo geral foi atendido, porque efetivamente, o trabalho conseguiu determinar as fontes e os fatos históricos pertinentes, estabelecer a conexão historiográfica entre as fontes e os fatos, bem como, compreender e demonstrar, significativamente, a conturbada e violenta construção da espacialidade do Território Federal de Rondônia, sob a proteção da repressão política do regime, do incentivo do grande capital financeiro e da legitimidade ideológica do anticomunismo.

O primeiro objetivo específico foi atendido ao se compreender e evidenciar no trabalho, a ascensão das Forças Armadas ao poder através do golpe de 1964. Já o segundo objetivo, foi cumprido ao se discutir e fomentar o entendimento acerca da Lei de Segurança Nacional e sua utilização durante a ditadura.

O terceiro objetivo específico, foi alcançado no momento que se apresentou o Programa de Integração Nacional (PIN), suas respectivas diretrizes e sua efetivação no Território Federal de

Rondônia. O quarto objetivo específico, também foi atingido, ao paço que se identificou e determinou a configuração político-administrativa do Território Federal de Rondônia sob à luz da historiografia e da Constituição Federal de 1967. Por fim, o quinto e último objetivo específico, foi atendido, no momento em que a pesquisa apontou as reais implicações da Lei de Segurança Nacional na efetivação do Programa de Integração Nacional (PIN) no Território.

A pesquisa se baseou na hipótese de que a partir de 1970, os governos militares reconfiguraram a ocupação socioespacial de Rondônia dentro de uma visão desenvolvimentista. Para tanto, se utilizaram da Lei de Segurança Nacional para apoiar e proteger o desenvolvimento do Programa de Integração Nacional (PIN), colocando em prática a repressão política contra toda e qualquer resistência ao avanço do grande capital financeiro na Amazônia. Durante o trabalho, verificou-se a confirmação da hipótese.

O problema de pesquisa, foi solucionado no momento em que se evidenciou no trabalho, as ações de repressão política do regime voltadas para a cassação, censura, espionagem, intimidação, paramilitarização e prisões ilegais contra quem representava um obstáculo no caminho do Programa de Integração Nacional da ditadura. Vale ressaltar também, o forte processo de migração para o Território, a constatação de ataques violentos contra populações indígenas, a destruição da floresta através da ocupação, atos de corrupção praticados por empresas privadas, agentes públicos e políticos, e o acobertamento dos mesmos dentro do Território Federal de Rondônia.

Vale lembrar, que a metodologia aplicada neste artigo, baseou-se na pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Na prática, possibilitou o emprego da historiografia e de documentos oficiais produzidos pelos órgãos de repressão do regime, como fonte histórica. O levantamento das fontes foi feito pelo próprio autor. As fontes historiográficas foram livros paradidáticos, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Já as fontes documentais, foram decretos-leis, Constituição Federal de 1967 e documentos oficiais da ditadura encontradas no site do Arquivo Nacional.

Diante da metodologia proposta, percebe-se que o trabalho poderia ter sido realizado com uma pesquisa mais ampla na parte de documentos oficiais produzidos pela ditadura, o que poderia gerar uma análise mais ampla sobre o papel da repressão política na execução da política desenvolvimentista dos militares na Amazônia rondoniense. A dificuldade de sair de Rondônia para acessar, presencialmente, o Arquivo Nacional em Brasília, a limitação do Arquivo Público do estado de Rondônia para documentos relacionados ao tema estudado, a pouca quantidade de documentos da

ditadura disponibilizados no site do Arquivo Nacional e a falta de classificação da maioria dos documentos, já disponibilizados, também no site do Arquivo Nacional, configurou-se como as maiores limitações na realização deste trabalho.

Como continuidade dessa pesquisa, propõem-se um estudo acerca da atuação da ditadura militar na Amazônia, com foco no modelo geopolítico da Doutrina de Segurança Nacional, nas relações diplomáticas entre o Brasil e os países de fronteira amazônica, os impactos ambientais do Programa Nacional de Integração, bem como, a própria resistência indígena contra a ditadura em Rondônia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 889**, de 29 de setembro de 1969. Lei de Segurança Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. (Constituição 1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 1.106**, de 16 de junho de 1970. Programa de Integração Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.html. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 5.812**, de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%20os%20Territ%C3%B3rios%20Federais%20do,Ponta%20Por%C3%A3%20e%20do%20Iguass%C3%BA>. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 2.731**, de 17 de fevereiro de 1956. Programa de Integração Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/12731.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%202.731%2C%20DE%2017,Art. Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. Divisão de Segurança de Informações. **Ofício N.º 50/16/70**. Brasil: DSI, 05 de junho de 1970. Assunto: Prisão de Jerônimo Garcia Santana. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/72042339/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_72042339_d0001de0002.pdf. Acesso em: 09 set 2022.

BRASIL. Departamento de Polícia Federal no Território Federal de Rondônia. **Ofício N.º 1077/1973/Sec./Gab**. Brasil: DPF, 25 de outubro de 1973. Assunto: censura previa no jornal “O COMBATE”. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/73066000/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73066000_d0001de0002.pdf. Acesso em: 09 set 2022.

DRUMMOND, José Augusto. **Natureza rica, povos pobres?** questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. Artigo. 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7393>. Acesso em 02 fev. 2023.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. **A construção do “Brasil Potência”**: a propaganda de estímulo à migração para o Norte do Brasil – um estudo a partir do caso de Rondônia (1968-1981). Artigo. 2016. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2019.231.09>. Acesso em 02 fev. 2023.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: editora Record, 2001.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**, Vol. 1. Coleção As Ilusões Armadas. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

GUAZZELLI, Dante Guimaraens. TORRES, Mateus Gamba. **O Estado era a lei**: Lei de Segurança Nacional e advocacia na ditadura civil-militar brasileira (1964-1979). Artigo. 2013. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/469/468>. Acesso em 05 nov. 2022.

MENEZES, Nilsa. **O Judiciário no Período Militar**. Artigo. 2005. Disponível em: <https://www.tjro.jus.br/resp-doc-historica/cdh-acervo-publicacoes/artigo-judiciario-periodo-militar>. Acesso em: 15 nov. 2022.

O COMBATE. **Porto Velho**: 1969-1976. Site do Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/73066000/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73066000_d0001de0002.pdf. Acesso em 09 set. 2022.

PINTO, Emanuel Pontes. **Território Federal do Guaporé**: fatos de integração da fronteira ocidental do Brasil. Rio de Janeiro. UFRJ. 1992.

PIMENTAL, Thiago Duarte. CARRIERI, Alexandre de Pádua. **Espacialidade na construção da identidade**. Artigo. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/tLkwPppdgdJvMg8D9LCmD6j/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SILVA, Altiva Barbosa. **Geopolítica na Fronteira Norte do Brasil**: o papel das Forças Armadas nas transformações sócio-espaciais do estado de Roraima. Orientador: Wanderley Messias da Costa. 2007. 187 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia: USP – Universidade de São Paulo, São Paulo 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28052010-102349/pt-br.php>. Acesso em 04 jan 2023.

SANTOS, Adriana Gomes. **Controle e repressão aos Waimiri-atroari na fronteira Amazonas-Roraima no período da ditadura brasileira (1964-1985)**: uma faceta da parceria entre Estado e o mundo empresarial (Paranapanema-Sacopã). Orientador: Vera Lúcia Vieira. 2021. 317 f. Tese (Doutorado) – Curso de História: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

Disponível em:
<https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/24393/1/Adriana%20Gomes%20Santos.pdf>
Acesso em: 15 nov. 2022.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. Orientador: Antônio Celso Ferreira. 2011. 202 f. Tese (Doutorado) – Curso de História: UNESP – Universidade Estadual Paulista, São Paulo 2011. Disponível em:
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103127/souza_va_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 mai. 2022.

Data de submissão: 08/03/2023

Data de aprovação: 14/09/2023

A GAMIFICAÇÃO COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM NA TURMA DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFAC: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE LETRAMENTO DIGITAL DOS ALUNOS

Risonete Gomes Amorim¹

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo investigar como o uso das tecnologias digitais, pelo viés da gamificação, favorece o ensino e a aprendizagem na disciplina de língua portuguesa na turma de ensino médio de primeiro ano do curso de Redes de Computadores do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, buscando entender também a importância do uso dessas metodologias ativas em sala de aula contribuem para o processo de ampliação dos letramentos, através da diversidade de linguagens que permeiam os multiletramentos. Nesse sentido, o foco principal para tal pesquisa está relacionado à formação em letras português e atuação no Ifes, locus da pesquisa, no qual foi possível perceber que a inserção da gamificação na disciplina de língua portuguesa é um mecanismo importante no desenvolvimento de novas práticas relacionadas às metodologias ativas. A metodologia pensada é de cunho bibliográfico, possuindo caráter quali-quantitativo, sendo realizado também uma pesquisa de campo com os alunos do Ifac, com uso de questionários e entrevista se for o caso. Nesse sentido, para fundamentar a pesquisa que está em andamento, foram utilizados os seguintes autores: Alves (2015), Kleiman (2007), Leffa (2014), Rojo (2012), Souza (2021), entre outros. Por fim, destacamos aqui que a presente pesquisa encontra-se em andamento, não havendo ainda resultados concretos.

PALAVRAS-CHAVE: Gamificação. Multiletramentos. Ensino.

GAMIFICATION AS A PEDAGOGICAL RESOURCE FOR TEACHING AND LEARNING IN THE FIRST YEAR CLASS OF IFAC INTEGRATED HIGH SCHOOL: CONTRIBUTIONS TO THE STUDENTS' DIGITAL LITERACY PROCESS

ABSTRACT

The main objective of this article is to investigate how the use of digital technologies, through gamification, favors teaching and learning in the Portuguese language subject in the first-year high school class of the Computer Networks course at the Institute of Education, Science and Technology of Acre - IFAC, also seeking to understand the importance of using these active methodologies in the classroom, contributing to the process

¹ Formada em Letras Português, pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Professora de Língua Portuguesa e Literaturas do Instituto de Ciência, Educação e Tecnologia do Acre (Ifac), mestranda no Programa de Pós-graduação: Letras: Linguagens e Identidades (PPGLI/Ufac). E-mail: risonete.amorim@ifac.edu.br

of expanding literacies, through the diversity of languages that permeate multiliteracies. In this sense, the main focus for this research is related to training in Portuguese language and performance at Ifes, the locus of the research, in which it was possible to realize that the insertion of gamification in Portuguese language subject is an important mechanism in the development of new practices related to active methodologies. The methodology designed is of a bibliographical nature, having a qualitative and quantitative character, and a field research was also carried out with Ifac students, using questionnaires and interviews, if applicable. In this sense, to support the research in progress, the following authors were used: Alves (2015), Kleiman (2007), Leffa (2014), Rojo (2012), Souza (2021), among others. Finally, we emphasize here that this research is in progress, with no final results yet.

KEYWORDS: Gamification. Multiliteracies. Teaching.

1. INTRODUÇÃO

Com o advento da globalização, processo de aproximação entre as diversas sociedades e nações existentes por todo o mundo, seja no âmbito econômico, social, cultural ou político, surgiram muitas formas de conhecimento voltados para o mundo tecnológico e a inserção dessas novas ferramentas no cotidiano pessoal, profissional e social tornaram-se cada vez mais necessárias. Novas concepções de agir e entender esse mundo da cibercultura influenciou profundamente os comportamentos e as compreensões por meio do mundo digital globalizado. À medida que tais transformações foram ocorrendo a utilização dessas novas ferramentas tecnológicas, dentre elas os smartphones, tablets, dispositivos móveis diversos que introduziam em meios diferentes de utilização objetivos específicos. No contexto escolar não ocorreu diferente, as inquietações que norteavam a inserção desses recursos em favor do fazer pedagógico permeavam as formações dos profissionais da área educacional e buscavam introduzir cada vez mais esse suporte tecnológico em sala de aula, auxiliando como apoio no desenvolvimento cognitivo, cultural e individual, aprimorando o conhecimento, vivenciando as novas mudanças da contemporaneidade.

Esses dispositivos tecnológicos trouxeram mudanças que ocasionaram de forma contundente o desenvolvimento dos indivíduos que fazem parte dessa nova geração globalizada. O mundo da cibercultura, cultura que surgiu, surge, ou está surgindo, a partir do uso da rede de computadores, e de outros suportes tecnológicos (como, por exemplo, o smartphone) através da comunicação virtual, a indústria do entretenimento e o comércio eletrônico, no qual se configura o presente, o prefixo ciber vem da palavra inglesa cybernetics, trouxe uma grande transformação que influenciou de forma significativa na linguagem e na interação sociocultural. A enorme facilidade encontrada para interagir com pessoas de países distantes, com discursos diferentes, ideias, comportamentos e culturas

diferenciados torna-se cada vez mais habitual e esses contatos estão cada vez mais frequentes, com uma utilização de maneira bem intensa de tais ferramentas. Metodologias ativas surgem constantemente e os considerados nativos digitais, Para Prensky (2001, p. 1) esses alunos caracterizam-se por nascerem a partir de 1990 e por estarem rodeados pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDIC, os que aprendem fazendo, são a nova realidade da nossa geração. Segundo Valente (2018) as metodologias ativas são práticas pedagógicas em que o foco do processo de ensino e aprendizagem é o aluno que assume uma postura mais participativa, assim, “o fato de elas serem ativas está relacionado com a realização de práticas pedagógicas para envolver os alunos, engajá-los em atividades práticas nas quais eles sejam protagonistas da sua aprendizagem” (p. 28).

Os chamados nativos digitais, que para Prensky (2001), são jovens estão acostumados a obter informações de forma rápida e costumam recorrer primeiramente a fontes digitais e à Web antes de procurarem em livros ou na mídia impressa, além de manusear com muita frequência e rapidez as ferramentas digitais, aprendem também por meio de desafios, estimulados por um interesse com o novo, relacionados com as descobertas que aguçam a curiosidade em testar as habilidades e competências na compreensão desses dispositivos. Esses novos saberes tornam-se essenciais para esse novo público, possibilitam um envolvimento constante em relação ao convívio diário, com isso se faz imprescindível aos profissionais da área da educação buscar adequar esse contato realizado fora dos muros da escola para o ambiente de sala de aula, pois trazer as tecnologias digitais para o ambiente escolar é uma tarefa de suma importância para todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Entendemos que o processo para implementação das tecnologias no espaço escolar sofreu algumas dificuldades para acompanhar esse avanço tecnológico, como formação dos profissionais da área educacional, pois muitos não estavam preparados para utilizar as tecnologias. A demanda por capacitações na era digital cresce diariamente, e a procura em aprimorar os conhecimentos de todo contexto escolar também evolui. A agilidade no acesso à informação é uma realidade e os alunos estão sendo cada vez mais cercados por esses conhecimentos, assim como o acesso a canais de comunicação variados, esses contatos com o novo, moderno e cada vez mais atrativo é para as pessoas, principalmente para os alunos, um mundo cheio de descobertas, de curiosidades.

Dessa forma, não podemos, enquanto profissionais da área educacional, deixarmos o ensino considerado tradicional predominar em nossas salas de aula. A lousa e o giz não podem mais ser os únicos instrumentos a serem utilizados pelo professor, essa forma arcaica e atrasada atualmente não

chama a atenção do novo público, o que nos leva a um desafio que é o de proporcionar ao trabalho pedagógico essas concepções que atualmente tornaram-se cada vez mais necessárias para o ensino e aprendizagem em sala de aula. Nesse novo aspecto de um mundo virtual e tecnológico apresentado aos estudantes diariamente, aqui destacamos principalmente a internet, fonte principal de contato com o mundo contemporâneo, para escola, adequar-se a esses fatores presentes na globalização e trabalhar de forma eficiente com a velocidade em que chegam as informações aparecem é uma necessidade latente e precisa fazer parte do trabalho docente.

Um olhar mais sensível em relação à educação surgiu no momento da pandemia de Covid -19, pois um novo cenário se fazia necessário, o processo de ensino e aprendizagem passou por um grande desafio para todos os envolvidos nele, pois criar estratégias metodológicas que estimulassem os alunos foi instigante e provocador, espaços e ambientes de aprendizagem diferentes dos habituais faziam parte dessa nova realidade na vida de todos os envolvidos na área educacional.

Nesse sentido, realizar uma transformação em relação aos meios didáticos em sala de aula, com um ensino remoto e por meio de um ambiente totalmente virtual, distante social e fisicamente surgem inquietações diversas, em especial ao professor de Língua Portuguesa que está rodeado por uma multiplicidade de informações e linguagens. Foi a partir dessas inquietações que surgiu o objetivo principal e norteador da nossa pesquisa, tendo como base essas questões tecnológicas e pedagógicas. A problemática que norteia esse trabalho está voltada para o questionamento sobre como é possível promover a aprendizagem em Língua Portuguesa pelo viés da gamificação na promoção de multiletramentos com alunos do ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – Ifac – Campus Rio Branco? Como também investigar como essas tecnologias digitais podem favorecer esses multiletramentos, favorecendo o ensino e aprendizagem nas aulas de Língua Portuguesa.

Para iniciar esse trabalho foi realizado, primeiramente, um levantamento bibliográfico, destacando aqui alguns referenciais teóricos como: **Leffa (2014)**, o qual versa sobre a gamificação e o ensino de línguas;- **Vieira e Hoyos (2018)**, que tratam sobre a gamificação no ensino de língua portuguesa e língua espanhola;- **Souza (2020)**, a qual faz um interessante estudo sobre a gamificação no ensino de língua portuguesa, **Rojo (2009)**, referência em relação aos múltiplos letramentos, **Kleiman (2007)**, letramento e as implicações no ensino da língua materna, dentre outros. Ao finalizar tal levantamento, uma nova fase foi iniciada com uma pesquisa de campo em fevereiro de 2023 com a turma de primeiro ano integrado ao ensino médio do curso de Redes de Computadores do Instituto

de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, Campus Rio Branco, a qual encontra-se em coleta de dados e categorização.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A investigação da pesquisa iniciou-se primeiramente a partir de alguns critérios estabelecidos que serviram de embasamento para auxiliar nos trabalhos desenvolvidos. Um dos primeiros critérios abordados é o da facilidade em trabalhar numa instituição de ensino e tecnologia, pois inquietações que iniciaram desde o começo das aulas no ensino básico, técnico e tecnológico, no ano de 2014 no Campus Rio Branco do IFAC, espaço que ajudou a entender novas perspectivas em relação ao entendimento sobre a realidade vivenciada em sala de aula e que ampliou a visão sobre a importância em inserir cada vez mais as ferramentas tecnológicas no contexto escolar. O conhecimento prévio dos alunos é um fator muito importante a ser incorporado no ambiente escolar e nas metodologias desenvolvidas pelos docentes, são desafios que fazem parte do cotidiano educacional que precisam ser repensados e colocados em prática, e é a partir dessa reflexão que entendemos que estamos vivendo tempos cada vez mais modernos e tecnológicos, e que nossos alunos incorporam essas mudanças de maneira muito rápida.

A pesquisa desenvolvida neste trabalho está voltada para uma percepção que se tornou muito real em relação à modernidade e a um cenário educacional, que sofreu mudanças repentinas com o modelo de ensinar e de sala de aula. O ambiente virtual foi uma necessidade impulsionada por uma pandemia que pegou todos de surpresa e o desafio de enfrentar aulas remotas foi um momento de muita reflexão por parte de toda comunidade escolar, a necessidade em adequar-se às novas tecnologias em relação às aulas online foi um incentivo bem relevante para repensar as práticas pedagógicas. Formações continuadas foram necessárias para que todos os profissionais da área da educação fossem capacitados para um novo formato de ensino e aprendizagem. (Kensky, 2020; Oliveira *et al* 2019).

Diante desse cenário atual imposto pela COVID-19, Rosa (2020, p.47), diz que: Abriu-se um critério histórico para a educação através da tecnologia, no ensino remoto, que prosseguiu em nosso país por meio do reconhecimento do Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Ministério da Educação (MEC) atribuindo que a carga horária disponibilizada nessa modalidade de ensino é absolutamente válida.

Várias ideias surgiram, trocas de experiência foram ocorrendo e dentre algumas vivências compartilhadas chamou mais a atenção, a metodologia ativa da gamificação, que segundo Kapp (2012),

refere-se com utilizar jogos para envolver as pessoas, e através deles promover o aprendizado através da resolução de problemas. Essa prática pedagógica foi abordada como um exemplo de metodologia que deu certo e que engajou muito todos os alunos envolvidos. Tal método, ainda utilizado no ensino presencial foi trazido como um exemplo que poderia ser utilizado no ensino remoto, a experiência evidenciada por meio da troca de conhecimentos e muito diálogo com a turma estudada proporcionou a todos os participantes da formação pedagógica um grande conhecimento e uma vontade maior em aprender mais sobre as metodologias ativas aplicadas em sala de aula.

A partir desse exemplo bem aplicado e discutido, e por meio de algumas perguntas, pesquisas e dúvidas sobre o assunto é que surgiu a ideia em trabalhar essa metodologia em aulas na disciplina de Língua Portuguesa como estratégia pedagógica para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. Essa ação mostrou grande ajuda no desenvolvimento de habilidades que permitam entender a pluralidade que permeia a interação e o aprendizado com uma abordagem de aprendizagem que proporcione o multiletramento, que segundo Roxane Rojo (2012), estão associados à multiplicidade cultural e à multiplicidade semiótica de construção dos textos dos alunos no contexto escolar. Essas metodologias ativas tornam-se cada vez mais evidentes com a evolução da tecnologia, e incorporá-las como estratégias no contexto educacional é um fator muito importante nas práticas inovadoras de aprendizagem, trazendo para sala de aula atividades diversificadas e estimuladoras.

As metodologias ativas geram engajamento aos estudantes, proporcionando diversão, criatividade, desafios e sensação de satisfação pessoal. Moran (2016) explica que na “era digital” o acesso ao conteúdo ocorre por um processo multiletrado que envolve: textos impressos, vídeos, livros, blogs, sites, jogos/games e plataformas digitais diversas na construção de histórias como elementos dinamizadores, tornando o ensino mais atrativo. Essas ferramentas inovadoras e que se encontram em constante contato com os alunos cresce vertiginosamente e norteia o cotidiano das pessoas na contemporaneidade, em virtude dessas mudanças que fazem parte do cotidiano dentro de um contexto globalizado é que enquanto profissionais da área da educação não podemos nos ater para tamanha relevância dessas tecnologias digitais no mundo moderno. A inserção de novas linguagens, informações e muitas formas de conhecimentos variados que são recebidos por todos os públicos, tanto no ambiente profissional, pessoal e social, são cada vez mais avançados e constantes.

Estarmos envolvidos nesse processo de mudança e de conhecimentos múltiplos em ambientes diversos, principalmente no escolar, requer de toda gestão educacional um posicionamento significativo e colaborativo, no qual a resignificação do fazer pedagógico seja efetuada de forma efetiva

e em defesa da aprendizagem construtiva. Desse modo, enxergar as mudanças de uma forma em que seja possível trazê-las para auxiliar no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem é um fator preponderante para atuação docente atualmente, ou seja, a mera transmissão de conteúdo, compreendida como um ensino arcaico e tradicional, não pode mais ser uma realidade no contexto educacional. Nesse sentido, Freire e Horton (1998, p. 52) explicam: “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Para os autores, o educador precisa exercer um papel de abertura às novas circunstâncias do mundo atual, explorar a criticidade, aprofundar a criatividade e a autonomia dos alunos.

É nesse viés que a pesquisa em questão está embasada, por meio das metodologias ativas, aqui em destaque para gamificação, procurar trazer para o ambiente da sala de aula uma atmosfera favorável de práticas colaborativas, construtivistas, enriquecedoras ao processo de ensino e aprendizagem. Berbel (2011, p. 28) afirma que metodologias ativas de ensino podem despertar o interesse e a curiosidade, “à medida que os alunos se inserem na teorização e trazem elementos novos, ainda não considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor”. Respeitar os conhecimentos prévios dos alunos é uma questão que não pode ser deixada de lado, mas sim utilizada para auxiliar no processo de aprendizagem, ou seja, se não são observadas e valorizadas as capacidades e habilidades que os estudantes já trazem para o contexto escolar, simples imposição dos conteúdos exigidos pelas estruturas curriculares não vai ser suficiente para uma construção de saberes e experiências significativas em sala de aula.

O processo de ensinar e aprender é dinâmico, constante e não linear e com isso exige do profissional educacional uma constante busca por aprimorar a prática educativa, estudando e ampliando ações que sejam direcionadas a expansão do conhecimento. A utilização da gamificação como recurso pedagógico está sendo cada vez mais presente nas instituições de ensino, estudos estão sendo desenvolvidos por mais pesquisadores que procuram aprimorar essas práticas, pois é algo que enriquece as aulas e estimula os estudantes. Praticamente todas as áreas do conhecimento humano foram modificadas, de alguma maneira a influência tecnológica interferiu em algum ambiente, principalmente na forma em que o ser humano interage com o mundo e com ele mesmo. Nessa perspectiva, Fardo (2013) afirma que:

As comunicações tornaram-se instantâneas e ubíquas; a informação difundiu-se e democratizou-se, e seus polos emissores, até então hegemônicos, foram descentralizados; a inteligência tornou-se coletiva; o ritmo e a quantidade de interações sociais pelas redes de computadores tornaram-se cada vez mais intensos; os movimentos verticais e hierárquicos que caracterizavam as atividades humanas

sofreram um processo de horizontalização. Enfim, inúmeras foram as alterações ocasionadas por esse novo modo de conduzir as atividades humanas. (Fardo, 2013 p. 29).

Fatores que são fundamentais nessas transformações também são encontrados em relação à velocidade e ao rápido alcance em que informações são compartilhadas, pois a conexão das pessoas com conectivos disponibilizados em todos os lugares e em diversas versões estão cada vez mais acessíveis e incorporados de alguma forma no cotidiano e na vida dos seres humanos. Nesse sentido, para lidar com essa rapidez com que as informações estão chegando até nós e de uma forma muito constante não é possível negar que sofreremos esses impactos ao nosso redor, e com isso devemos, enquanto educadores e mediadores da aprendizagem no contexto escolar, aproveitar das tecnologias digitais para serem utilizadas e abordadas de uma forma eficiente, construtiva, reflexiva e colaborativa.

O papel que a escola e o professor exercem nesse sentido é de fundamental importância para que se desenvolva um trabalho eficaz e de qualidade em favor do processo de ensino e aprendizagem. Nessa mesma linha Fardo (2013, p.31) argumenta que: [...] nesse contexto, a escola deve exercer um papel fundamental, pois ela é (ou deveria ser) um ambiente de aprendizagem destinado a preparar os indivíduos para o mundo, um ambiente onde são trabalhados diariamente os processos de ensino e aprendizagem desses indivíduos que nela se encontram. A importância desse pensamento em aliar o processo de aprendizagem com a capacidade de pensar e agir em relação ao mundo que está cercado, é um fator preponderante para construção de saberes mútuos e colaborativos.

Esse papel em que a escola e os professores atuam de uma forma significativa é fundamental em um processo em que as buscas por conhecimentos diversificados estão cada vez mais acessíveis com apenas um clique em qualquer site de pesquisas. Desse modo, essa função exercida pela gestão escolar envolve outras significações, sendo que uma delas é a de orientar e auxiliar de que maneira essas novas tecnologias digitais irão auxiliar, contribuir e favorecer o aprendizado, construindo de forma coletiva um sendo crítico sobre os aspectos positivos e negativos com a utilização em massa dessas ferramentas. Nas palavras de Vygotsky (2003, p. 296): “Para a educação atual não é tão importante ensinar certa quantidade de conhecimentos, mas educar a aptidão de adquirir esses conhecimentos e valer-se deles”. Essa importante e desafiante missão em preparar sujeitos aptos a viverem na modernidade é um percurso necessário e precisa ser realizado.

É nesse cenário desafiante de incorporação de mudanças, tanto comportamentais quanto de conhecimentos que abordagens inovadoras nas metodologias educacionais precisam ser efetivadas e auxiliadas por meio da cultura digital, que é marcada pela ruptura com a cultura analógica e início da

tecnologia digital. Muitos fenômenos trazidos por essas tecnologias são facilmente apreendidos por pessoas de todas as idades, um dos principais são os games, um entretenimento que cresce cada vez mais desde a criação dos primeiros videogames, e nessa mesma linha Fardo (2013, p. 35), diz que: Esse gênero de entretenimento tem muito a ensinar para a área da educação, mais precisamente nos ambientes de aprendizagem, pois eles carregam todas as características encontradas na cultura digital, afinal, trata-se de um fenômeno que utiliza praticamente todos os recursos que as tecnologias digitais disponibilizam.

Essas metodologias ativas, aqui destacada com a gamificação são estratégias que auxiliam de forma significativa o processo de ensino e aprendizagem e é a partir dessa afirmação que buscar efetivar essas ações no ensino da língua materna é o que norteia a pesquisa em questão. Muitos pensam que os games são obstáculos para aprendizagem e que, de certa forma, interferem e tiram a atenção dos estudantes, com essa consciência não se pode entender e muito menos aplicar os conhecimentos empíricos da gamificação no ensino e aprendizagem dos alunos. Dessa forma, introduzir métodos diversificados e que são comuns aos estudantes do mundo globalizado é poder contribuir de uma forma significativa com alguns dos problemas encontrados nos ambientes educacionais que surgem rotineiramente. Esses problemas e desafios que cercam os contextos educacionais necessitam serem enfrentados e solucionados com práticas que auxiliem esse caminho.

Ensinar a escrita e a leitura no mundo da cibercultura exige do professor da língua materna subsídios que ajudem nesse processo, e abordar o processo de gamificação nas metodologias de sala de aula é um recurso que traz a realidade de muitos dos estudantes para o ensino e a aprendizagem de modo a favorecer a ampliação dos multiletramentos de todos os alunos envolvidos nesse processo, possibilitando um ambiente de interação e envolvimento com ética, colaboração e participação efetiva na aplicação dos elementos dos games de forma positiva e enriquecedora.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é de caráter qualitativo, iniciada por uma pesquisa bibliográfica com a leitura de autores que abordam o assunto em questão, e que logo após algumas leituras importantes e relevantes para a coleta de informações uma pesquisa de campo foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, no Campus Rio Branco, com alunos da turma de primeiro ano do curso de Redes de Computadores do ensino médio integrado e professores da disciplina de Língua Portuguesa. O local escolhido para realização da

pesquisa se deu pelo motivo de ser o maior campus da rede do IFAC no estado, em virtude disso se concentram a maior parte dos alunos do ensino médio integrado da instituição.

Os docentes de Língua Portuguesa e os discentes da turma do primeiro ano do curso de Redes selecionados participaram na condição de voluntários e responderam questionários, um aplicado presencialmente, no caso o dos discentes e o outro aplicado pelo Google Forms, no caso o dos docentes. Após a coleta dos primeiros dados obtidos uma reunião foi realizada para ouvir os alunos e os professores sobre as sugestões, questionamentos, dúvidas, dentre outras questões sobre o assunto em questão. Uma tabulação está sendo realizada para que, após a análise dos dados principais e a partir deles e de algumas observações feitas em aulas da disciplina de Língua Portuguesa seja possível levantar algumas sugestões sobre possíveis aplicações de jogos em futuras aulas na turma selecionada.

Novas ações serão realizadas após a análise das primeiras informações recolhidas e a partir da discussão e reflexão concretizada juntamente aos alunos e os professores da área de Língua Portuguesa. Em seguida, um novo questionário com perguntas diversificadas focadas no conhecimento das metodologias ativas, como também um espaço destinado para sugestões de atividades gamificadas para contribuir na disciplina será disponibilizado para todos os participantes. Essas informações auxiliarão de forma significativa no processo de desenvolvimento de algumas sugestões a serem empregadas em sala de aula.

A pesquisa em questão está pautada em investigar como o uso das tecnologias digitais, pelo viés da gamificação, pode favorecer o ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa, pela diversidade de linguagens que permeiam os multiletramentos. Esse tema que orienta o objetivo busca entender também como essas tecnologias digitais beneficiam o ensino e a aprendizagem nas aulas da disciplina, como também tentar descrever, incentivar e sugerir novas situações, hipóteses de ação, entre outras, para serem realizadas pela turma estudada e para turmas futuras de primeiros anos do ensino médio da educação básica técnica e tecnológica da instituição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos da pesquisa estão tendo como principais critérios a observação realizada em sala de aula, leituras bibliográficas, questionários aplicados, ferramentas que contribuem na pesquisa de campo, todas baseadas nas metodologias ativas e no letramento digital, textos multimodais, hipertextos, multiletramentos, atividades lúdicas e gamificadas, dentre outras atividades educativas que auxiliam os trabalhos educativos. tais recursos colaborativos de aprendizagem são de suma importância

para uma futura implementação nas metodologias ativas, inovadoras e tecnológicas no ensino da língua materna.

O questionário dos discentes e docentes foi aplicado e estão sendo analisados e tabulados com todas as informações recolhidas. após a análise das principais informações uma reunião será marcada com a professora de língua portuguesa da turma pesquisada para discutir os próximos passos a serem concretizados em relação à primeiro ano do ensino médio integrado do curso de redes de computadores do ifac. essas ações serão desenvolvidas para que sejam sugeridas atividades de metodologias ativas a serem aplicadas na turma, com foco na gamificação em algumas aulas da disciplina de português.

Ao finalizar essa etapa dos trabalhos realizados será elaborado um relatório a ser entregue aos participantes da pesquisa com as principais informações coletadas durante a pesquisa de campo. após o compartilhamento dos principais dados obtidos e de várias reflexões abordadas sobre o tema estudado nesse percurso e que norteia o objetivo do desenvolvimento deste trabalho, que é justamente tentar inserir metodologias inovadoras em sala de aula na disciplina de língua portuguesa, envolvendo todos os participantes do processo de ensino e aprendizagem numa educação significativa e de qualidade será alcançado, proporcionando e ajudando em futuras pesquisas sobre esse tema.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Flora. **Gamification - como criar experiências de aprendizagem engajadoras**: um guia completo do conceito à prática. 2. ed. São Paulo: DVS, 2015.
- BERBEL, Neusi. As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326/0>. Acesso em: 05 jan. 2023.
- FARDO, Marcelo Luis. **A gamificação como método**: Estudo de elementos dos games aplicados em Processos de ensino e aprendizagem. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.
- FREIRE, P. & HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
- KAPP, Karl M. (2012) **The Gamification of learning and instruction**: Game-based methods and strategies for training and education. Pfeiffer. Hoboken, NJ.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e tempo docente**. Editora Papirus, 2014.
- KLEIMAN, Angela B. Letramento e suas implicações para o ensino de Língua Materna. **Signo**. Santa Cruz, v. 32 n. 53, p. 1-25, dez. 2007. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/242>. Acesso em: 05 jan. 2023.
- LEFFA, Vilson. J. Gamificação adaptativa para o ensino de línguas. Congresso IberoAmericano de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação. Buenos Aires. **Anais**, p. 1-12, 2014. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/Gamificacao_Adaptativa_Leffa.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.
- M de Freitas Vieira, EAC Hoyos - Gamificação no ensino das línguas portuguesa e espanhola: relato de experiência no IFSP Avaré. **Revista CBTEcLE**, 2018.
- MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Elisa Torres (org.). **Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**. Ponta Grossa: UEPG Foca, 2015.
- OLIVEIRA, Aldimária Francisca P. de *et al.* Educação a Distância no mundo e no Brasil. **Educação Pública**, v. 19, nº 17, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/17/educacao-a-distancia-no-mundo-e-no-brasil>. Acesso em: 05 jan. 2023.

SOUZA, F. M. S. **A gamificação como recurso didático para aprendizagem de língua portuguesa no ensino médio.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba.

VYGOTSKI, Liev S. **Psicologia Pedagógica.** Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Data de submissão: 12/04/2023

Data de aprovação: 25/09/2023

A CONSTRUÇÃO DA BR – 364 DE RIO BRANCO A CRUZEIRO DO SUL – ACRE: SONHOS, DESILUSÕES E DESAFIOS DOS VIAJANTES DA ESTRADA

Fernando Ferreira¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo traçar aspectos da construção da rodovia 364, trecho Rio Branco/Cruzeiro do Sul – Acre. O qual pretende problematizar a situação da construção - e delonga - na conclusão da referida estrada, buscando na memória de sujeitos sociais nos arredores, através de representações de experiências vividas. Visa-se, também, compreender as razões pelas quais a rodovia ainda não foi concluída, analisando as relações de poder no âmbito regional. A metodologia adotada consistiu na utilização de literatura regional, jornais, fotografias, discursos políticos, etc. Com os resultados, foi possível notar que uma parte desses sujeitos se encontram “desiludidos” pelo fato da estrada ainda não ter sido finalizada. Assim, o discurso político sob o mote da construção da rodovia BR-364 serviu ao capitalismo e sua expansão, apenas onde foi de seu interesse e agora essa estrada está esquecida novamente.

PALAVRAS-CHAVE: BR 364. Rio Branco/Cruzeiro do Sul. Estrada.

THE CONSTRUCTION OF BR - 364 FROM RIO BRANCO TO CRUZEIRO DO SUL - ACRE: DREAMS, DISAPPOINTMENTS AND CHALLENGES OF ROAD TRAVELERS

ABSTRACT

This article aims to outline aspects of the construction of highway 364, between Rio Branco/Cruzeiro do Sul – Acre. It aims to problematize the construction situation - and delay - in the completion of said road, searching the memory of social subjects in the surroundings, through representations of lived experiences. The aim is also to understand the reasons why the highway has not yet been completed, analyzing power relations at regional level. The methodology used consisted of the use of regional literature, newspapers, photographs, political speeches, and etc. With the results, it was possible to notice that some of these subjects are “disillusioned”, due to the fact that the road has not yet been finished. Thus, the political discourse under the motto of the construction of the BR-364 highway served capitalism and its expansion, only being of its interest and now being forgotten again.

KEYWORDS: BR 364. Rio Branco/Cruzeiro do Sul. Road.

¹ Bacharel e Licenciado História pela Universidade Federal do Acre. Especialista em "Arqueologia e Cultura" pelo Instituto Cotemar (2020) e, também, em "Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância" pela Universidade Federal Fluminense (2019), Mestrando em Diversidade Sociocultural no Museu Paraense Emílio Goeldi. E-mail: fernando.chb2011@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho versa sobre a memória de viajantes e moradores que vivenciaram o processo de construção da BR-364 (que do projeto à execução foram cerca de mais de 30 anos de espera).

Percebe-se que existem pouquíssimos trabalhos que retratam as perspectivas que se desenvolveram no âmbito da construção da BR-364, que interliga Rio Branco a Cruzeiro do Sul. Logo, este é um trabalho importante que vai contribuir com as discussões no campo das estradas e rodovias federais no Acre.

Dessa forma, busca-se problematizar o processo de construção da BR-364 onde se altera o meio de interligação com outras regiões, que antes se davam pelos rios e igarapés.

No decorrer da história, o homem sempre procurou criar instrumentos que atendessem às suas necessidades de sobrevivência, bem-estar e de conforto: habitação, indumentária, adornos, recipientes, instrumentos e armas, bem como o transporte. Esses foram essenciais para o desenvolvimento das civilizações e, dentre eles, na categoria transporte, o terrestre pode ser considerado um dos mais utilizados pela humanidade. Nos primórdios, o homem já se deslocava por caminhos construídos por ele mesmo e, com o tempo, os caminhos e a forma de se locomover evoluíram, consolidados pelo aparecimento das primeiras estradas.

Na Amazônia, estudamos alguns marcos históricos para começarmos essa discussão: com a chegada dos portugueses na Amazônia oriental, disputas territoriais de caráter colonial, as expedições de reconhecimento do território, logo depois as missões jesuíticas, que exploravam recursos naturais e suas missões, davam uma nova configuração territorial para a Amazônia ao organizar os aldeamentos próximos às missões. Nesse período do século XVIII, os rios eram o meio de acesso aos locais mais difíceis e a figura do regatão tem destaque na expansão do domínio territorial português, conforme esclarece: “É ele que estabelece a ligação entre as populações dispersas ao longo das calhas dos rios e as pequenas vilas e povoados através do escambo ou do [...] aviamento”. (Porto-Gonçalves, 2017).

Assim, percebe-se que o comércio sempre esteve presente na região amazônica, mas sem a presença do estado. Durante o período de extração da borracha, a ocupação da região ocorre pelo rio, pois a base da economia extrativista dependia dessa ligação.

No Brasil, as estradas sempre estiveram presentes, mas a qualidade destas é colocada em questão. A região Norte do país apresenta problemas profundos nesse quesito das estradas poderem escoar seus produtos por via terrestre, por exemplo. Particularmente no estado do Acre, a solução para

as distâncias que geraram o “isolamento” seria uma estrada que ligasse o estado ao restante do país. Surgiu, então, a ideia de construir uma rodovia que interligasse São Paulo ao Acre, chegando até o extremo oeste do nosso estado, pois até a década de 60, a dinâmica do rio organizou a vida na Amazônia.

O projeto de construção da BR-364 foi primeiramente idealizado por Euclides da Cunha décadas antes, todavia, tornou-se efetivamente uma proposta quando sugerida pelo então governador de Rondônia, Paulo Nunes Leal ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em uma reunião com os governadores da região Norte em 2 de fevereiro de 1960, com o intuito de estabelecer conexão entre as regiões Sudeste e Norte do Brasil.

A execução da estrada contou inicialmente com a parceria da região de Rondônia do 5º Batalhão de Engenharia de Construção, dando continuidade no Acre com o 7º Batalhão de Engenharia de Construção e atualmente está sob comando do Departamento de Estrada e Rodagem do Acre (Deracre).

A decisão de construir uma estrada coube ao então presidente da República, Juscelino Kubitschek. Vale ressaltar que o início da construção da BR desempenhou um marco significativo nos aspectos sociais e econômicos. Na região Norte tem-se observado, principalmente, as mudanças no que diz respeito ao caráter social. Construções que geram “desenvolvimento”, seja ele no âmbito econômico, promovem também mudanças na perspectiva de vida da população, entre elas a adaptação, as idealizações de uma vida melhor, as barreiras e desafios que os avanços das rodovias proporcionam. A BR-364 trouxe mudanças significativas para o estado, busca-se, portanto, demonstrá-las do ponto de vista dos sujeitos sociais através de gestos e palavras.

Com a abertura da BR-364, houve favorecimento no “desenvolvimento” socioeconômico e, ainda, promoção da conexão de diferentes cidades. Os moradores das margens viviam isolados territorialmente comparados à capital Rio Branco, os habitantes do vale do Juruá não possuíam acesso à capital, encarecendo os produtos e atrasando o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Os colonos não possuíam condições de transportar suas produções, entre outros problemas.

A construção da BR-364 foi de caráter importante para todo o Brasil, mas favoreceu fortemente a região Norte, o extremo oeste, conforme destacado por Franco (2011), mesmo com as dificuldades arrisca-se comparar com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

No Acre, não existem muitos trabalhos científicos nos mostrando tal visão, mas alguns jornais da localidade nos apresentam notícias de como deu-se o desenvolvimento das localidades em relação

a BR, e outros mostram alguns relatos de moradores, como é o caso do Jornal online “Agência de notícias do Acre” com duas manchetes que chamam atenção: “Os heróis na construção da BR – 364” (2011) e “Rodovia BR- 364 – a História dos que vivem às margens da mais importante rodovia do estado” (2011).

Durante os ciclos da borracha, não havia pretensão de investimento do Estado para desenvolver a Amazônia, mas após a década de 60, principalmente no período do golpe civil-militar, houve uma preocupação maior com a integração da Amazônia ao território nacional. Nesse momento, discutindo-se a importância da figura do Estado na questão das políticas territoriais nacionais e surgem os grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia.

Em um primeiro momento, o Estado incentivou os fluxos migratórios para a Amazônia que ficaram responsáveis por “rasgar” a floresta para abrir e, posteriormente, investir em infraestrutura. Já na década 1970, o governo incentivou a ocupação de terras na Amazônia por meio da imigração, cujo projeto visava a ocupação dos espaços vazios, baseado no discurso de controle territorial.

2. A CONSTRUÇÃO DA BR-364 - TRECHO RIO BRANCO-CRUZEIRO DO SUL

É possível perceber que a necessidade da construção de uma estrada para interligar a capital Rio Branco aos vários municípios das regiões dos rios Purus, Envira e Juruá era um anseio antigo. Muito embora as regiões acreanas sejam localizadas através de rios, o real interesse à época norteava-se na construção da estrada para alavancar questões de cunho econômico.

Ao analisar o contexto daquele período e ao comparar com os períodos mais recentes são notórias as dificuldades de acesso terrestre entre a capital Rio Branco aos vários municípios da parte central e norte do estado do Acre. Daí, surge a seguinte indagação: para realizar a construção de uma estrada na Amazônia, os recursos são provenientes do governo estadual ou da esfera federal?

Analisando a construção da BR-364 que interliga os municípios de Rio Branco (Vale do Acre) e Cruzeiro do Sul (Vale do Juruá) é possível constatar que se trata da construção de uma estrada extremamente importante para todos aqueles que habitam as cidades e regiões rurais que a margeiam. Para alguns habitantes da região da estrada, a construção foi um sinal de “progresso” e de “desenvolvimento”, já para outros moradores daquela região, a BR-364 trata-se de um sonho realizado, atendendo aos anseios de uma população que margeia a estrada de Rio Branco a Cruzeiro do Sul.

A construção da BR-364, ao longo dos vários anos, tornou-se plataforma política para vários governadores e senadores acreanos. No entanto, ao analisar a situação mais profundamente, percebe-

se que uma estrada não é apenas um caminho que liga um lugar a outro, ao longo dos anos constroem-se sentimentos, alegrias, tristezas, conquistas e frustrações no entorno de uma construção. De certa forma, do planejamento à execução da BR foi uma somatória de muitos desses elementos.

Portanto, os discursos construídos, na perspectiva histórica, são os “sonhos” de determinadas pessoas motivadas por interesses específicos, e a mesma estrada não alcançou sua plena funcionalidade e, nota-se que muito possivelmente, motivada por interesses políticos, seja usada como moeda de troca por muitos anos. Ainda assim, propõe a ideia de interligar as regiões por via terrestre.

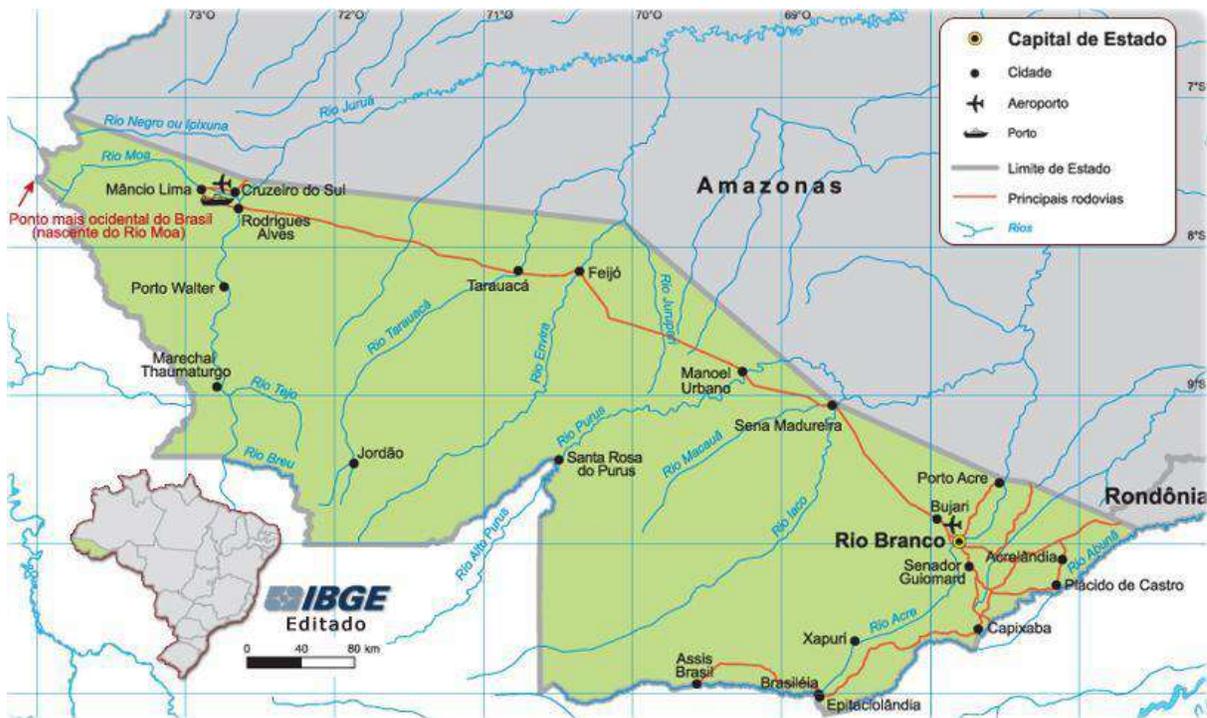


Figura 1: Mapa do Estado do Acre – Destacando a BR 364 no trecho entre municípios de Rio Branco a Cruzeiro do Sul. **Fonte:** IBGE (2000)

A figura 1 apresenta o mapa do Acre pelo IBGE (2000), na qual a região Amazônica sul-ocidental é bem servida de rios. Todavia, se considerarmos as três capitais departamentais do início do século XX à época, Xapuri, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, logo veremos que as ligações fluviais entre elas são distantes, pois a hidrografia se apresenta de forma perpendicular. Esse paralelismo dificulta, assim, a interligação da região, uma vez que os cursos dos rios acreanos desaguam no rio Negro ou rio Solimões, mas também são perpendiculares.

Em 1905, Euclides da Cunha, então chefe da Expedição de Reconhecimento do Alto Purus, recomendou em seu relatório a construção de uma ferrovia – a transacreana - como uma das principais

medidas estratégicas para facilitar a integração regional. Ainda segundo ele, a solução mais sensata para interligar os vales acreanos seria a construção de uma ferrovia.

Os relatos de Germano Stiglich (2006), oficial da marinha peruana, em sua obra “À Margem da História” nos apresentam que ele e os aventureiros brasileiros entravam pelo Javari e subiam o Itacoái até as cabeceiras. Dali, por terra, buscavam as vertentes do Ipixuna e desciam pelo pequeno tributário até o Juruá, navegando até São Felipe. Penetravam no Tarauacá, Envira e Jurupari, até onde suas canoas ligeiras podiam chegar. Abandonavam as canoas e novamente por terra rumavam até o Purus, nas cercanias de Sobral. Desciam, embarcados, 760 km rio abaixo até à foz do Ituxi por onde subiam até encontrar o varadouro que lhes permitia alcançar o Abunã e, posteriormente, descer até a margem esquerda do rio Madeira. Essa epopeia consumia meses de viagens para vencer algo como três mil km, equivalente ao dobro do percurso que os bandeirantes faziam de São Paulo a Cuiabá.

Sendo assim, Euclides da Cunha concluiu que se eles conseguiam superar esses obstáculos em canoas simples e varadouros precários, muito mais simples seria através de ferrovias. Chegou a calcular os valores e vantagens para escoar, por exemplo, as quase 9 mil toneladas de borracha que a região produzia. Não podemos deixar de mencionar que, nesse período, os grandes avanços em transportes terrestres eram as ferrovias. Euclides, como era de formação militar e engenharia, tinha os conhecimentos básicos para vislumbrar a integração da região através de estradas de ferro no interior da Amazônia.

Quando abordamos a região do Vale do Juruá, não queremos tratá-la como um vale “esquecido”, não queremos abordá-la de forma pejorativa, mas sim, tratá-la como uma região forte e que sempre teve um grande potencial econômico, político e cultural. Porém, ao analisar a historiografia regional em dados momentos, fica evidente um certo preconceito com aquela região do vale do rio Juruá. Então é importante salientar que se trata de uma região importante, e não de um vale esquecido e “isolado”, sendo um local com uma geografia diferente quando comparada a outras no Brasil. Salienta-se que o “isolamento” decorre da questão do olhar do historiador: “É isolado de que? De quem?”. A pesquisa nos revela que aqueles que habitam o vale do Juruá têm seus próprios costumes e, às vezes, se diferem de outras partes do estado do Acre. Transformando-se assim, em uma região magnífica de ser estudada e que até nos dias de hoje sonha com a conclusão de uma estrada que faça a interligação terrestre com os outros municípios acreanos e os demais Estados da Federação brasileira.

3. “SONHOS” DOS MORADORES E CONSTRUÇÃO DA BR

Na metade do século XX, segundo Gonçalves (2001), a organização do espaço amazônico se explica pela coexistência de dois padrões: o padrão Rio – várzea – floresta x padrão Rodovia – terra firme – subsolo. Os rios aos poucos foram perdendo seus lugares para as rodovias, fazendo com que surgisse assim alguns problemas nos quais podemos nos debruçar para entender um pouco melhor as mudanças causadas, buscando compreender as vivências de viajantes que tanto passaram pela estrada, fazendo assim parte de seu dia a dia - como também os dos caminhões que por lá passaram.

Segundo Certeau (2011), são discutidas as práticas do cotidiano, definindo o termo como “aquilo” que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha, nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente, sendo assim essas viagens fazem parte do cotidiano). Com a pesquisa podemos observar que esse cotidiano comum aos moradores e viajantes não está nos discursos que margeiam a construção da estrada por décadas. No estudo, optamos por abordar primeiramente os moradores e posteriormente os viajantes.

Conforme percorremos a história, nos deparamos com vários fatos e pontos de vista sobre a estrada que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul no Acre. Percebemos olhares políticos, econômicos e ambientais, todos se interligando entre si, uma vez que é impossível falar do político sem o econômico e vice e versa, ou se falarmos sobre economia não podemos deixar o ambiental de lado. Mas, através de várias pesquisas realizadas, ficou evidente que o ponto de vista dos moradores muitas vezes não é levado em conta, a não ser em algumas matérias feitas pelo próprio governo, que assim os fazem de modo tendencioso para glorificar seus feitos.

Na matéria intitulada “BR-364: A rodovia que pulsa vidas, sonhos e realizações” (2011) feita pelo site oficial do governo do estado do Acre, vemos alguns relatos de moradores e seus sonhos. É importante frisar que não estamos julgando a veracidade dos depoimentos, uma vez que o trabalho do historiador não é julgar. Levamos em conta que essas narrativas mostram os sonhos desses moradores e suas concretizações, mas a pergunta que deixamos é: será mesmo que esses sonhos foram realizados?

Sou uma pessoa muito feliz graças a Deus e à estrada. Hoje, essa rodovia está um paraíso”, é o que diz a trabalhadora rural Valdete Alves da Silva, 40 anos, moradora da rodovia BR-364 em Manoel Urbano. “Saí de Rio Branco de manhã e quando deu meio dia eu já estava aqui em Manuel Urbano. Assim fica fácil demais a vida, não é seu menino?, emenda o vigia Francisco Teixeira Bezerra, 53 anos, ex-seringueiro, morador de Manoel Urbano (Notícias do Acre, 2013).

Vemos que uma moradora e um morador das margens da estrada, próxima ao município de Manoel Urbano, estão muito contentes com sua construção. Esta mesma matéria apresenta vários

benefícios propiciados pela estrada, tanto econômicos como sociais, mas geralmente esse tipo de notícia sempre mostrará apenas o lado “bom”, esquecendo que esse mesmo “desenvolvimento” pode acarretar problemas sociais.

As discussões começam antes mesmo do asfaltamento da rodovia, uma vez que esses moradores já estavam lá quando ainda não havia a manta asfáltica e já tinham dificuldades de escoar sua produção e de se locomover no inverno - muitas vezes a estrada era até interdita para passagem de veículos, deixando esses residentes da BR “isolados”. O que podemos apresentar neste ponto da escrita é apenas uma grande vontade de não depender apenas do sol para que esses moradores possam ir à cidade, ou até mesmo visitar um vizinho. Se analisarmos pelo contexto mais profundo, podemos dizer que o verdadeiro sonho dos residentes era apenas a liberdade de se locomover, ir e vir de sua localidade para a cidade a fim de resolver seus afazeres.

Para esta população que margeia a BR, não podemos simplesmente simplificar a discussão dizendo que uma estrada vai lhes garantir a “liberdade”, pois vai além disso. Para eles, a construção de uma rodovia traz esperança. No entanto, a construção está há mais de três décadas em andamento e ainda não foi concluída, e os trechos finalizados, na maioria das vezes, não trouxeram a sonhada “liberdade”, pelo contrário, quando começamos a pesquisar sobre a BR-364, os primeiros resultados mostraram a demora e a não finalização de alguns trechos. Uma questão social que devemos abordar aqui, é que para alguns, o sonho se transformou em pesadelo, pois além de acidentes que ceifaram várias vidas, a pesquisa aponta evidências que alguns moradores tiveram que vender as suas terras para fazendeiros. Ou seja, a construção da estrada em si nunca foi para quem a margeava e, sim para quem tinha e têm negócios às margens e nas cidades que a estrada interliga.

“Minha panificadora nasceu com o impacto da estrada. Investi e continuo a investir aqui pois acredito no desenvolvimento da região” (Frase do João Ferreira Nunes, retirada da revista “O Acre da Gente” (1998). A revista oficial do governo de Orleir Cameli, governante que ficou conhecido como governo estradeiro, traz essa matéria sobre um jovem empresário que sabia que a construção da estrada iria favorecer seus negócios. Em 1998, este mesmo jovem tinha um posto de gasolina e uma panificadora e, posterior a construção da estrada, o empresário cresceu seu negócio em 3 postos de gasolina, continua com a panificadora e é dono da maior galeria de comércio em Sena Madureira, entre outros negócios. Todo esse desenvolvimento econômico, como ele mesmo diz, é creditada à estrada asfaltada, mas a dúvida que permanece é se os demais moradores também foram beneficiados.

Sem adentrar no jogo político, podemos citar que mesmo com vários governos no poder, independentemente de sua posição, a situação da BR melhorou sim, mas aos poucos e com passar do tempo. A tendência da infraestrutura da estrada não é melhorar, mas muitas vezes vemos militantes e até mesmo os representantes do governo brigando sobre a construção da estrada. Podemos então dizer que sim, havia estrada, e esta foi aberta ainda na década de 60, mas a questão é que essas brigas políticas passaram por cima da população que apenas reclama o que é de seu direito: uma estrada boa para se locomover e transportar seus produtos.

4. O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA

A construção da estrada não se deu de forma simples. Para começar, vamos voltar à década de 60, na qual no Acre não existia mão de obra especializada para fazer tal serviço, então a forma encontrada foi dar continuidade ao trabalho do 5º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) de Rondônia e logo depois criar o 7º BEC. No Acre, a história da construção está ligada à história deste, as estradas vêm para fragmentar a Amazônia trazendo diversos impactos ambientais e sociais (Porto-Gonçalves, 2017).

Através do decreto presidencial em 06 de junho de 1969, foi criado o 7º BEC especificamente para a abertura da estrada que ligaria tanto os vales do Acre, Purus e Juruá, bem como ao restante do Brasil e que, além disso, representa a presença do exército Brasileiro numa região de fronteiras. Se analisarmos, veremos que a conjuntura política na década de 70 praticamente exigia essa presença, não apenas pelas fronteiras, mas pelo discurso do governo militar que estava no poder e que dizia “integrar para não entregar”.

Segundo Leal (1986), o projeto de construção da BR-364 deu-se em uma reunião com os governadores da região Norte em 2 de fevereiro de 1960, com o intuito de estabelecer conexão entre as regiões Sudeste e Norte do Brasil. Como ele mesmo diz:

Presidente, o senhor já ligou Brasília, Belém e a Porto Alegre e a está ligando a Fortaleza. Porque não completar o outro braço da cruz, construindo a rodovia Brasília-Acre? Houve um silêncio total e pesado por um curto período, quando o Presidente, no seu estilo bem característico, chamando-me pelo nome, perguntou: Uai Paulo. E Pode? Pode, Presidente; mas é negócio para homem! Dando um sorriso aberto o Presidente retrucou, espalmado as mãos sobre a mesa: Então vai sair (Leal, 1986, p. 19).

Sendo assim, ainda na década de 60, iniciaram-se as obras para a abertura da estrada entre São Paulo e Cuiabá, e em seguida de Cuiabá a Rondônia. Para a execução, houve parceria primeiramente na região de Rondônia com o 5º Batalhão de Engenharia de Construção, que no Acre deu continuidade e depois passando a missão para o 7º Batalhão de Engenharia de Construção, e atualmente o Deracre.

Com isto, não podemos esquecer de falar do PIN (Programa de Integração Nacional), que é um programa de base geopolítica criado pelo governo militar através do Decreto-Lei Nº 1106, de 16 de julho de 1970 e assinado pelo Presidente Médici que tinha, entre outras propostas, a de ocupação de vazios demográficos amazônicos e que também tinha como lema "terra sem homens para homens sem terras", fazendo assim uma grande migração para região amazônica.

A chegada do exército no Acre trouxe uma certa motivação tanto para os homens que precisavam de emprego, quanto para aqueles que queriam apenas “servi-lo”. A abertura da estrada foi um trabalho árduo para os soldados construtores, pois trabalharam em uma obra no meio da floresta Amazônica com invernos longos e um solo, segundo especialistas, nada propício para realizar esse tipo de construção.

Uma pergunta que conseguimos responder é a de como surgiu o traçado da BR-364, sendo possível através das linhas telegráficas do Marechal Rondon:

“Rondônia não existe somente a partir da onda migratória decorrente da abertura da BR-029 (atual BR-364), coluna dorsal de todo o trânsito rodoviário do estado”, esclareceu o governador Confúcio Moura, ao convocar especialmente a rede educacional para conhecer melhor a formação territorial que deu lugar ao estado. Da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco-Cruzeiro do Sul) completa 55 anos em 2015, junto com o sesquicentenário (150 anos) do nascimento de Rondon e o centenário dos trabalhos de sua célebre comissão. Para abrir a rodovia que dá acesso aos estados de Rondônia, Acre e Amazonas, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira seguiu o traçado das linhas telegráficas. Onze cidades ao longo da rodovia surgiram em decorrência dos postos telegráficos Cruz, 2015).

Com isto, conseguimos de certa forma alcançar os objetivos para esse ponto, que seria o de como foi realizado o traçado da estrada. A construção da BR-364 no estado do Acre tem uma curiosidade peculiar, sendo uma BR que segundo o site do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte) significa que a rodovia é federal, seguida por três algarismos. Porém, atualmente ela não está sob responsabilidade do governo federal, e sim do governo estadual, mas os recursos para sua manutenção continuam sendo oriundos do governo federal, cabendo à esfera estadual apenas a sua administração, através do DERACRE.

5. MEMÓRIAS DOS SUJEITOS SOCIAIS

Através das fontes propostas e das vivências pelas estradas, percebem-se as inúmeras maneiras que os viajantes encontraram para superar as dificuldades. Dessa forma, serão apresentados três registros fotográficos com o intuito de realizar uma pequena análise, buscando compreender as vivências desses viajantes que passavam pela estrada com frequência, fazendo dela assim uma parte de seu cotidiano.



Figura 2: Desafios da natureza, soluções dos homens. **Fonte:** Acervo pessoal.

Na figura 2, fotografada por Francisca da Silva Ferreira (2003), comerciante e viajante na época, podemos ver um homem no trecho de Cruzeiro do Sul para Tarauacá. Segundo a autora, a foto foi tirada para registrar o momento em que o viajante retorna do Novenário de Nossa Senhora da Glória, a maior festa religiosa do vale do Juruá, o ano da imagem é de 2003, posterior à festa. O devoto de Nossa Senhora da Glória permanece durante todo o mês de agosto e, quando regressa à cidade de Rio Branco, depara-se com a cheia dos igarapés que margeiam a BR 364.

Quais experiências são reveladas nas memórias desses sujeitos? Entre fala e imagem, é possível entrever uma experiência de superação e luta. Nesse sentido, é importante perceber a jornada de um

devoto no caminho como peregrino e enfrentar a diversidade da estrada que o conduz ao/do festejo de fé, revelando sua luta em manter o sonho da fé na estrada concluída.

Com o início do período chuvoso, a estrada de terra mais conhecida como BR - 364, era recoberta pelas águas em sua maioria, trazendo perigo para os viajantes – observa-se na figura 3 abaixo -, que para remediar, colocavam algumas varetas nas margens da estrada para traçar o caminho, a fim de facilitar a passagem e diminuindo o perigo de caírem nas ribanceiras ou até mesmo dentro dos igarapés que cortam e margeiam a estrada.



Figura 3: Perspectivas de idas e vindas trecho RBR – CZS. **Fonte:** Acervo pessoal

É possível observar na fotografia caminhões transitando pela estrada, nos levando a refletir que este era o cotidiano desses viajantes. Na figura 3 é possível verificar vários caminhões no trajeto Cruzeiro do Sul/Rio Branco, carregados de mercadorias. Já do lado direito, observa-se caminhões voltando para Rio Branco, vazios, mostrando a opressão, que apesar das dificuldades para entregar suas encomendas, enfrentavam situações piores no regresso, sem receber nada em troca, uma vez que não havia mercadorias para transportar, retornando vazios e sem recursos adequados.

É possível perceber através das imagens apresentadas que as memórias são construídas e essas mesmas imagens, são símbolos e fazem integração com lugar de memória. Também foi possível perceber que as vivências e as experiências na BR foram adquiridas no decorrer de várias décadas. O sofrimento na estrada contribuiu para que se encontrassem maneiras diferentes para superar as dificuldades vivenciadas nos atoleiros da estrada.

6. SONHOS E IDENTIDADES ADQUIRIDAS DOS MORADORES DA BR 364 RIO BRANCO – CRUZEIRO DO SUL

É perceptível que a estrada vai além do que apenas um caminho onde pessoas transitam e transportam mercadorias, ela é uma construção simbólica e histórica, representando o cotidiano das pessoas, avançando tanto para a população como para a região como um todo. Mas mesmo sendo uma construção tão importante, por que ela não ainda não está com sua trafegabilidade plena? Será que esse sonho de estrada realmente não se realizou? Talvez para alguns, mas para muitos moradores, não. A população apresenta aspectos de desilusão com o jogo político, pois mesmo passando por vários partidos no poder, a estrada ainda não está em seu pleno funcionamento no ano de 2023, e correndo risco até de ser fechada novamente.

A construção de uma rodovia nunca foi e nem será simples, ela vai muito além de recursos. Também fazem parte manobras políticas e depende de certos acordos para ser viabilizada na sua integralidade, não importando o governo que está no poder e, na BR-364, não foi diferente. Ao longo dos anos, centenas de homens e mulheres construíram pequenas vilas nas margens da BR-364, os impactos ambientais e socioeconômicos tornaram-se evidentes. A abertura da rodovia desencadeou uma série de transformações na região, que vão desde o crescimento econômico impulsionado pelo acesso a novos mercados, até a alteração do equilíbrio ecológico das áreas adjacentes. A exploração de madeira e abertura de pastagem para criação de gado ao longo dessa rota levou, muitas vezes, a conflitos entre os interesses das populações locais e as forças econômicas que viam na estrada uma oportunidade de expansão. A dinâmica complexa entre desenvolvimento e preservação ambiental continua a ser um dilema central nas discussões sobre a BR-364 e serve como exemplo das tensões inerentes a projetos de infraestrutura em contextos diversos.

Com a pesquisa, pudemos constatar que muitos moradores que habitavam as localidades próximas ou até mesmo nos locais mais distantes, remanejaram suas moradias para as margens da estrada. A construção das residências de seringueiros, colonos e ribeirinhos nas margens da rodovia

foi uma maneira encontrada por eles na perspectiva de estreitar laços de aproximação com os demais moradores da região.

As residências construídas às margens da estrada têm pontos positivos e negativos. A pesquisa foi relevante, uma vez que foi capaz de apontar para elementos contundentes da vida dos moradores, que habitaram e habitam as margens da rodovia.

No que tange aos elementos positivos, podemos destacar o acesso aos municípios vizinhos, indo a capital Rio Branco. Ressaltando ainda a facilidade da venda dos produtos produzidos (escoamento de gêneros) por aqueles moradores, como também possibilitou a valorização das propriedades ali existentes. A viabilidade do acesso através da rodovia possibilitou, ainda, um encurtamento das distâncias.

Cidades existem há milênios, não é nenhuma novidade. O que é novidade, porém, é o fato de vivermos não apenas em cidades, mas numa “civilização interligada por estradas”. Isto não é uma questão primeiramente geográfica: é um modo de ser. Mesmo aqueles que vivem em lugares do interior, estão incluídos no que chamo aqui de “civilização que vive em detrimento a uma BR”. O que caracteriza este modo? Abaixo, alguns elementos:

Viver às margens de uma estrada não possui regras. Há poucos lugares para comprar, poucas escolas para estudar, muitos caminhos para chegar ao mesmo lugar, poucas igrejas e muitas religiões... Enfim, para quase tudo o que se pensa, há poucas possibilidades e cabe ao sujeito escolher uma ou mais entre as existentes. É praticamente inerente ao sujeito que vive nas margens de uma BR ter diante de si poucas alternativas e escolhas restritas no que diz respeito a bens e atividades de consumo, e isto nos direciona a diversos níveis.

Na civilização urbana reina a pluralidade de oferta e se algum campo não a possui, é entendido como um campo que “ainda” não há pluralidade. É só uma questão de tempo. Com isto, um dos sentimentos do ser urbano é o sentimento de que todas as coisas são sempre passíveis de escolha e de possibilidades. Poder escolher, em todos os níveis, é sentido como “natural” do modo de ser. No contexto urbano, portanto, predomina a diversidade e a possibilidade de escolhas.

No decorrer da pesquisa, pude compreender que os sujeitos que habitam as margens da BR podem se locomover em praticamente todos os sentidos, são amplamente anônimos neste mundo rural. Há uma espécie de anonimato plural. Poucas são as pessoas conhecidas e reconhecidas publicamente, a grande maioria é anônima e assim quer permanecer. Há apenas um pequeno círculo de conhecidos e pessoas próximas.

Consequência deste policentrismo rural e de centros constituídos a partir dos interesses é outra característica da civilização rural: as comunidades de interesse. O fato de muitos cidadãos habitarem nas margens da BR 364 não faz deles nenhuma comunidade. As comunidades se constituem a partir de grupos com interesses comuns. E há uma infinidade de possibilidades de constituição de comunidades, pois a partir dos diversos interesses de cada sujeito, ele se torna parte de muitas comunidades. Assim, um sujeito forma uma comunidade com um grupo a partir de um interesse específico, mas ao mesmo tempo forma comunidade com outro grupo de pessoas a partir de outros interesses. Os mesmos indivíduos formam comunidades distintas e não coincidentes. E como estas têm como elemento constitutivo de coesão um determinado interesse, elas se formam e reformam na medida que aumenta ou diminui o determinado interesse. O compromisso de coesão, por assim dizer, não é a comunidade, mas o interesse que a forma. A entrada em crise ou mesmo dissolução de alguma comunidade é reflexo de uma fragilização na junção em torno interesse dos membros desta comunidade.

7. O TEMPO E OS MORADORES

Um segundo processo, que a meu ver, marca o modo do indivíduo ser significativo é a relação com a velocidade e o tempo. Nosso modo de ser tem um certo pressuposto de que tudo tem que ser rápido. O tempo mais dilatado, antes visto como tempo necessário de maturação, de acontecimentos, de realização, é visto agora como lentidão, como atraso, como demora. Não se trata aqui apenas de observar que os avanços tecnológicos trouxeram maior dinamicidade a quase tudo. O que aqui nos interessa é observar como o próprio ser humano que reside nas margens de uma rodovia é marcado por uma quase inexplicável necessidade de contato com as regiões vizinhas.

O tempo para aqueles que residem nas margens da BR 364 é mensurado com uma cronologia diferente. Ela também diz respeito a processos mentais. A predisposição em se ocupar com alguma coisa ou por permanecer nela acontece sob o mesmo signo da necessidade da velocidade. Processos mentais (decisões, pensamentos, ponderações, opiniões, reflexões...) que ocupam o indivíduo num determinado momento e podem ser – naquele momento – sentidos como de grande importância ou decisiva, daqui a alguns meses mal serão lembrados.

Como se constrói a identidade individual em nossa situação atual? Há aqui também, mudanças de suma importância no modo como o sujeito constrói sua identidade. Estas mudanças são de tal forma que talvez nem mais possamos/devamos falar em identidade individual e sim em identidades,

ou seja, a possibilidade de o indivíduo assumir (ou escolher) possibilidades diversas, dependendo de sua vontade, das ofertas que lhes apresentam e do momento ou situação.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, fica evidente que a estrada não serve apenas para transportar produtos (sejam eles perecíveis ou não), ou para o trânsito de pessoas, ela vai além. Por ela transitam saberes, vivências e experiências, cultura entre os povos, integra as comunidades, possibilita aproximar, discutir e vivenciar saberes e viveres de forma coletiva ou individual.

Portanto, a população que usa a estrada para viver, e até mesmo apenas para passeio, ainda tem esperança que a BR- 364 seja trafegável em todos os períodos do ano, de inverno a verão. Mas para isso, não devemos contar apenas com a sorte ou a boa vontade de governantes. A estrada em perfeitas condições é um direito da população, não só pelo direito de ir e vir, mas pela responsabilidade social que os políticos devem ter. Além do respeito para com aqueles que depositaram neles os seus votos, seus sonhos e suas esperanças. Além de todos os impactos sociais, ambientais e culturais, onde os projetos de governos não olham para a população que está ali, esses sujeitos são apenas desculpa ou empecilhos para a construção de uma estrada, que é pensada apenas pelo lado econômico, visando o capitalismo. Então, ficamos no aguardo do dia em que a promessa de uma BR em perfeitas condições seja concretizada.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. História como memória social. *In: Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

CERTAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CRUZ, Montezuma. Governador Confúcio Moura destaca a importância de marechal Rondon para o país. **Gente de Opinião**, Porto Velho, 1 mai. 2015. Disponível em: <http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=137289>. Acesso: 30 jan. 2023.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. Claret: Rio de Janeiro, 2006.

FRANCO, Rosimeire Alves. **A importância da construção da br-364 para o desenvolvimento socioeconômico de Rondônia**. Faculdades Integradas de Ariquemes: Ariquemes, 2011.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Hucitec, 2001.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. 2ª Ed. Editora Valer. Manaus, 2007.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LEAL, Paulo Nunes. **O Outro Braço da Cruz**. 2 ed. [S.I.], 1986.

NOTÍCIAS DO ACRE. **BR-364, a rodovia que pulsa vidas, sonhos e realizações**. 9 abr. 2013. Notícias do Acre. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/br-364-a-rodovia-que-pulsa-vidas-sonhos-e-realizacoes>. Acesso: 20 jan. 2023.

NOTÍCIAS DO ACRE. **Os heróis na construção da BR 364**. Notícias do Acre. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/noticias/acre/os-herois-na-construcao-da-br-364>. Acesso: 10 fev. 2023.

NOTÍCIAS DO ACRE. **Rodovia BR-364: a história dos que vivem às margens da mais importante rodovia do Estado**, 27 jun. 2011. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/rodovia-br-364-a-historia-dos-que-vivem-s-margens-da-mais-importante-rodovia-do-estado/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. *Amazônia, Amazôniaas*. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. **Amazônia: encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

Data de submissão: 09/08/2023

Data de aprovação: 28/10/2023

DAS FRESTAS DA CONQUISTA: CORPOS NEGROS ESCRREVENDO A LIBERDADE NA *SAINT-DOMINGUE* (HAITI) DO SÉCULO XVIII

Armstrong da Silva Santos¹

RESUMO

Este artigo é um recorte/reformulação de tese de doutoramento defendida em julho de 2023 e objetiva discutir o embate linguístico operado por mulheres e homens escravizados na parte ocidental da ilha de *Hispaniola* acerca dos temas da igualdade, liberdade e propriedade no século XVIII. Na linguagem da resistência à escravidão esses sujeitos reformulavam teorias, ressignificavam palavras e teciam, com seus corpos, artes para se libertar, torcendo o verbo proveniente da metrópole francesa, para organizar a primeira república negra das Américas, o Haiti. Trata-se de uma abordagem baseada em revisão bibliográfica e documental orientada pela perspectiva teórico/crítica de autores como James (2000), Hurbon (1987), Mbembe (2018), Orlandi (2007), Trouillot (2016), Protzel (2015) e Seguy (2009). As conclusões apontam para um complexo conjunto de táticas de luta e sobrevivência organizados pelos escravizados desde o século XV, que impactaram direta ou indiretamente os circuitos políticos entre Europa e América no XVIII. A luta em torno da igualdade e da liberdade continua reverberando nas diásporas de afro-caribenhos no Brasil da atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade. Escravidão. Resistência. Luta.

NEGROS ESCRIBIENDO LIBERTAD EN SAN DOMINGO (HAITÍ) EN EL SIGLO XVIII

RESUMÉN:

Este artículo es un extracto/reformulación de una tesis doctoral defendida en julio de 2023 y tiene como objetivo discutir el choque lingüístico operado por mujeres y hombres esclavizados en la parte occidental de la isla Hispaniola en torno a los temas de igualdad, libertad y propiedad en el siglo XVIII. En el lenguaje de la resistencia a la esclavitud, estos sujetos reformularon teorías, resignificaron palabras y tejieron con sus cuerpos artes para liberarse, torciendo el verbo proveniente de la metrópoli francesa, para organizar la primera república negra de las Américas, Haití. Se trata de un abordaje basado en una revisión bibliográfica y documental guiada por la perspectiva teórico-crítica de autores como James (2000), Hurbon (1987), Mbembe (2018), Orlandi (2007), Trouillot (2016), Protzel (2015) y Seguy (2009). Las conclusiones apuntan a un conjunto complejo de táticas de lucha y supervivencia organizadas por los pueblos esclavizados desde el siglo XV, que impactaron directa o indirectamente en los circuitos políticos entre Europa y América en el siglo XVIII. La lucha en torno a la igualdad y la libertad sigue repercutiendo en las diásporas de afrocaribeñas no Brasil en la actualidad.

PALABRAS CLAVE: Libertad. Esclavitud. Resistencia. Lucha

¹ Doutor em Letras, Universidade Federal do Acre (2023). E-mail: armstrong.santos@ufac.br.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte/reformulação de tese de doutoramento defendida em julho de 2023 e objetiva discutir o embate linguístico operado por mulheres e homens escravizados na parte ocidental da ilha de *Hispaniola* acerca dos temas da igualdade, liberdade e propriedade no século XVIII. Na linguagem da resistência à escravidão esses sujeitos reformulavam teorias, ressignificavam palavras e teciam, com seus corpos, artes para se libertar, torcendo o verbo proveniente da metrópole francesa, para organizar a primeira república negra das Américas, o Haiti. Trata-se de uma abordagem baseada em revisão bibliográfica e documental orientada pela perspectiva teórico/crítica de autores como James (2000), Hurbon (1987) com os quais tecemos considerações acerca da história haitiana, evidenciando as rearticulações realizadas por homens e mulheres para lutar contra e sobreviver à escravidão; Mbembe (2018), Orlandi (2007), Trouillot (2016), para pensar respectivamente a respeito do significado da palavra luta, sobre os modos de narração e silenciamento histórico que representam o Haiti apenas como um lugar de miséria; Protzel (2015) e Seguy (2009) para falar sobre as contribuições haitianas para a discussão acerca da liberdade nestas primeiras décadas do século XXI.

2. ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA EM *SAINT-DOMINGUE*

De acordo com James (2000), para compreender o contexto de eclosão dos levantes revolucionários que possibilitaram a independência política haitiana é necessário destacar as crescentes tensões entre os grupos sociais presentes em *Saint-Domingue* (brancos grandes², brancos pequenos³, mulatos grandes e pequenos⁴), a metrópole francesa e os escravizados de origem africana ou nascidos na colônia. Manter cingida pela escravidão uma população que ultrapassava 80% (Hurbon, 1987) do contingente de *Saint-Domingue*, exigia práticas de violência física e simbólica cotidianamente reforçadas pela linguagem reificadora de sujeitos e grupos escravizados, numa aliança nefasta entre língua e burocracia, de cuja “estreita relação resultaram possibilidades inéditas de acumulação de poder para espoliar, produzir e gerar resíduos de homens” (Mbembe, 2018, p. 107), que estavam formatando, simultaneamente, as terras e as ideias acerca do continente africano.

² Grandes proprietários de terra de origem europeia.

³ Pequenos proprietários com menor poder político e prestígio social.

⁴ Abaixo do poder político e prestígio social exercido pelos brancos pequenos ou grandes.

A despeito ou em razão desses discursos que visavam reduzi-los à categoria de coisas e/ou animais, os escravizados e muitos outros subalternizados livres, desconcertavam seus senhores com insistentes e variadas formas de resistência.

A dificuldade residia no fato de que, embora fossem apanhados como animais, transportados em cercados, atrelados para trabalhar ao lado de um cavalo ou de um burro, sendo ambos feridos pelo mesmo chicote, colocados em estábulos e deixados para morrer de fome, eles permaneciam, apesar de suas peles negras e dos seus cabelos encaracolados, quase irrisignavelmente seres humanos; com a inteligência e os rancores dos seres humanos. (James, 2000. p. 26).

Nomes e simbologias africanas/indígenas deveriam ser apagados ou estigmatizados na tentativa de reificação de homens e mulheres que teimavam em se reconhecer como humanos e, ao fazê-lo, questionavam a humanidade desse Outro que os queria reificados. Afinal, era impensável que os supostos animais ou coisas (negros vindos e/ou herdeiros de África) fossem capazes de, “racionalmente”, organizarem-se para propor pautas para futuros possíveis, se estes, como pensavam e/ou afirmavam os colonizadores, não possuíam nem humanidade nem razão, mas paradoxalmente eles(as) lutavam e se organizavam, expressando a “loucura codificada” (Mbembe, 2018) que desordenava a ordem linguística colonial.

Simultaneamente, as tentativas de desumanização inscreviam feitores e escravos em uma confusa gramática racial na qual o poder era disputado e cujo prêmio era nada menos do que o direito de ser chamado de homem, afinal, “na medida em que agridem cegamente e cegamente se defendem, perseguidores e vítimas pertencem ao mesmo circuito funesto” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 159-60), e lutam para não ser aquilo que o nome negro, no interior dessa gramática, significava. Na racializada *Saint-Domingue*, as comparações, violências e o prestígio social eram distribuídos entre grupos e indivíduos narrados como mais ou menos humanos, nas relações entre Europas/Áfricas/Américas.

Nas políticas do silêncio (Orlandi, 2007) presentes na linguagem racial, é restrito (para não falar inexistente) o espaço para traduzir a ideia de “humanidade” no sentido do reconhecimento do valor atribuído a cada indivíduo, independentemente das características físicas, local de nascimento, práticas religiosas, entre outros. Daí que, como destaca Michel-Holph Trouillot (2016), as resistências individuais e coletivas; os rearranjos para fugir ou minimizar os efeitos da escravidão, desconcertavam as elites francesas e os proprietários em *Saint-Domingue*.

No ordenamento discursivo que orientava as ações no mundo social europeu/colonial entre os séculos XVI e XIX, conceber a resiliência individual e as capacidades associativas dos escravizados como manifestações políticas da luta pela liberdade, significaria também reconhecer a humanidade

presentificada nos corpos dos escravizados, o que implodiria o próprio ordenamento linguístico que sustentava a colonização/escravidão.

A resistência continuada dos subalternizados das colônias tencionava línguas e concepções de mundo uma vez que foi no processo (colonial) que as noções de Europa, África e América foram erigidas por diferentes narrativas e intervenções práticas, que conformam regiões, territórios e impérios em poderosas abstrações, que falam sobre continentes “velhos” e “novos”; de vagas “Áfricas” e “Américas” às quais atualmente nos referimos como se estas abstrações unificadoras dessem conta de definir experiências diversas, vivenciadas em espaços socialmente produzidos, mas que, invisibilizados pelas generalizações hierarquizantes, são pensadas como ordem natural das coisas (Pratt, 1999).

Territórios e gentes foram racializados, pois inventados, narrados e descritos nessas relações de colonialidade, passaram a inventar-se, narrar-se e descrever-se a partir dessa mesma linguagem colonial, mas também resistiam a ela, utilizando-se de seus próprios mecanismos e possibilidades. No caso em questão, as relações de colonialidade materializaram-se na ordem política, econômica e socialmente reproduzida na sociedade escravista de *Saint-Domingue*, edificada entre o século XVI e fins do século XVIII. Ordem que estava prestes a ruir frente a permanente resistência dos escravizados, às repercussões da Revolução Francesa (1789-1799) e aos ideais iluministas, que advogavam, dentre outros princípios, a liberdade, igualdade e fraternidade como direitos fundamentais dos homens (brancos).

Como demonstra James (2000), as ações de resistência individuais e coletivas à escravidão em *Saint-Domingue*, questionavam fortemente a ordem linguística ao rearranjar esses ideais para utilizá-los como arma; ao fazerem-se perguntas tais como: de que liberdade se estava falando nas teses iluministas e nos discursos revolucionários da metrópole? Liberdade para quem, se a base econômica que possibilitava a discussão dos princípios libertários que pululavam na metrópole provinha da riqueza auferida por séculos de tráfico e exploração escrava? Seria então igualitária e fraterna a manutenção de legiões de escravizados para o sustento da igualdade entre os homens (brancos)?

Em James, essa nota irônica da história recebe destaque, sigamos com ele:

“Triste ironia da história humana”, comenta Juarès. “As fortunas criadas em Bordéus, em Nantes, pelo comércio de escravos, deram à burguesia aquele orgulho que necessitava de liberdade e contribuiu para a emancipação humana”. Nantes era o centro do comércio de escravos. Já em 1666, 108 navios foram para a costa da Guiné e embarcaram 37.430 escravos, com um valor total de mais de 37 milhões, dando à burguesia de Nantes de quinze a vinte por cento de seu investimento. Em 1700 Nantes enviava cinquenta navios por ano para as Índias Ocidentais com carne bovina irlandesa salgada, linho para uso doméstico e vestimenta para os escravos e maquinaria para os engenhos de açúcar. Aproximadamente todas as indústrias que se

desenvolveram na França durante o século XVIII tiveram sua origem em bens e mercadorias destinados ou à costa da Guiné ou a América. O capital do comércio de escravos fertilizava; embora a burguesia comercializasse outros produtos além de escravos, tudo o mais dependia do sucesso ou da falência do tráfico. (James, 2000. p. 58).

Em 1789, as reivindicações feitas por mulatos e negros livres contra as leis racistas na colônia colocavam em xeque o ideário de liberdade não estendido aos não-brancos e aos escravizados, mas também questionavam o tema da propriedade uma vez que, para tornarem-se livres, os escravizados deveriam deixar de ser tratados como propriedade de outros. No entanto, este questionamento não partia de formulações filosóficas ou teóricas elaboradas em espaços assépticos do pensamento abstrato. Eles nasciam das necessidades práticas de sujeitos imersos nos dramas e tramas cotidianos de vidas constantemente ameaçadas por variadas formas de violência. Tratava-se, portanto, de uma luta de morte entre a palavra abstrata e as enunciações do corpo; entre corpos que pensam e agem na materialidade do mundo e não a partir de alguma espécie de abstração que precederia a existência.

Este era o desconcertante desafio colocado por *Saint-Domingue* aos revolucionários franceses orgulhosos de sua “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”⁵. Homens que construíam sobre si a ideia de *citoyenne* (cidadão), mas que conviviam com a contradição de aferirem grande parte dos recursos do Estado francês e riquezas pessoais mediante os laços de dependência colonial com suas possessões escravagistas, cujo modelo de “sucesso” poderia ser visualizado exatamente na pujança de *Saint-Domingue*, com seus indígenas massacrados e seus milhares de negros escravizados, estuprados e mortos.

Como a Assembleia Nacional Francesa poderia prometer a tal “liberdade” (conceitual) sem questionar os princípios de propriedade que legitimavam a apropriação do corpo e da vida dos homens por outros homens? Como reconhecer a igualdade, se legiões de humanos eram tratados como mercadoria e maquinaria da produção colonial francesa (para não citar os outros impérios coloniais)? Seria inevitável que sujeitos desumanizados pelos grilhões e correntes seguissem escravizados para que outros sujeitos pudessem falar no espaço público e constituir-se como “verdadeiros cidadãos”? Em resposta a estas questões, em pouco tempo, os pretos revolucionários de *Saint-Domingue* atingiam em cheio a gramática racial ao evidenciarem, pela luta, que a cidadania formal francesa seria, desde o início,

⁵ Em seu artigo primeiro, a declaração francesa de 1789, afirmava: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum”. A base de distinção passaria, nesse caso, a ser aceita apenas com relação às profissões exercidas para o funcionamento da sociedade, defesa da liberdade e da igualdade de seus membros. Aquele “Todos”, presente no início do artigo, não comportava os não-brancos, muito menos os escravizados.

contraposta por uma identidade moral “formada sob condições de segregação, violência extrema e terror racial” (Mbembe, 2018, p. 64).

Em 1790, a Assembleia Nacional Francesa decidiu pela autonomia da colônia, o que, na prática, significava que as definições francesas de cidadania, igualdade e justiça não alcançariam suas possessões coloniais. Essa decisão poderia traduzir-se na afirmação de que todos os homens seriam iguais, desde que não fossem colonos mulatos e muito menos negros e/ou indígenas escravizados. Estes não eram vistos nem como homens nem como iguais, mas suas reações individuais e coletivas, as rearticulações dos universos simbólicos e materiais diziam de corpo inteiro, e não apenas com palavras, que eles e elas continuavam irrisignavelmente humanos como apontou James (2000).

O que se seguiu em *Saint-Domingue* foi uma série de complexos e contraditórios episódios que redundaram na independência de um novo país chamado de Haiti.

Influenciada pela Revolução Francesa, que desestabilizou as relações institucionais e hierárquicas na colônia, em poucos anos os eventos em São Domingos fizeram o poder legislativo francês garantir os direitos políticos dos homens livres de cor (1792) e, posteriormente, abolir a escravidão em todas as suas colônias (1794). Os jacobinos negros impuseram derrotas aos potentes exércitos espanhol (1795) e inglês (1798), assim como, em seus derradeiros momentos, a Revolução Haitiana expulsaria as tropas napoleônicas da ilha quando começavam a retornar os boatos de restauração da escravidão (1803). (Duarte; Queiroz, 2016. p. 31).

Destacamos desse breve registro de alguns marcos⁶ do processo de independência política haitiana, as relações interculturais e interterritoriais adotadas como referência pelos revolucionários, tanto nas lutas pela emancipação quanto nas formas de organização constitucional nos anos imediatamente posteriores à independência. Uma vez que suas causas visavam a extensão, como vimos, do acesso à liberdade, questionando o conceito de propriedade defendido pelos iluministas e pelos revolucionários franceses, faziam-se necessárias outras formulações político-institucionais que dessem conta da realidade daqueles que estavam à margem das propostas emancipatórias do “esclarecimento”⁷, mas que se apropriavam dessas mesmas propostas apontando-lhes os limites e exigindo delas a extensão.

⁶ É importante anotar que as datas e os acontecimentos a elas associados foram aqui registrados para destacar o conteúdo descontínuo e contraditório presente nos processos de emancipação política haitiana. Se por uma parte os(as) revolucionários(as) reivindicavam a superação dos ideais franceses (Ocidentais) de cidadania e a revisão dos limites à propriedade, por outro, o faziam construindo uma narrativa atravessada pelas marcas de uma escritura linear, pontuada por marcos temporais e alusão a certa percepção progressiva do tempo.

⁷ Princípio norteador do iluminismo no qual as sociedades humanas deveriam submeter-se aos processos educativos guiados pelas elites cultas no sentido da melhoria contínua e cumulativa de suas formas de organização política, econômica e social. A este respeito ver Adorno; Horkheimer, *Dialética do Esclarecimento*, 1985.

Territorialmente o que estava na pauta eram as implicações da Europa (França, Espanha e Inglaterra) nas definições das formas de uso e propriedade da terra em *Saint-Domingue*, nas definições de fronteiras, nas relações de trabalho e pertencimento que, no contexto revolucionário, tinham suas bases construídas sobre o trabalho compulsório e o extermínio de culturas nativas.

Culturalmente, o que ocorria desde o início da colonização em *Saint-Domingue* era o enfrentamento entre dois tipos de palavra, uma formulada como abstração e representação das coisas e outra, como enunciação dos corpos em movimento, que reconstituíam elementos fraturados pelas violências da escravidão, compondo outras simbologias, crenças, fazeres; novos campos de saber e sociabilidades que juntam terras, espíritos, animais e humanos em espaços de atuação sincrônica na luta pela sobrevivência e pela liberdade.

Neste sentido, a língua creóle e a religiosidade vodu funcionavam como eixos indissociáveis na articulação entre os diversos grupos rebelados, ao mesmo tempo que as negociações entre os líderes negros e os generais franceses se davam seguindo terminologias e ritos europeus, em representativos encontros entre os dois tipos de palavras em choque, na irreconciliável distância entre a palavra como representação europeia/masculina/esclarecida e a encarnação crioulezada do verbo/corpo/revolucionário.

Destarte, o que negros e mulatos reivindicavam e tentavam garantir, infligindo derrotas exemplares aos exércitos dos maiores impérios coloniais da época, era a ampliação do conceito de homem para inclui-los na referência tomada como universal, cuja base, até o momento, era tão-somente branca e europeia. Mais uma vez, a luta se dava em torno das palavras, mesmo que isso se materializasse nos campos de batalha, pela guerra de guerrilhas e pelo arrasamento das terras para que o inimigo nunca mais pudesse retornar como demonstra Gates Júnior (2014).

Após a independência em 1804, seguiu-se a institucionalização no novo Estado. Apesar de adotarem postos e nomenclaturas europeias na estrutura governamental, a assunção do termo Haiti para nomear o recém-criado país, denotava a elaboração de uma série de conceitos que norteariam as práticas sociais e políticas, que anunciavam possibilidades de significação diferenciadas naquele contexto. A palavra encarnada do creóle e do vodu exigia, por exemplo, a ultrapassagem do ideário Iluminista em virtude de suas limitações. A emancipação haitiana apontava, entre outras coisas, para um caminho de superação daquilo que Javier Protzel, dialogando com os textos do antropólogo francês Emmanuel Todd nomeou como “diferencialismo”.

Simplificando, el diferencialismo es un concepto antropológico muy importante referido a las estructuras de parentesco. Consiste en considerar a los hermanos

desiguales, no sólo para efectos de herencia, sino en que son, substancialmente, diferentes. Se les educa esforzadamente para mantener los méritos del linaje propio, pero sus vocaciones siguen sendas distintas que se pierden en destinos ajenos entre sí. Este tipo de orientación no es consciente para sus actores, pero su funcionamiento se proyecta al resto de la sociedad y a otras áreas de la cultura al transmutarse en una verdadera estructura mental que consagra la no-equivalencia entre las colectividades humanas bajo un principio tajantemente dicotómico Ego/Alter. (Protzel, 2015, p. 223).

Marca fundante da sociedade estadunidense, o diferencialismo pode também ser encontrado nas formas de hierarquização da sociedade haitiana do século XVIII, principalmente se observarmos as relações entre cor e classe presentes na ex-colônia francesa e que estavam sendo questionadas no processo de emancipação do Haiti, seja nos campos de batalha ou nos documentos formulados nas primeiras décadas pós-independência. Um caso importante desse questionamento está expresso no artigo 14 da constituição de 1805, em que se visava combater os vínculos entre cor e classe que fundamentaram as relações sociais no Haiti até aquele momento.

No referido texto, as diferenciações lastreadas na cor deveriam ser abolidas “uma vez que devem cessar, necessariamente, todas as distinções de cor entre os filhos de uma só e mesma família, onde o chefe do estado é o pai; doravante os haitianos serão conhecidos pela denominação genérica de negros”⁸. É certo que a referência familiar não foi suficiente para assegurar a igualdade dos considerados “filhos de uma só e mesma família”, já que o “poder do pai” poderia ensejar o autoritarismo e mesmo o retorno ao trabalho compulsório como ocorreu mais de uma vez no Haiti. No entanto, a enunciação desses ideais e sua transfiguração em texto escrito denota, em nossa interpretação, a manifestação da palavra-com-o-corpo revolucionária como ato perlocutório.

Na esteira dessa palavra-com-o-corpo, como discurso que realiza aquilo que diz no próprio ato da enunciação, outros documentos são confeccionados e o diferencialismo segue sendo questionado. O artigo 44 da constituição de 1816 ia mais longe do que o enunciado na carta de 1805, ao declarar que “todo africano, índio ou aqueles que levam seu sangue, nascidos nas colônias ou países estrangeiros e que vierem viver na república, serão reconhecidos como haitianos” (Gates Júnior, 2014, p. 210).

Evidentemente, como afirmamos, as intenções declaradas nos documentos não correspondem necessariamente à efetiva alteração das práticas sociais, mas nos dão indícios da compreensão que os líderes revolucionários haitianos tinham do papel simbólico que o processo emancipatório levado a cabo naquele país representava na relação África/América/Europa. Se na França, os ideais de acesso

⁸ *Constitución Imperial de Haití* (1805). Disponível em: <https://decolonialucr.files.wordpress.com/2014/09/constitucion-imperial-de-haiti-1805-biblioteca-ayacucho.pdf>. Acesso em 07/08/2019.

a direitos e à participação política eram expressos pelo conceito de “cidadão”, no Haiti essa definição alcança proporcionalmente um número maior de pessoas inscritas sob a categoria “negro”. Em 1816, o acesso a essa categoria era simbolicamente oferecido a indígenas, africanos e “nascidos nas colônias”, que, caso fossem viver (ou já vivessem) no novo país, seriam também denominados de “haitianos”.

É notável a opção pelo elemento compósito presente nos processos de colonização das Américas, traduzido da palavra creóle para o papel institucional, representado nos textos constitucionais haitianos. “O Haiti tinha aguda consciência de seu papel como um centro putativo daquilo que mais tarde veio a ser chamado de pan-africanismo, como uma consciência política ‘negra’ transnacional” (Gates Júnior, 2014, p. 10). Essa incorporação de antigas simbologias ressignificadas à luz de ideários novos; a reconstituição de elos ancestrais baseados em referências geográficas e sanguíneas anteriormente utilizadas em processos de hierarquização para a dominação colonial, estava sendo redirecionada como estratégia de resistência produzida a partir das margens, pela maioria convocada a se reconhecer como “negros” e/ou “haitianos”.

A dificuldade residia exatamente no campo da tradução e no papel de vanguarda assumida pela primeira república negra do mundo. É preciso lembrar que as derrotas impostas às potências europeias pelos revolucionários haitianos e a escrita dos referidos documentos se deram entre a última década do século XVIII e as primeiras do século XIX, e o tipo de igualdade proposta pelo recém-criado Haiti não encontrava ressonância em qualquer experiência anterior. Como analisa Michel-Rolph Trouillot,

Precisamos recordar que os principais dogmas da filosofia política a serem explicitados em Saint-Domingue/Haiti entre 1791 e 1804 não foram assimilados pela opinião pública mundial até depois da Segunda Guerra Mundial. Quando explodiu a Revolução Haitiana, apenas 5% de uma população mundial estimada em torno de 800 milhões de pessoas poderiam ser considerados “livres” nos padrões modernos. A campanha britânica pela abolição do comércio de escravos estava apenas começando; a abolição da escravatura demoraria muito mais. Reivindicações em torno da unidade da espécie humana, reivindicações em torno da irrelevância ética de categorias raciais ou de posicionamento geográfico para assuntos políticos e reivindicações em torno do direito de *todos* os povos à autodeterminação iam na contramão do senso comum no mundo atlântico e mesmo além dele. Cada uma dessas reivindicações somente poderia emergir em Saint-Domingue por meio da prática. Por força da necessidade, a Revolução Haitiana foi política e filosoficamente concebida conforme ia acontecendo. Seu projeto, sempre mais radicalizado ao longo de treze anos de combates, foi revelado em espasmos sucessivos. Entre seus estágios imprevistos, e em meio a eles, o discurso sempre foi deixado para depois da prática. (Trouillot, 2016, p. 146).

A constituição do estado haitiano denotava, no contexto atlântico daqueles séculos, uma impossibilidade linguística, posto que, nascida da inscrição dos sujeitos nas emergências do mundo da vida rizomatizada, em corpóreas violências colonizadoras e (re)existências criativas das artes do viver.

A ação que precedia à palavra era formulada na simultaneidade material, entre o pensamento e a necessidade, filosófica e politicamente formuladas, em um tempo em que o linguajar político ocidental era (e é) incapaz de enunciar aquele tipo de igualdade. Esses corpos em ação reivindicavam no agora o direito à enunciação perlocutória, questionando as ontologias precedentes e desestabilizando hierarquias, fossem elas centradas na racialização ou na preponderância dos lugares fixos.

O Haiti materializava um “impossível” paradoxalmente realizado, ameaçando a colonialidade. Como uma espécie de “delírio”, a plasticidade do Haiti revolucionário esfacelava os códigos linguísticos e os princípios libertários franceses com o “impossível” de sua existência. Não obstante o papel reivindicado pelos revolucionários haitianos, ou em razão deste papel, houve uma recusa internacional em tratar o novo país com o mínimo de respeito que ele exigia, e esta recusa se faz sentir até nossos dias. O impacto que as vitórias haitianas causaram no sistema escravista francês e suas repercussões nas discussões em torno do escravismo nos demais territórios coloniais, continua sob um nebuloso véu de silêncios e rasuras erguidas no combate ao protagonismo dos subalternizados.

A inacreditável eclosão de uma república livre e negra em meio às colônias baseadas no regime de *plantation*⁹ soava (porque era) como ameaça à narrativa de que os modelos europeus/brancos/masculinos/cristãos seriam os únicos lumiares dos destinos de territórios e gentes, inscritos e descritos com as tintas da barbárie. As reações metropolitanas foram imediatas, ao lado da impossibilidade de tratar sobre essa realidade fora do esquema epistemológico e, portanto, linguístico europeu, fortalecia-se a paradoxal tese de um enclave bárbaro de negros amotinados em meio às colônias “harmoniosamente organizadas” em torno da escravidão ou nas proximidades dos Estados Unidos da América, que, apesar de poucos anos antes ter rompido as relações coloniais com sua antiga metrópole, mantinha como base produtiva o trabalho escravo. Demonstrando os modos através dos quais, aparentemente, o escravismo moderno em nada contradizia o advento da “democracia” e da “liberdade”, desde que estes termos fossem muito bem definidos. Dito de outro modo, democracia e liberdade deveriam ser conceitos esvaziados de seu conteúdo libertário.

Some-se a isso o fato de que na luta contra seus antigos senhores e impelidos pelo terror de tornarem a ser escravizados, os rebeldes de *Saint-Domingue* destruíram as bases que poderiam conferir ao Haiti uma condição econômica respeitável e efetivamente autônoma. Como destaca Gates Júnior

⁹ Economia baseada no latifúndio, monocultura com exploração de mão de obra escrava para fins de exportação, mas não apenas. Para Mbembe, *A plantation* cumpria basicamente três funções enquanto engrenagem na ordem escravocrata: debilitar a capacidade de reprodução social dos escravos; imobilizar seus corpos e, por último, impedir suas vítimas de criarem um mundo simbólico próprio. A este respeito, ver Mbembe, *Crítica da Razão Negra*, 2018, p. 267.

em conversa com arquiteto Patrick Delatour, então ministro do turismo do Haiti, a ordem revolucionária era de nunca mais voltar a ser escravos, por isso lutaram

E tomaram uma decisão que tem repercussões até hoje. Decidiram rejeitar qualquer vestígio da escravidão. Recusaram-se a trabalhar nas plantações e engenhos de açúcar, e até mesmo a conservar as propriedades para uso futuro. O que tentavam fazer era deixar para trás um passado penoso, explicou Delatour. Entretanto, destruíram com isso seu sistema econômico. Como frisa Adam Rothman, em 1789 o Haiti era o principal produtor de açúcar no mundo, exportando quase 50 milhões de libras de açúcar refinado e mais de 90 milhões de libras de açúcar cristal (cerca de 30% das exportações mundiais de açúcar). Em 1801, porém, as exportações do país tinham caído para menos de 20 mil libras de açúcar refinado e menos de 20 milhões de libras de açúcar cristal.

“O Haiti foi a colônia mais lucrativa da história da colonização”, comentei. “Se tivessem mantido o sistema de plantation, o Haiti teria ficado rico... Teria se tornado uma das economias mais ricas do mundo.”

Delatour assentiu. Era um fato complicado, mas trágico. “Eles destruíram sistematicamente todos os meios de produção”, disse, pesaroso. (Gates Júnior, 2014, p. 243-44).

A opção pela liberdade custou muito mais do que a bancarrota, também significou uma mácula nas narrativas construídas acerca do Haiti. Mácula fomentada pela repulsa das potências europeias derrotadas pelas tropas revolucionárias, além do desprezo dispensado ao país pelos Estados Unidos da América. O tremor causado pela contestação aos ideais de homem e liberdade que os mantinha cativos cobraria seu preço e a narrativa do enclave selvagem e bárbaro vem sendo tecida desde então. “Sem aliados militares, a nação incipiente não tinha saída. Entre 1825 e 1947, pagou mais de 1 bilhão de dólares em troca do reconhecimento formal de sua independência e de garantias de que não seria invadida, ao menos de imediato”. (Gates Júnior, 2014, p. 246). Em 28 de julho de 1915, os EUA invadiram o Haiti e, no ano seguinte, já controlavam toda a ilha, incluindo a República Dominicana.

As razões para esta intervenção estadunidense que duraria 19 anos foram vagamente elaboradas em torno do argumento da “estabilidade regional”. Mera formalidade retórica rapidamente acolhida pelos pares previamente dispostos a aceitar a tese de que aquele era um país “fadado ao fracasso” que, a menos que o pulso firme dos irmãos “desenvolvidos” lhe guiasse o caminho, permaneceria perigosamente em meio às ilhas do Caribe, ameaçando a todos. De acordo com o governo estadunidense esse esforço retórico poderia facilmente ser descrito como uma ocupação devida “às crises recorrentes em um vizinho privilegiado geograficamente” (Chaves Júnior, 2008, p. 60).

Além da expressa desvantagem de ser tratado como um “vizinho privilegiado” (se for contestador), é interessante destacar da justificativa apresentada para a ocupação, o aspecto fluído das relações entre território nacional e a política internacional. A extensão do domínio estadunidense à República Dominicana e a posterior alocação de trabalhadores haitianos para a lida nas fazendas de

açúcar ali instaladas aprofundou questões raciais e disputas territoriais entre os dois lados da ilha, culminando com o massacre de haitianos em 1937 (Seguy, 2009).

Durante a intervenção militar, a adoção de uma política econômica que tomava como centro administrativo as principais cidades haitianas para o controle dos fluxos migratórios em direção às fazendas da República Dominicana, teria impactos profundos nas relações de vida e trabalho haitiana, no afluxo de riquezas do país, bem como nos processos de estruturação urbana e crescimento populacional de cidades como Porto Príncipe, capital do Haiti e epicentro dos tremores de terra em 2010. Neste sentido, não seria correto afirmar que os sismos daquele ano e o elevado número de mortes possam simplesmente ser atribuídos a uma “tragédia natural”. Ela tem também causas políticas e históricas bem conhecidas.

Apesar de tudo isso, não podemos esquecer que as formas de resistência à dominação no Haiti se mantiveram fortes e atuantes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vodou e a língua haitiana continuavam ocupando um lugar de relevo e, por isso mesmo, eram insistentemente combatidos como expressões da barbárie e/ou resquícios do atraso endêmico a ser superado. Aspectos culturais erigidos no contexto e contra a escravidão, figuravam como obstáculos aos interesses burgueses no Haiti. Apesar do combate sistemático promovido no período colonial e mesmo após a independência do país, a cultura viva de ancestrais africanos e indígenas pode ser visualizada em espaços públicos, cerimoniais religiosos e cívicos realizados em comemoração à emancipação política haitiana; nas montanhas e matas que fazem ecoar os cânticos dos revolucionários de 1791 a 1804.

Simbólica e materialmente presentes na língua e religiosidades haitianas, as profecias de liberdade (presentes inclusive no ato migratório de milhares de homens, mulheres e crianças em diáspora pelo Brasil), continuavam exigindo a imitação de seus mitos fundadores. A ideia de nunca mais voltar a ser escravos continua ameaçando os poderes que reagem pela não admissão da língua creóle nos documentos oficiais, escolas e outras instituições¹⁰. Quanto ao Vodou, uma parcela de seus sacerdotes foi cooptada pelo estado e suas entidades instrumentalizadas como estratégia de dominação. Os cultos vivos e libertários continuaram sendo praticados e perseguidos no jogo físico e simbiótico entre opressão e resistência.

¹⁰ Apenas em 1987 o creóle foi admitido como língua oficial no Haiti. A este respeito ver JN. Charles (2020).

Como legado e atualização da busca pela liberdade, temos uma mostra de que é possível resistir, transitando pelas frestas da conquista; subvertendo e ressignificando instrumentos e caminhos organizados como meios de controlar os corpos, escravizar a vida e transformá-los em instrumentos potentes da libertação. É neste sentido que a palavra luta emerge como um exemplo de capacidade inesgotável de sobreviver à escravidão. Afinal, como destaca Mbembe (2018, p. 292) dialogando com o texto de Frantz Fanon, a palavra luta pode assumir uma tripla significação: destruir aquilo que destrói, curar a quem o poder feriu e sepultar todos os que tombaram reivindicando a liberdade.

No outro lado, o da reafirmação das políticas de morte e atualização da escravidão, a história revolucionária haitiana continua sendo narrada como mito fundado de um país que estaria fadado ao fracasso, como lugar de miséria sem que se discuta com honestidade quais foram as formas de ação e contínua intervenção política que produziram os quadros de pobreza atualmente experimentados no país. Estudar a história do Haiti, conversar com haitianos e haitianas em diáspora pelo Brasil, pode ser uma excelente oportunidade para fazer circular os saberes que nos ajudem a também lutar pela liberdade nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

JN CHARLES, Charlot. **O haitiano e procura do lugar na diáspora para a Amazônia**: língua, religião e representações. 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020.

CHAVES JÚNIOR, Elizeu de Oliveira. **Um olhar sobre o Haiti**: refúgio e migração da parte da história. Brasília: LGE Editora, 2008.

GATES JÚNIOR, Henry Louis. **Os negros na América latina**. Tradução de Donaldson Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HURBON, Laënnec. **O deus da resistência negra**: o vodu haitiano. Tradução de Valdecy Tenório. São Paulo: Paulinas, 1987.

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. Tradução de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2000.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ORLANDI, Eni Puccineli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Trad. Jézio Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

Data de submissão: 04/08/2023
Data de aprovação: 13/10/2023

MIGRAÇÕES, CULTURAS E (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA NAS AMAZÔNIAS¹

Geórgia Pereira Lima²

Lucas Santos Nobre³

RESUMO

Análise bibliográfica acerca dos fluxos migratórios para a região Amazônica entre os séculos XVIII e XX – é o foco deste artigo. Assim, os cruzos culturais resultantes dos deslocamentos são possíveis de expor os processos diferenciados de interculturalidades (Candau, 2016) daqueles fenômenos sociais de migrações em diversas temporalidades. A finalidade deste estudo é entrever as manifestações de religiosidades como intersecções entre os sujeitos migrantes de diversos espaços e temporalidades. O método crítico (Bloch, 2001) serviu para analisar as fontes, sobressaindo daí dois resultados: identificar os entre nexos e hiatos culturais religiosos e expor elementos de (in)tolerância religiosa presentes no contexto das Amazônia interculturais. Assim sendo, a interculturalidade constituída no contexto histórico da migração e dos trânsitos de culturas vem a revelar o dinamismo de movimentos contínuos e descontínuos de “nexos” e “hiatos” culturais, particularmente religiosos, que provocam nas narrativas/discursos os valores “morais” conflituosos.

PALAVRAS-CHAVE: Intersecções. Migrações. Religiosidades amazônicas.

MIGRATIONS, CULTURES AND RELIGIOUS (IN)TOLERANCE IN THE AMAZONS

ABSTRACT

Bibliographic analysis about the migratory flows to the Amazon region between the XVIII and XX centuries is the focus of this article. Thus, the cultural crossings resulting from the displacements are able to expose the differentiated processes of interculturalities (Candau, 2016) of those social phenomena of migrations in various temporalities. The purpose of this study is to glimpse the manifestations of religiousness as intersections between migrant subjects from different spaces and temporalities. Critical method (Bloch, 2001) was used to analyze the sources, highlighting two results: to identify the links between religious cultural nexuses and gaps, and to expose elements of religious (in)tolerance present in the context of the intercultural Amazons. Therefore, the interculturality constituted in the historical context of migration and the transits of cultures denote the dynamism of continuous and discontinuous movements of cultural "nexuses" and "gaps", particularly religious ones that expose the conflicting "moral" values of the narratives/discourses.

KEYWORDS: Intersections. Migrations. Amazonian religiosities.

¹O tema deste artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica, tendo como enfoque uma revisão, em andamento, de produções acadêmicas de estudos migratórios em diversas temporalidades envolvendo o contexto amazônico, em particular a Amazônia Sul-Occidental. Texto apresentado no *I Simpósio Internacional Multidisciplinar das Humanidades Brasil/Moçambique* (UFAC/2023).

²Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP/2014). Pós-doutorado em Ensino de História (UNIFAP/2021). Mestra em História do Brasil (UFPE/2002). Professora Titular da Universidade Federal do Acre, atuando no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH/UFAC). Coordenadora do Curso de Licenciatura em História (2023/2025). Coordenadora-orientadora do PIBID História/CAPEs, 2023. E-mail: geo833@gmail.com

³Discente em Licenciatura em História, pela Universidade Federal do Acre – UFAC. Orientando, grupo de pesquisa PIBID História/CAPEs, 2023. E-mail: lucasnobre1508@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo procura responder a inquietação de (in)tolerância religiosa sobre as migrações culturais amazônicas, partindo de uma abordagem do contexto histórico da Amazônia Sul-Ocidental de processos migratórios diversos, entre 1870 a 1970, que envolveu diferentes deslocamentos sociais de homens e mulheres, manifestando, em seu conjunto, trânsitos culturais que possibilitaram entrever cenários e elementos de interculturalidades (Candau, 2016) amazônicos nas dinâmicas de intersecções e continuidades, bem como de contradições e descontinuidades, que sinalizam uma forma de visibilizar elementos da (in)tolerância (Nogueira, 2020) religiosa na região acreana.

Partindo dos pressupostos da análise crítica de Marc Bloch (2001) para revisão dos estudos sobre migrações/deslocamentos amazônicos/Acre e da Lei 11.635/2007, somado o banco de dados com uso do *google forms*, realizou-se uma enquete com pessoas frequentadoras e praticantes de religiões de matriz africana em Rio Branco/Acre, que permitiu entrever o contínuo e o descontínuo de elementos religiosos interseccionados em diferentes fenômenos migratórios.

Assim, considerando o contexto histórico das migrações em diferentes períodos dos chamados “ciclos” da borracha e da pecuarização das terras acreanas a partir de 1970, da legitimidade da lei brasileira e as implicações geradas por situações envolvendo preconceitos e (in)tolerância religiosa, expõem-se resultados significativos nesse estudo, que permitiram: 1) entrever nos trânsitos “nexos” e “hiatos” culturais resultantes de processos migratórios em diferentes temporalidades; 2) cruzos interculturais, incorporação ou não, de elementos religiosos no contexto acreano.

Desta forma, a análise bibliográfica acerca dos fluxos migratórios na Amazônia, particularmente da região Sul-Ocidental (Acre), ocorridos por fatores econômicos, e/ou sociais, tornou possível ver as influências de diferentes povos dos chamados “ciclos” da borracha, entre o final do século XIX e o primeiro quartel do século XX. A partir desses “ciclos” econômicos/migratórios, evidenciam-se registros de interculturalidade em elementos de religiosidades entre os diversos sujeitos, homens e mulheres migrantes, e desses com as comunidades indígenas presentes nesta região.

Vale destacar que em nosso estudo incluímos as diásporas africanas, para mostrar que, a partir do século XVIII, já estavam presentes na Amazônia (Costa, 2016). Somados a esses grupos, temos os sírios e libaneses, que se estabeleceram nesses territórios por volta de 1900 (Araújo, 2015), com influência na culinária local e no comércio nos rios; e a migração japonesa em 1920 (Emmi, 2009).

Em relação às migrações nacionais, constam nos registros, entre outros, os movimentos de deslocamentos de alagoanos, baianos, cearenses, paraibanos, pernambucanos, bem como, a partir da

década de 1970, catarinenses, paraenses, paulistas e mineiros, para Amazônia/região acreana, assinalando diferentes contextos sociais que permitem seguir nos trânsitos desses grupos de homens e mulheres os cruzos culturais presentes em diferentes temporalidades no território amazônico/acreano.

Esses fluxos evidenciaram entres si encontros e desencontros culturais e, particularmente com as comunidades indígenas, as quais propiciaram manifestações religiosas que permitem identificar elementos advindos dos costumes e ritos dessas comunidades. Assim, durante diferentes processos migratórios de homens e mulheres que vivenciaram um entrecruzamento cultural amazônico/acreano, percebemos os “nexos” e “hiatos” de interculturalidades, particularmente religiosa, nas amazônias.

Portanto, a dinâmica das religiosidades mediada por elementos interculturais expõe uma (in)flexibilidade em “aceitar” a manifestação religiosa do “outro”, assim como o Estado de Direito a partir das leis, e o controle social, instituindo-se pela presunção da diversidade cultural, do equilíbrio religioso e das manifestações resultantes desses campos culturais.

2. ENTRE “NEXOS” E “HIATOS”: TRÂNSITOS MIGRATÓRIOS E CULTURAIS

O cenário das migrações para a Amazônia Sul-Occidental, registradas por fenômenos de “ciclos” socioeconômicos, no final do século XIX, e agropecuário, a partir da década de 1970, no século XX, revela diferentes territorialidades de trânsitos culturais, implicando pensar a cultura “como estratégia de sobrevivência, é tanto transnacional como tradutória” (Bhabha, 2007, p. 241).

Dessa forma, a cultura pensada, a partir dos pressupostos de Homi Bhabha (2007), enquanto transnacional possibilita compreender os “discursos pós-coloniais contemporâneos [...] enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural [e] tradutória [as] histórias espaciais de deslocamento tornam a questão de como a cultura significa (Bhabha, 2007 p. 241).

Isso implica pensar o espaço acreano em diferentes processos migratórios nacionais (Lima, 2014) e internacionais (Araújo, 2015); são representantes de “matrizes culturais do povo amazônico [que] foram sendo formadas por justaposição, sucessão, diferenciação, miscigenação, competição, conflito, adaptação, por diferentes levas e contingentes de diversos povos, línguas, religiões e etnias” (Benchimol, 2013, p.108).

Nesse sentido, é importante analisar as culturas, interna e externa, por meio de trânsitos migratórios decorrentes, especialmente, dos “ciclos” da borracha, sendo o primeiro com início em 1880 e estendendo até 1920, provocado pela procura da borracha em razão do avanço tecnológico da Segunda Revolução Industrial, pela necessidade do látex na produção em larga escala nas indústrias da

América do Norte e Europa; e o segundo ciclo, no contexto da Segunda Guerra Mundial, entre 1940 e 1945, com o Brasil passando a exportar borracha para suprir as demandas dos Aliados (Pontes, 2014).

Assim, a crescente procura pela matéria-prima da borracha, particularmente para a indústria pneumática, corresponde ao chamado primeiro “ciclo”, um processo de “colonização” das regiões amazônicas que continha migrantes principalmente pernambucanos, cearenses e baianos, que se tornaram seringueiros. Já no segundo “ciclo”, os registros históricos demonstraram que houve uma demanda por mão-de-obra de outras regiões do Brasil e do mundo. Sobre esse contexto da migração e em atenção ao nosso enfoque na cultura, o pesquisador Adnilson de Almeida Silva (2010) afirma:

O processo de des(re)territorialização vivenciado por milhares de nordestinos que, mesmo sentindo o flagelo da seca e a opressão do sistema capitalista, mediante a desumanidade e ganância dos seringalistas, moldaram a nova vida no seio de uma terra desconhecida. Contudo, essa nova territorialização não levou esses retirantes a se despirem do mundo vivido de suas raízes. Trouxeram seus costumes e um modo de vida que se fundiu com a cultura local, fortalecendo essa nova territorialização (Silva, 2010, p. 64).

Nesse sentido, os grupos, ao migrarem e alguns formarem territorialidades seringalistas, entraram em contato com comunidades indígenas, com suas culturas e saberes ligados à floresta, heranças ancestrais. Vale aqui ressaltar, sem que os conflitos dos tempos das correrias não possam ser esquecidos, com choque cultural nesse momento da história acreana, a importância dos conhecimentos indígenas, contribuindo para a formação dos primeiros seringais e sua continuidade na Amazônia Sul-ocidental. O historiador Carlos José de Farias Pontes (2014) descreve o papel dos povos indígenas:

[...] este não participou efetivamente da coleta extrativista, mas contribuíram significativamente com elementos culturais, com seus costumes, modos de ser e viver, maneiras de respeitar as leis da natureza e sua tecnologia, que foram amplamente apreendidas pelos “brabos” que chegavam desprovidos de conhecimento sobre a região (Pontes, 2014, p. 107-123).

Os fluxos migratórios para a região amazônica continuaram ocorrendo durante um longo período, que se estendeu do século XIX e primeiro quartel do século XX, com deslocamentos nacionais e as migrações internacionais. Segundo os censos, no ano de 1872 (Primeiro Ciclo da Borracha), a população estrangeira na Amazônia chegou a 2.199 mil pessoas; em 1890 chegou a 3.277 mil pessoas; e, no século XX, mais precisamente no ano de 1940, a população de imigrantes alcançou aproximadamente 7.441 mil pessoas vindas de outros países.⁴

⁴ Fonte: IBGE. Estatísticas Históricas. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985. V.3 RJ. 1986. IBGE. Censo Demográfico 2000 (p.30). RJ, 2001. (Ver informe metodológico in fine ponto V) 3.

A dinâmica da população estrangeira na Amazônia demonstra uma diversidade oriunda de Portugal, Líbano, Síria e Japão. Alguns destes processos foram resultados de migração forçada e refúgio, seja motivada por conflitos, seja por instabilidade política (Araújo, 2015). Assim, há um inegável choque cultural entre esses povos com aqueles que já estavam presentes na Amazônia.

Dos exemplos desse choque cultural, podemos citar os sírios e libaneses que estavam presentes no território da Amazônia Sul-Occidental. Eles chegaram ao Acre e estabeleceram atividades na área comercial, tornando-se regatões que abasteciam os seringais por meio dos rios (Bezerra, 2006).

Desta forma, em relação às comunidades sírias e libanesas presentes no Acre, há uma intersecção entre culturas. Contudo, é importante considerar que, famílias de imigrantes possuidoras de boa condição financeira, mandavam seus filhos ao país de origem para estudar seu idioma, cultura e, religião, para possíveis casamentos, mantendo assim suas raízes culturais e religiosas (Araújo, 2015).

Temos a migração japonesa. Em 1908 os primeiros imigrantes aportaram no Brasil e, somente em 1920, estabeleceram-se na Amazônia (Emmi, 2009), somando-se ainda a marca cultural italiana. No artigo *Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos italianos?*, Marília Ferreira Emmi (2009) discorre:

Entre os italianos, um grupo significativo foi formado por religiosos que vinham atender determinações específicas de suas respectivas congregações. Eles deixaram as marcas de sua presença em estabelecimentos de ensino e em hospitais. Outro grupo importante era composto por arquitetos, pintores, músicos e outros artistas. A presença desses artistas foi de grande relevo pelas marcas que deixaram nas cidades amazônicas e a propaganda de suas obras na Itália pode ter constituído um estímulo para outros grupos emigrarem espontaneamente (Emmi, 2009, p. 8).

Importa destacar que, para além dos imigrantes do Oriente e europeus, formaram-se movimentos migracionais interamazônicos de bolivianos e peruanos, que foram intensos no início do século XX, impulsionados pela economia da borracha presente na Amazônia Occidental. Na região acreana, muitos dos peruanos que chegaram com o objetivo de se estabelecer financeiramente, eram originários das regiões camponesas, ligados ao trabalho da terra ou ao comércio (Guillén, 2010).

Note-se, no que tange à identidade cultural, que o Peru é um país que apresenta uma diversidade de culturas tanto quanto o Brasil e Bolívia, também decorrente de movimentos migratórios internacionais. Isso permite pensar nos elementos de intersecção das culturas brasileira e peruana, como dito pelo historiador Elio Dixon Escurra Guillén (2010):

[...] o imigrante que está mergulhado nessa nova sociedade aprende o idioma e estabelece através deste aprendizado relações de amizade com as pessoas do lugar. Os imigrantes, que são majoritariamente solteiros, estabelecem laços afetivos e

constituem famílias, a maioria deles estabelecem relações de matrimônio com moças acrianas. Isso afeta de alguma forma sua cultura original, pois ocorrem mudanças expressivas nas suas relações diárias. (Guillén, 2010, p. 51).

Contudo, cumpre destacar que, apesar da integração cultural, os imigrantes peruanos não abandonaram ou desvalorizaram a cultura do país de origem. Na verdade, articularam elementos culturais brasileiros e incorporaram aos seus costumes e tradições. Assim, ao repassarem continuamente aos descendentes os novos costumes, particularmente alimentares, elegem elementos interculturais que julgam importantes para o convívio social no país “estrangeiro”.

No circuito dos trânsitos migracionais, cabe mencionar os africanos escravizados. Com a proibição do trabalho indígena compulsório por Marques do Pombal e a fundação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), fez-se necessário trazer um elevado número de negros cativos vindos de vários países (Costa, 2016), que também se faziam presentes na Amazônia entre os séculos XVI, XVII e XVIII. Além disso, negros imigrantes do Caribe continuaram chegando à Amazônia no final do século XIX, bem como nas duas primeiras décadas do século XXI (Santos, 2016⁵). A respeito daqueles imigrantes caribenhos que ficaram conhecidos como “barbadianos”, o pesquisador Frederick Alleyne (2023) tece o seguinte comentário:

No Caribe, o porto de chamada situava-se em Bridgetown, na pequena ilha de Barbados. De lá trabalhadores vindos de outras ilhas como Saint Lucia, Saint Vincent, Grenada, Jamaica, Martinique, Dominica e até mesmo do Haiti, embarcaram para o Brasil, contratados por companhias inglesas ou dos Estados Unidos para trabalhar na construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, ou para as obras de urbanização em Belém e Manaus. Outros vieram por terra, via Guiana, atraídos pelo ciclo da borracha. Todos tinham o mesmo sonho, o de encontrar fortuna fácil e voltar para as ilhas com um status melhor do que tinham quando saíram (Alleyne, 2023, p. 306-319).

Dessa forma, para além do contexto histórico-econômico do extrativismo amazônico, que imprime certa singularidade aos trânsitos das migrações internacionais e nacionais, faz-se mister grifar a intersecção entre culturas levando-se em conta os povos indígenas amazônicos.

Nesse sentido, os movimentos migratórios são fenômenos de diversas temporalidades que provocam, a partir dos trânsitos humanos, os nexos e hiatos entre culturas, sejam eles por questões

⁵ A descrição do mestre Armstrong da Silva Santos (2014), acerca do intenso trânsito envolvendo outros grupos no século XXI, mostrou que “Nos últimos meses de 2010, pequenos grupos de haitianos começaram, com maior intensidade, a penetrar no Brasil através da Bolívia e do Peru, respectivamente pelos municípios acreanos de Brasileia e Assis Brasil. Com o aumento do número desses indivíduos que alcançavam aqueles municípios, houve, nos primeiros meses de 2011, por parte do Governo Federal Brasileiro, uma restrição do acesso à documentação necessária à legalização de suas estadias, permanências e/ou circulação em terras brasileiras (Muiraquitã, UFAC, v. 4, n. 1, 2016) 4.

econômicas, sejam eles por questões sociais, trazendo à baila os entrecruzos culturais com elementos presentes na culinária, vestimenta, acessórios. Na Amazônia Sul-Occidental, entre outros, destacam-se as expressões de religiosidades reveladoras de signos e sentidos engendrados na intersecção de manifestações de linguagens de santos, caboclos e orixás, com rituais diversos e próprios das culturas amazônicas.

A doutrina do Santo Daime e a Umbanda são exemplos dessas manifestações religiosas, que, mesmo sendo relativamente recentes, ambas do século XX, incorporam em suas vivências a interculturalidade, provinda das heranças constituintes das suas crenças e ritos – uma bagagem, com séculos de acúmulos de sabedorias, proveniente de povos indígenas, africanos, afro-brasileiros e afro-indígenas, os quais, por meio de suas interações culturais, possibilitaram a união das crenças, gerando outras manifestações, como a Umbandaime.

Nos fluxos e lutas para persistir com memórias de seus saberes e tradições, índios, negros e seus descendentes, em condições adversas de vida, misturaram seus corpos, almas, sentimentos e culturas, forjando uma nova identidade cambiante em territórios da “diferença colonial”. Nesses meandros, nasceram em rios, igarapés, igapós, matas, roças, pesqueiros, fazendas e, especialmente, em quilombos e mocambos, identidades, religiosidades, saberes e fazeres afroindígenas (Pachego, 2012, p. 3).

Portanto, com os entrecruzos de coisas tão distintas e únicas das culturas, acontece o que estamos chamando de interculturalidade (Candau, 2016). Entretanto, os processos de intersecções de elementos culturais, geradores de “aceitação” e singularidades, podem em determinados contextos se apresentar conflitivos, em razão de narrativas ou discursos de valores culturais múltiplos de enfrentamentos outros e de repúdio. Esse fenômeno pode ser notado nas manifestações religiosas na Amazônia/Brasil, tais como a já citada umbanda, o candomblé, o xamanismo, o Santo Daime, os saberes e fazeres de benzedoiras, bem como a ayahuasca acreana, as quais articularam elementos culturais distintos e são representantes de processos que envolvem intolerância religiosa.

3. CRUZOS INTERCULTURAIS E (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA

As Amazôniaas enquanto espaços dos cruzos interculturais dão a ver os “saberes da floresta”, constituídos pelos povos originários sobre “plantas, peixes e animais, os rios, igarapés, lagos [numa relação homem-natureza] o uso das plantas e ervas medicinais, poaia, copaíba, ucuuba, andiroba, capim-santo, cumaru, jambu, jurubeba, mastruz e [...], raízes, ervas e frutos” (Benchimol, 1999, p. 37-41).

Nesse sentido, a interculturalidade pensada a partir do fenômeno das migrações amazônicas, especificamente no espaço acreano, tem a ver com a presença, entre outras, de nacionais “nordestinos” (1870); de sírios e libaneses (1900); e japoneses (1920). Estes e outros sujeitos, com suas histórias e culturas de religiosidades, fé e crenças, materializaram em diferentes temporalidades um processo de “integração dos imigrantes [...] que vão se afastando lentamente das tradições culturais [...] vão se tornando [...] “árabes nordestinos” (Araújo, 2015, p. 94).

Dessa forma, nas migrações emergem intersecções culturais, há continuidades de elementos, mas também residem contradições e descontinuidades, particularmente de percepções de religiosas, tal qual enfatiza o historiador Gerson Albuquerque (2015),

A historiografia amazonalista produziu – historicamente - um silenciamento sobre a presença negra na Amazônia acreana. [...] o autor do livro “História do Acre: novos temas, nova abordagem”, mantém o mesmo silêncio, [sobre...] a questão da diáspora negra para essa região. “Negro” é palavra maldita na obra de Alves de Souza. [...] o capítulo 13, “Religiões: católicos e protestantes no Acre”. Nesse capítulo, as religiosidades de terreiros como o candomblé e a umbanda, que sempre estiveram presentes nos processos de construção dos diferentes territórios da Amazônia acreana são simplesmente ignoradas. [...] completamente uma das mais fortes e reconhecidas manifestações religiosas da Amazônia acreana, a doutrina do Daime e suas diferentes linhas. “Bebida de índio” (Ayahuasca, [...]) em práticas e ritos religiosos de indígenas, negros, brancos e das muitas misturas das gentes do Acre. Religiosidade articulada desde o início do século XX por negros maranhenses de indescritível presença física, espiritual e histórica, a exemplo Raimundo Irineu Serra, Daniel Pereira de Mattos e José Gabriel da Costa (Albuquerque, 2015, p. 16-17).

As continuidades e descontinuidades de elementos religiosos podem ser vistas com a história da comunidade turca (1900) no espaço acreano, cujas experiências interculturais derivam do choque de duas sociedades distintas: diferentes no modo de se vestir, de se comunicar, preparar suas refeições, interagir socialmente e, principalmente, nas crenças religiosas. Mesmo com todas essas “barreiras” culturais, esses imigrantes transpuseram essas dificuldades, tomando para si parte dessa nova cultura, mesmo que de forma parcial (Araújo, 2015).

O historiador Valmir Freitas de Araújo (2015), ao entrevistar uma descendente de um dos primeiros imigrantes libaneses no Acre, elucida sobre esses cruzos culturais que surgem:

Meu pai era druso, era seguidor de Maomé, mas gostava de comer carne de porco. De manhã, quando o sol nascia, ele rezava de frente para o nascente. Na época, eu não entendia direito. À tardinha, ele rezava, mas fazia de uma forma tão discreta, que às vezes nem notávamos. Às vezes, eu notava que ele estava rezando, mas também não sabia ao certo o que era. Quando ficava doente, ouvíamos ele dizer: “*Ib Alá! Ib Alá! Ib Alá!*...” Mamãe dizia “*ele está clamando por Alá*”. Mesmo assim, ele casou na Igreja Católica com minha mãe (Araújo, 2015, p. 130-131).

Ao lermos o relato apresentado pelo historiador, percebemos o ato de aceitar, por vezes, a religião do outro, mas sem negar as características da religião de origem. Essa “mescla” de elementos culturais religiosos – rezando a Alá e, em outros momentos, participando de ritos católicos” – parece uma tentativa dos imigrantes em estabelecer boa relação social com a comunidade do país acolhedor.

Assim, os cruzos culturais, visivelmente estampados na Amazônia Sul-ocidental mediante a manifestação do sagrado, como visto na aceitação dos sírios e libaneses em praticar outra religião, só corroboram que muitos dos povos que migraram do século XVIII até o XXI, aportaram em uma zona de contato com fronteiras culturais fluidas. Os “nordestinos”, que formaram o maior contingente de migrantes nas Amazônias, conferem-nos uma ideia, a partir dos trânsitos culturais, da interculturalidade religiosa que articula suas heranças católicas com as tradições religiosas indígenas.

É na figura das benzedeadas que temos uma noção maior dessas misturas de crenças, bem como da importância que essas pessoas seguidoras desses “novos” sagrados têm para as suas comunidades e para a história do Brasil. Segundo o pesquisador Jerônimo da Silva (2012),

Falar em rezadeira é adentrar num universo cultural rico em detalhes e singularidades, sobretudo, por dizer respeito a mulheres que sedimentam suas sabedorias através da oralidade. Gestos, vozes, posturas e valores são delineados em virtude das experiências, olhares e sensibilidades desenvolvidos entre rios e florestas. Essas mulheres têm diversos elementos em comum, compartilham o arsenal religioso da comunidade onde vivem: sujeitos praticantes do catolicismo popular/devocional, mesclados à bagagem cultural afroindígena. Entretanto, ao mencionarmos essas práticas culturais, não devemos pensar a identidade das rezadeiras como permanente e unificada, e sim como uma “couraça” forjada nos diversos confrontos, agenciamentos, diferenças e trânsitos sociais (Silva, 2012, p. 40).

Nesse contexto, outra manifestação do sagrado dimanada dos fluxos migratórios das interamazônias reside no culto da Santa Raimunda do Bom Sucesso, no Seringal Icuriã, localizado no município Assis Brasil-Acre, no qual constatamos demonstrações da interculturalidade religiosa resultante dos diálogos entre comunidades situadas nas florestas latino-americanas.

Aqui destacamos um ato significativo das florestas: as pessoas “escolhidas” como representantes religiosas em suas comunidades passam a ser veneradas como “santos” por manifestarem milagres socioculturalmente reconhecidos, similar aos processos de reconhecimento e canonização da Igreja Católica. Ao versarem sobre o cruzo das religiosidades no território acreano, as pesquisadoras Rachel Dourado da Silva e Stélia B. Castro (2010) compreendem que:

Atualmente, ao percorrer as diferentes festas populares de santos da floresta no território do Acre, percebe-se o sincretismo religioso, com aspectos do catolicismo, da umbanda e dos ritos indígenas. A necessidade de fazer pedido e agradecer o

atendimento divino promove na comunidade o pagamento de promessas e pedidos com demonstração de fé por meio de construções de capelas, queima de fogos e a entrega de ex-votos (Silva; Castro, 2010, p. 6).

O que está sendo concebido por “sincretismo” denota os trânsitos e cruzos culturais. A presença das africanidades nas Amazônias também gestou uma interculturalidade, vista, por exemplo, nas religiões de matriz africana, que incorporam elementos das religiosidades oriundas das Áfricas, do catolicismo, islamismo, espiritismo e das culturas indígenas. A interculturalidade pode ser notada tanto nas festas religiosas como em quadrilhas, bois-bumbás, entre outras expressões populares. Em seu artigo *Imigração e identidade cultural: a representação de uma identidade preferencial no interior de Rondônia*, Sandro Adalberto Colferai (2010) contextualiza a festa do Divino Espírito Santo:

[...] tradição que remonta à segunda metade do século XIX e tem raízes em festas semelhantes na Europa. Atualmente é mantida por populações remanescentes de quilombos surgidos na região ainda no século XVIII, durante a exploração de ouro. Na festa se reúnem moradores de vilas tanto da margem brasileira como boliviana do rio Guaporé, em uma procissão de barcos que pode durar até 40 dias e percorre as principais localidades do vale. Outra festa religiosa tradicional é a Procissão de São Pedro, realizada por pescadores de Porto Velho e de localidades próximas. O destino é a Igreja de Santo Antônio, na localidade de Santo Antônio, e acontece sempre no dia 29 de junho, Dia dos Pescadores (Colferai, 2010, p. 115).

Com isso, as práticas religiosas e religiões formadas desses cruzos interculturais continuam contemporâneas, tomando como exemplo as festas religiosas populares. No Acre, essas manifestações do sagrado igualmente são patentes nos terreiros de umbanda e candomblé, bem como na ayahuasca, que são representações de práticas religiosas resultantes desses fenômenos migratórios e culturais.

Porquanto, os espaços dos terreiros de candomblé e de umbanda, e ainda *ayahuasca*, como elementos interculturais (Candau, 2016) amazônicos/acreanos, estão presentes nas dinâmicas de intersecções e continuidades, embora os silenciamentos historiográficos da diáspora “negra” acreana, bem como os silêncios do uso do chá da *ayahuasca* sejam indicadores das contradições e/ou descontinuidades, apontando para elementos da (in)tolerância religiosa no espaço acreano.

O enfoque que damos à interculturalidade não exclui, contudo, levar em consideração os atos de racismo, violência e discriminação na sociedade brasileira (Pachi, 2018) e, por extensão, no Estado do Acre. É o caso do registro do portal G1 (Grupo Globo/AC) em 22/05/2022: “Pastor comete intolerância religiosa contra tenda de Umbanda através de um vídeo [...]” (Nascimento, 2022).

Dados de grupo de pesquisa e estudo coordenado pela profa. Dr.^a Geórgia Pereira Lima (PIBID/História, 2023), em uma amostra da fase inicial da pesquisa envolvendo grupos religiosos de

matriz africana, apontam que as pessoas desses círculos de religiosidade sofreram diferentes tipos de violência contra sua religião, como demonstram os gráficos a seguir. Vejamos:

Gráfico 1, representando as porcentagens de praticantes de religiões de matriz africana em Rio Branco-AC

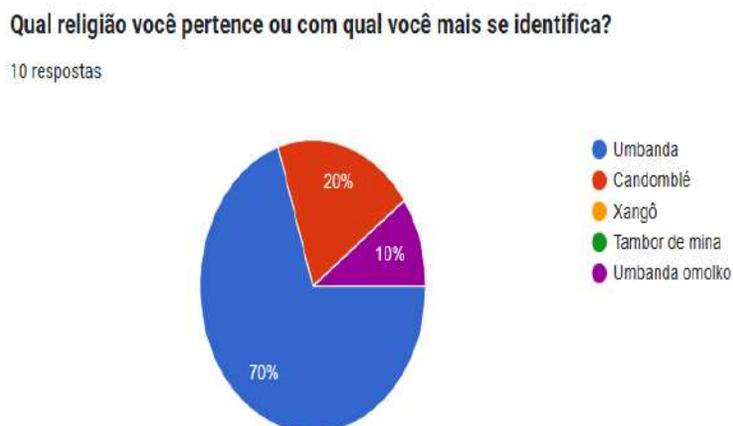


Gráfico 1: Dados do grupo de pesquisa e estudo coordenado pela Prof.^a Dr.^a Geórgia Pereira Lima, cujo objetivo é verificar se pessoas de religiões de matriz africana sofreram algum tipo de violência contra sua religião.

Fonte: PIBIDHISTÓRIA/CAPES, 2023

Gráfico 2, representando a porcentagem de praticantes de religiões de matriz africana que sofreram intolerância religiosa em Rio Branco-AC

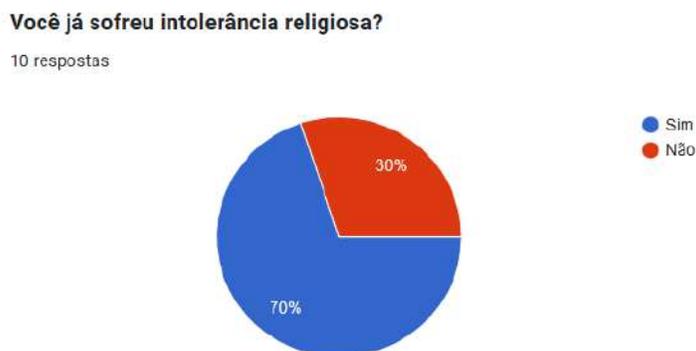


Gráfico 2: Dados do grupo de pesquisa e estudo coordenado pela Prof.^a Dr.^a Geórgia Pereira Lima, cujo objetivo é saber se pessoas de religiões de matriz africana sofreram algum tipo de violência contra sua religião.

Fonte: PIBIDHISTÓRIA/CAPES, 2023

Evidenciada no Gráfico 1, a diversidade religiosa em Rio Branco- Acre vai ao encontro das análises bibliográficas acerca das interculturalidades/cruzos religiosos herdados da nossa história de encontros e desencontros entre povos de diferentes nacionalidades, culturas, ritos e religiões, provenientes dos fluxos migratórios frequentes desde o período colonial brasileiro.

Já no Gráfico 2 há os conflitos que os diversos cruzos culturais de religiosidades promovem, realidade vivenciada por pessoas praticantes das religiões de matriz africana, cuja maioria já foi vítima da intolerância ao credo religioso de fazeres e saberes dos terreiros de candomblé ou umbanda, manifestada por vezes pela própria família, que recusa aceitar a religiosidade de quem a professa.

Dito isso, a análise da Tabela 1 da pesquisa, que contém relatos de casos de intolerância religiosa em Rio Branco-AC, pode ser assim representada na Figura 1:

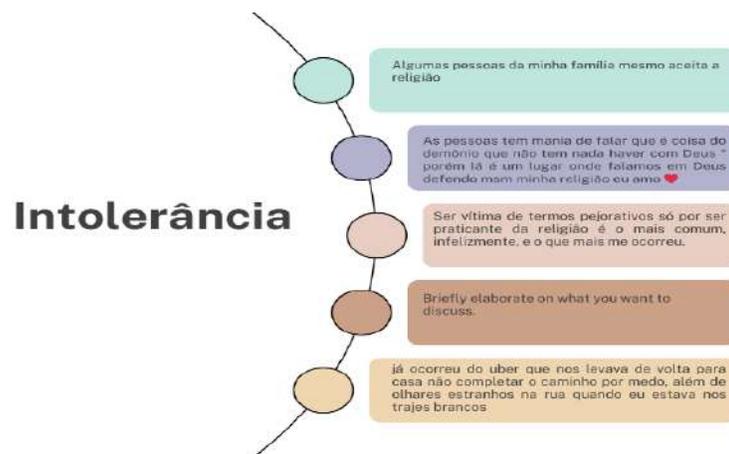


Figura 1: Dados do grupo de pesquisa e estudo coordenado pela Prof.^a Dr.^a Geórgia Pereira Lima, cujo objetivo é saber se as pessoas de religiões de matriz africana sofreram algum tipo de violência contra sua religião.

Fonte: (PIBIDHISTÓRIA/CAPES, 2023)

As descrições das pessoas praticantes de religiosidades de matriz africana descortinam os hiatos das intersecções culturais constituídas em diversas temporalidades no interior da floresta acreana, assim como denotam a intolerância religiosa como parte de narrativas/discursos de valores religiosos geradores de conflitos velados ou manifestados em preconceitos que agridem pessoas e suas crenças, chegando ao ponto em que estes hiatos provocados pela intolerância religiosa expõem dupla violência material: tanto aos locais de culto quanto à pessoa, mediante a agressão física.

Portanto, isso implica pensar na intervenção do Estado para além das leis – desenvolver políticas públicas para a garantia da diversidade cultural e igualdade de direitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interculturalidade como resultado do fenômeno migratório no Brasil, analisada a partir do século XVIII, evidencia a ligação da cultura com a terra e sobrevivência. A convivência de povos de

diferentes etnias e costumes no mesmo tempo e espaço gerou frutos que estão presentes hoje, estando refletidos nas tradições, gastronomia, festas e religiosidades. No Acre, podem-se ver a intersecções culturais no candomblé, umbanda e ayahuasca, que são religiões que incorporam tradições indígenas e africanas, constituídas no contexto histórico da migração e dos trânsitos de culturas.

Na contemporaneidade, as heranças desses povos resistem nas lutas de seus descendentes, que buscam não deixar que a história da sua gente seja oprimida e apagada. Mas, mesmo com essa extensa história de costumes, ritos e resistência, a intolerância é uma das formas mais frequentes de tentar extinguir as crenças dessas pessoas. A pesquisa em fase inicial exposta neste texto demonstrou que pessoas praticantes de religiões de matriz africana sofreram algum tipo de intolerância contra sua religião (PIBIDHistória/CAPES, 2023).

Esses dados iniciais já nos alarmam para o problema que está presente todos os dias na vida dessas comunidades. O desrespeito, preconceito e intolerância voltados contra suas culturas, costumes, ritos e, principalmente, suas manifestações religiosas, descambam para casos de violências de todos os graus possíveis, para as quais a sociedade e representantes políticos acabam por fechar os olhos.

Tais problemas são mais alarmantes quando paramos para refletir que esses elementos interculturais (Candau, 2016) estão presentes no cotidiano de todos, desde um prato culinário trazido pelos africanos até mesmo nossas festas, músicas e na forma como falamos. Essa interculturalidade pertence a todos nós, daí o respeito e aceitação dessas religiões deveria ser consenso, tal como previsto na Lei 11.635, de 27 de dezembro de 2007, que institui o combate à intolerância religiosa, o que acabou por não fazer diferença, conforme exposto nos dados iniciais dessa pesquisa.

As migrações e a interculturalidade produzem dinamismo de movimentos contínuos e descontínuos de “nexos” e “hiatos” culturais, particularmente religiosos, que provocam nas narrativas/discursos os valores “morais” conflituosos. Daí que o Estado de Direito, enquanto o império da lei, precisa reconhecer e resguardar a diversidade cultural, contemplando lutas políticas e sociais dos grupos considerados minorias, materializadas em políticas públicas que garantam dignidade, liberdade e direitos iguais em termos de manifestações culturais existentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. História e Historiografia do Acre: Notas sobre os Silêncios e a Lógica do Progresso. Revista Tropos, ISSN: 2358-212X, volume 1, número 4, edição de dezembro de 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/342-Texto%20do%20artigo-1025-1-10-20151207>. Acesso, 25 ago. 2023.
- ALLEYNE, Frederick. **Imigrantes Negros: Na Contramão da História** - p. 306-319.
- ARAÚJO, Valmir Freitas de. **Memória da Imigração Síria e Libanesa nos Vales dos Rios Acre e Purus - 1900-1975**. USP- São Paulo, 2015. (Catálogo USP) <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15072015-135201/pt-br.php>. Acesso, 25 ago. 2023.
- BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: de Território a Estado- Um Olhar Social**. São Paulo, 2006.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 247 S.A, 2013. 443 p.
- BHABHA, Homi. Compromisso com a teoria. In: BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001;
- BRASIL. Lei Nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007. Contra a Intolerância Religiosa, Presidência da República. Disponível em: Lei nº 11.635 (planalto.gov.br). Acesso em: 17 de agosto de 2023.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação outra?**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.
- COLFERAI, Sandro Adalberto. **Imigração e Identidade Cultural: A Representação de uma Identidade Preferencial no Interior de Rondônia**. Revista Labirinto, ano X, nº 13 – agosto de 2010.
- COSTA, Diogo Menezes. **Arqueologia dos Africanos Escravos e Livres na Amazônia**. Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, janeiro – junho 2016.
- EMMI, Marília Ferreira. **Fluxos Migratórios Internacionais para a Amazônia Brasileira do Final do Século XIX ao Início do Século XX: O Caso dos Italianos**. PAPERS DO NAEA Nº 240, 2009.
- GUILLÉN, Elio Dixon Escurra. **Peruanos no Acre: A Trajetória de uma Experiência Migratória**. Goiânia, 2010.
- LIMA, Georgia Pereira. **'Brasivianos': Culturas, Fronteiras e Identidades**. USP- São Paulo, 2014. (Catálogo USP) <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21012015125422/pt-br.php> Acesso, 24 ago. 2023.

NASCIMENTO, Aline. Tenda de umbanda do Acre denuncia pastor por intolerância religiosa e preconceito e MP investiga caso. **Acre Amazônica**, 2022. <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/05/22/tenda-de-umbanda-do-acre-denunciapastorpor-intolerancia-religiosa-e-preconceito-e-mp-investiga-caso.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2023.

PACHECO, Agenor Sarraf. **Os Estudos Culturais em Outras Margens: Identidades Afroindígenas em “Zonas De Contato” Amazônicas.** Fênix – Revista de História e Estudos Culturais setembro/outubro/novembro/dezembro de 2012.

PACHI, Pricila. **Migração e Interculturalidade, Um Binômio Capaz de Construir Pontes de Convivência.** Revista UFMG, belo horizonte, v. 25, n. 1 e 2, p. 124-143, jan./dez. 2018.

PONTES, Carlos José de Farias. **O Primeiro Ciclo da Borracha no Acre: Da Formação dos Seringais ao Grande Colapso.** **Revista South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, vol. 1, p. 107-123, 2014.

SANTOS, Armstrong da Silva. **Encontros e desencontros em narrativas de haitianos na Amazônia acreana.** Muiraquitã, UFAC, v. 4, n. 1, 2016.

SANTOS, Armstrong da Silva. **Haitianos na Amazônia Sul Ocidental: identidades e narrativas em trânsito.** Dissertação. Programa de Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade da UFAC, 2014.

SILVA, Adnilson de Almeida. **O Processo de Des(Re)Territorialização dos Trabalhadores Nordestinos no Território Amazônico durante os Ciclos da Borracha.** Revista Geografar, Curitiba, v.5, n.1, p.61-82, jan./jun. 2010.

SILVA, Jerônimo da Silva. **Energias das Águas no Corpo de Rezadeiras: Trânsitos, Curas e Identidades na Amazônia Bragantina.** Revista Cocar, Capanema-PA, 2012.

SILVA, Rachel; CASTRO, Stélia. **Religiosidade Popular: Santa Raimunda, do Bom Sucesso no Acre/Brasil.** 2010.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa** [livro eletrônico] /Sidnei Nogueira. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. 160 p.

ZAMBERLAM, Jurandir. **O Processo Migratório no Brasil e os Desafios da Mobilidade Humana na Globalização.** Porto Alegre, Pallotti, 2004.

Entre sírios e libaneses. **AGAZETADOACRE**, 2010. [Entre sírios e libaneses - Jornal A Gazeta do Acre](#) Acesso em: 27 ago. 2023.

Cem anos da imigração japonesa. **Notícias do Acre**, 2008. <https://agencia.ac.gov.br/cem-anos-da-imigrao-japonesa/> Acesso em: 27 ago. 2023.

Data de submissão: 31/08/2023

Data de aprovação: 27/10/2023

HAITI: HISTÓRIA, SILENCIAMENTO E RELIGIOSIDADE COMO TÁTICA DE LIBERDADE

*Armstrong da Silva Santos*¹

RESUMO

Este artigo é um recorte de tese de doutoramento defendida em julho de 2023 e visa discutir modos de narrar e, simultaneamente, ocultar a história haitiana, principalmente no que diz respeito às lutas de resistência à escravidão vivenciada pelas populações negras da parte ocidental da ilha de *Hispaniola*, no Caribe e o processo de independência do Haiti no final do século XVIII e início do XIX. Essas lutas e a constituição do país caribenho, questionaram o ideário iluminista e revolucionário francês (1789-1899) e, por isso, tem sido silenciados pela historiografia além de que foram impostas uma série de embargos que impediram que o Haiti se tornasse uma nação efetivamente livre. Apresentamos uma abordagem que analisa narrativas produzidas sobre o Haiti e seus habitantes, bem como práticas de resistência elaboradas por sujeitos inscritos nesses processos de diálogo, tensões e redirecionamento dessas mesmas narrativas, visando transformá-las em instrumentos de sobrevivência e luta, como ocorre nos casos das diásporas e da prática do vodu. Trata-se de um estudo baseado em revisão bibliográfica e documental fundamentada em intelectuais como Protzel (2015), Haesbaert e Limonad (2007), Orlandi (2007) e Trouillot (2016); Édouard Glissant (2005) e James (2000) As análises indicam que essas limitações (do ideário iluminista), somadas às práticas de resistência elaboradas pelos subalternizados, operam como interpelação ao tempo presente, exigindo deste a inserção dos deslocados na esfera dos direitos, cuidados e proteções prometidos pela modernidade que, contraditoriamente, fincou seus alicerces sobre os corpos racializados em territórios narrados como espaços de “selvageria” e “barbárie”.

PALAVRAS-CHAVE: Haiti. Silenciamento. Luta. Sobrevivência. Resistência.

HAITÍ: HISTORIA, SILENCIAMIENTO Y RELIGIOSIDAD COMO TÁCTICAS DE LIBERTAD

RESUMEN

Este artículo es parte de una tesis doctoral defendida en julio de 2023 y tiene como objetivo discutir formas de narrar y, simultáneamente, ocultar la historia haitiana, especialmente en lo que se refiere a las luchas de resistencia a la esclavitud vividas por las poblaciones negras en la parte occidental de la isla de Hispaniola, en el Caribe y el proceso de independencia de Haití a fines del siglo XVIII y principios del XIX. Estas luchas y la constitución del país caribeño cuestionaron la Ilustración francesa y los ideales revolucionarios (1789-1899) y, por ello, han sido silenciadas por la historiografía, además de la imposición de una serie de embargos que impidieron que Haití se convirtiera en un país efectivamente libre. Presentamos un enfoque que promueve el análisis de las narrativas producidas sobre Haití y sus habitantes, así como las prácticas de resistencia elaboradas por sujetos inscritos en estos procesos de diálogo, tensión y redireccionamiento de esas mismas narrativas, con el objetivo de transformarlas en instrumentos de supervivencia y lucha, como en los casos diásporas y la práctica del vudú. Se trata de un estudio basado en una revisión bibliográfica y documental sostenida por intelectuales como Protzel (2015), Haesbaert y Limonad (2007), Orlandi (2007) y Trouillot (2016); Édouard Glissant (2005) y James

¹ Doutor em Letras, Universidade Federal do Acre (2023). E-mail: armstrong.santos@ufac.br.

(2000). Los análisis indican que estas limitaciones (de los ideales ilustrados), sumadas a las prácticas de resistencia elaboradas por los subalternizados, operan como una interpelación al tiempo presente, exigiendo la inserción de los desplazados en el ámbito de los derechos, cuidados y protecciones prometidos por la modernidad que, contradictoriamente, se asentó sobre cuerpos racializados en territorios narrados como espacios de “salvajismo” y “barbarie”.

PALABRAS CLAVE: Haití. Silenciamiento. Lucha. Supervivencia. Resistencia.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte e adaptação de tese de doutoramento defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, em julho de 2023, e visa discutir modos de narrar e, simultaneamente, ocultar a história haitiana, principalmente no que diz respeito às lutas de resistência à escravidão vivenciada pelas populações negras da parte ocidental da ilha de *Hispaniola*, no Caribe e o processo de independência do Haiti no final do século XVIII e início do XIX. Essas lutas e a constituição do país caribeno, questionaram, há um só tempo, o ideário iluminista e as concepções de cidadania formuladas no contexto revolucionário francês (1789-1899) e, em decorrência disso, foram lidos pelo ideário ocidental como uma afronta punível com o silenciamento do legado libertário haitiano da história e a imposição de uma série de embargos que impediram que o Haiti se tornasse uma nação efetivamente livre. Neste sentido, apresentamos uma abordagem que analisa narrativas racializadas produzidas sobre o Haiti e seus habitantes, bem como práticas de resistência elaboradas por sujeitos sociais inscritos nesses complexos processos de diálogo, tensões e redirecionamento dessas mesmas narrativas, visando transformá-las em instrumentos de sobrevivência, resistência e luta, como ocorre nos casos da imigração e da prática do vodu. Trata-se de um estudo baseado em revisão bibliográfica e documental fundamentada em intelectuais como Protzel (2015), Haesbaert e Limonad (2007), que nos inspiram a pensar o espaço como construção social mediada por diferentes temporalidades, formas de registro e experiências construídas sobre o aporte do território e da interterritorialidade. Refletimos a partir das discussões propostas por Orlandi (2007) e Trouillot (2016) sobre silenciamentos e enunciações inscritos nas formas de se narrar a história e suas relações com os modos de pensar e agir sobre a realidade; Walter Benjamin (1987) e Édouard Glissant (2005) para tecer a crítica às formas de conceber tempo e espaço, problematizando-os com base nas mobilidades, na narração e nos modos de ação de sujeitos em distintas diásporas. Além desses autores, dialogamos com os textos de James (2000) que traça um interessante perfil sobre as lutas de emancipação haitiana e

analisa os limites do ideário iluminista para os escravizados da colônia francesa no final do século XVIII.

2. INVENTANDO O HAITI COMO UM “PERIGO” E ARTICULANDO RESISTÊNCIAS

Em panfletos, jornais, cartas e outros textos que circulavam na colônia portuguesa do Brasil e posteriormente no Brasil Imperial (1822-1889), a rebelião de escravos que deu início ao processo de independência haitiana², ocorrida em 1804, ocupava o tempo e os imaginários das elites escravagistas como um evento amedrontador³, cujas possibilidades de repetição poderiam ser identificadas nos rostos dos escravizados das terras brasileiras; nos pequenos atos de resistência ou no peso semântico de certas expressões (era o caso da tríade revolucionária francesa liberdade, igualdade e fraternidade), que orientaram a burguesia da França no sentido da superação dos resquícios da ordem feudal, em prol da institucionalização do poder econômico pela tomada do poder político (Hobsbawm, 2010).

Os ideais franceses que perturbaram e reorganizaram poderes, estados e formas de organização social na Europa, fomentaram também mudanças em contextos não europeus e, dependendo do grupo social que os enunciava e defendia, as mesmas palavras de ordem poderiam significar coisas completamente diferentes. Foi o que ocorreu na colônia francesa de *Saint-Domingue*, localizada na faixa oeste da ilha de *Hispaniola*, no mar do Caribe. A revolução levada a cabo pelos subalternizados da ilha foi, a um só tempo, questionadora dos princípios iluministas postos em ação nos processos revolucionários estadunidense (1776-1783) e francês (1789-1799), e uma espécie de alerta aos proprietários de escravos das Américas quanto aos perigos da união e organização de grupos marginalizados.

No caso das elites coloniais e (posteriormente) imperiais brasileiras, a emancipação haitiana pairava como uma ameaça, um “fantasma” que “aparecia” para perturbar uma ordem social alicerçada na utilização do trabalho escravo e, posteriormente, a rondar as práticas políticas inscritas nos Estados-Nacionais organizados sobre os escombros e heranças do decadente sistema colonial. Apenas para

² O nome da colônia francesa localizada na ilha de Hispaniola era *Saint-Domingue*. Após a independência o novo país foi chamado de Haiti, em referência à forma como os antigos habitantes da ilha a denominavam.

³ No livro “Onda negra, medo branco”, Célia Maria Azevedo pontua que mesmo entre os articulistas abolicionistas, houve grande preocupação em apaziguar os ânimos, indicando que mesmo que ocorresse o fim da escravidão, a mão de obra negra continuaria à disposição dos proprietários dos meios de produção, ou seja, de que a ordem em pouco seria alterada com a libertação dos escravizados, não cabendo, portanto, o temor difundido no imaginário das elites brasileiras acerca da revolução Haitiana.

citarmos os exemplos mais emblemáticos, lembremos de que os Estados Unidos mantiveram a escravidão no país até fins do século XIX⁴ e o Brasil foi o último país das Américas a abolir oficialmente essa prática também no fim daquele século (Azevedo, 1987).

Naquele contexto, a série de conflitos, derrotas, retrocessos e vitórias dos rebeldes de *Saint-Domingue* ganhara um nome que fazia tremer os proprietários de escravos brasileiros, mas também lhes entregava o argumento para recrudescer práticas de controle e exigir dos poderes locais e governo central, ações que fossem capazes de lhes proteger dos perigos provenientes de *Saint-Domingue*⁵. De acordo com Célia Maria Azevedo,

Ora, perguntavam-se alguns assustados “grandes” homens que viviam no Brasil de então, se em São Domingos os negros finalmente conseguiram o que sempre estiveram tentando fazer, isto é, subverter a ordem e acabar de vez com a tranquilidade, dos ricos proprietários, por que não se repetiria o mesmo aqui? Garantias de que o Brasil seria diferente de outros países escravistas, uma espécie de país abençoado por Deus, não havia nenhuma, pois aqui, assim como em toda a América, os quilombos, os assaltos as fazendas, as pequenas revoltas individuais ou coletivas e as tentativas de grandes insurreições se sucederam desde o desembarque dos primeiros negros em meados de 1500, (Azevedo, 1987, p. 35).

Desse modo, *Saint-Domingue* que tanto temor provocava na sociedade escravagista brasileira era convocado como alegação que justificava a ampliação da desconfiança, vigilância e violência em relação a tudo o que era negro, fosse a pele, a música ou as religiosidades, por representarem “perigo” latente aos herdeiros das “casas grandes”⁶ de norte a sul das Américas. Ao mesmo tempo, as experiências de luta e emancipação haitianas deveriam ser apagadas das memórias coletivas ou apresentadas repetidamente como mostras dos “resultados nefastos” da liberdade sem tutela e da emancipação sem o aval das metrópoles “brancas” e “desenvolvidas”. Tudo em nome da ordem e, no Brasil, uma elite escravagista já pressionada pelas mudanças ocorridas no quadro político-econômico sob a batuta de potências como França e Inglaterra⁷ por ampliação dos mercados consumidores, via-se diante de um processo revolucionário negro ocorrido bem aqui, no continente americano.

⁴ A este respeito ver Gates Júnior, *Negros na América latina*. 2014.

⁵ A vitória obtida pelos haitianos frente à escravidão gerou entre os séculos XVIII e XIX, uma espécie de fobia entre os proprietários de escravos, um medo difundido nas sociedades que tinham na escravidão as bases produtivas. Justificado ou não, o medo de que aquele exemplo fosse imitado em outras partes do globo, aparecia em jornais, panfletos e informativos que se referiam às revoltas e desordens que envolviam as populações negras escravizadas no Brasil, como ameaça proveniente do recém-criado país, o Haiti.

⁶ Referência à sede das grandes fazendas que funcionavam com base na exploração do trabalho escravo.

⁷ Exemplo disso foi o Tratado de Comércio assinado em 1810 com a Inglaterra que indicava o fim da escravidão. A este respeito ver, Azevedo, *Onda Negra Medo Branco*, 1987, p. 21.

A ordem escravocrata brasileira, ao olhar para si própria, criava (mas dizia receber como herança) o medo proveniente do Caribe na ampliação dos temores existentes desde o início da colonização, diante das diversas formas de resistência elaboradas pelos(as) escravizados(as). A resposta a esses temores no século XIX, veio pela socialização do pavor ao exemplo haitiano. De modo que o Haiti “miserável”, o Haiti “doentio”, o Haiti “das inumeráveis tragédias” começava a ser narrado como um convite ao esquecimento ou como um lembrete perpétuo aos que ousam lutar e serem livres sem a chancela dos antigos e/ou novos dominadores.

Como afirmamos, os EUA continuavam, após sua independência, mantendo uma larga produção econômica construída sobre bases escravistas em seu território⁸ e os franceses, sob o comando de Napoleão (1799-1815), lutaram para reintroduzir a escravidão nas áreas coloniais (leia-se Haiti). Contraditoriamente, nos mitos fundadores do Ocidente, ambientados no século XVIII, a independência estadunidense e a “liberdade, igualdade e fraternidade” francesas ganharam relevo nas narrativas libertárias e historiográficas, enquanto o exemplo haitiano vem sendo negado ou depreciado através de imagens continuamente reforçadas dos infortúnios vivenciados pelas populações daquele país desde fins do século XVIII.

A posição geográfica do Haiti, vantajosa no período colonial para as metrópoles (primeiramente Espanha e depois França)⁹, passa a ser apresentada enquanto problema nos imaginários norte-americanos contemporâneos. Essa posição privilegiada estava sendo narrada como um “perigo” para a chamada “estabilidade regional”¹⁰ tão cara e reivindicada esporadicamente pelos vizinhos “desenvolvidos” do país caribenho. Dessa forma, o Haiti, “país mais pobre das Américas”¹¹, “foco de doenças”¹² vem sendo narrado. Na contramão das representações elaboradas sobre outras regiões das

⁸ Eduardo Galeano, em 2010, publicou no jornal *Resumen Latinoamericano*, de Havana, Cuba, um breve artigo intitulado “A história do Haiti é a história do racismo na civilização ocidental”, no qual o autor aborda esse apagamento dos exemplos haitianos quanto às tentativas de conquista de efetiva liberdade e independência.

⁹ A colonização das possessões europeias antilhanas foi fator preponderante desde o final do século XV, tanto para o desenvolvimento de culturas canavieira e tabagista entre outras, quanto para o comércio triangular entre Europa, África e América. A esse respeito, ver Gates Júnior. *Os negros na América Latina*. 2014.

¹⁰ Em comunicação datada de agosto de 1791, Thomas Jefferson adverte Thomas Mann Randolph sobre os perigos das conquistas obtidas em Saint-Domingue: “Um decreto da Assembleia Nacional da França, dando os direitos de cidadania ao povo de cor livre de Santo Domingo, lançou aquela colônia em uma fermentação perigosa”. (Tradução nossa). Fragmento disponível em: <https://www.monticello.org/site/research-and-collections/st-domingue-haiti>. Acesso em 22 de outubro de 2020.

¹¹ Essa referência é bastante repetida em jornais e discursos políticos contemporâneos.

¹² De acordo com relatório divulgado pela Fiocruz em agosto de 2018, o vírus da Zica que circula no Brasil seria proveniente do Haiti e teria sido introduzido no país por conta dos militares que lá prestaram serviço, mas principalmente pela imigração ilegal de haitianos para o Brasil. Discursos sanitários semelhantes foram acionados quanto ao cólera e ao

Américas (Estados Unidos e Canadá, por exemplo), a trajetória haitiana segue sendo enunciada como avesso nefasto de tudo o que teria “dado certo” nesses outros locais. Nessas narrativas é restrito o espaço para evidenciar as formas através das quais a pobreza foi ali introduzida como pressuposto da edificação da modernidade metropolitana europeia. A pobreza, a violência, as doenças e outras tragédias eram (e são) apresentadas como conteúdo “inerente ao território” e suas gentes, silenciando o fato de serem também expressões apuradas da modernidade e seus efeitos.

Territórios e gentes racializados justificariam práticas exploratórias, tutoriais e autoritárias adotadas para a região e as populações haitianas desde então. As muitas intervenções por parte dos EUA¹³ sobre o Haiti são narradas, menosprezando, ou mesmo escondendo, que estas foram feitas para mantê-lo sob o controle dos vizinhos “bem-sucedidos” que, vez por outra, haviam de retornar e intervir novamente nos assuntos políticos e econômicos do estado haitiano, devido às insistentes exigências da população local em participar das decisões políticas e econômicas que dizem respeito às dinâmicas de suas vidas e à de seu país. Mero disfarce para a extensão territorial norte-americana que lançava seus tentáculos sobre o Caribe.

Com os terremotos que atingiram o Haiti em 12 de janeiro de 2010, a capital Porto Príncipe e diversas outras regiões (principalmente urbanas) foram devastadas. Entre 220 mil e 300 mil pessoas¹⁴ perderam a vida por conta dos desabamentos e suas consequências. No decorrer de 2010 um enorme contingente de pessoas foi encaminhado aos acampamentos de ajuda humanitária¹⁵ organizados por diversas nações e instituições internacionais (religiosas e leigas); outros fugiram das regiões mais atingidas e/ou buscaram emigrar.

Fotografias, depoimentos e outras imagens das referidas tragédias percorreram o mundo. Breves históricos sobre o Haiti preencheram espaços de destaque nos veículos de imprensa internacional. Essas informações e imagens contribuíram na mobilização de auxílio aos atingidos pela catástrofe, no entanto, é necessário pontuar que o modo como os discursos foram organizados e difundidos, seguem o mesmo princípio que encadeia a história do Haiti em uma teia de repetidas

vírus da Imunodeficiência Humana (AIDS), notadamente no auge do processo migratório entre Haiti e Brasil ocorrido entre 2010 e 2014.

¹³ Os EUA promoveram uma intervenção no Haiti e o país viveu sob a tutela estadunidense entre os anos de 1915 a 1934. Entre 1957 e 1986, os EUA apoiaram os governos da família Duvalier (Papa e Baby Doc), que impuseram uma violenta ditadura apoiada por grupos paramilitares (Tontons Macoutes) responsáveis por práticas de terror, diversos assassinatos e desaparecimentos a serviço daqueles governantes.

¹⁴ Esses números variam muito. Mesmo as fontes oficiais de informação do país apresentam disparidades quanto ao real número de vítimas do tremor. As variações oscilam entre 200 e 300 mil mortos.

¹⁵ Mais de dez anos após os terremotos, esses acampamentos ainda servem de moradia a milhares de pessoas no Haiti.

tragédias (sociais, políticas, naturais ou econômicas), cujo ato inaugural seria a rebelião escrava de fins do século XVIII. Essas representações contribuem para o reforço de um olhar racializante para o país e seus habitantes. Dito de outro modo:

As vitórias de São Domingos sobre as três maiores potências econômicas e militares do final do século XVIII e início do XIX, configuravam-se em exemplo que poderia ser seguido pelos escravos (territórios e pessoas) do planeta, e, por causa disso, “tinha de ser” silenciado. O novo país “deveria ser” condenado à miséria, e, desse modo, servir de modelo negativo aos escravos (territórios e pessoas) do mundo. (Santos, 2014, p. 86).

O exemplo da primeira revolução negra bem-sucedida das Américas, levada a cabo por generais negros¹⁶ inspirados por cânticos voduns e línguas crioulas, que radicalizaram¹⁷ ideais iluministas; as fragorosas derrotas impostas à França, Espanha e Inglaterra fermentaram embargos, taxações e outras sabotagens impostas ao novo país. Some-se a isso governos exercidos por líderes autoritários e teremos os elementos preferenciais para narrar a história haitiana a partir do olhar das ex-metrópoles. Ao mesmo tempo, o Haiti libertário, revolucionário, renasce nas práticas cotidianas de mulheres e homens que teimam em sobreviver, migrar, falar, sorrir e exigir dignidade ao longo do tempo. Essa insistente produção de expressões da luta pela vida e liberdade sem tutela, no entanto, continua sendo apresentada nas narrativas racializantes como episódio fundador de todas as catástrofes que se acometeram sobre o Haiti e suas gentes.

Como nos lembra Gates Júnior, “a Europa e os Estados Unidos acharam outros meios de manter o Haiti na base da cadeia alimentar global. Insistiram em não reconhecer sua autonomia. Achincalharam o povo haitiano” (Gates Júnior, 2014, p. 244). O “espectro” haitiano que atormentou o imaginário das sociedades escravagistas americanas foi incorporado pelo racismo resiliente e ressignificado com o fim oficial da escravidão negra nas Américas. Não obstante, as práticas de liberdade que interagem, questionam, dialogam e tencionam a lógica moderna de um tempo linear e progressivo, continuam sendo produzidas e reinterpretadas por corpos e fazeres de haitianos(as), seja no Haiti ou na diáspora. No movimento diaspórico, mulheres e homens manifestam-se no palimpsesto que une tempos, crenças e espaços para reorganizá-los, produzindo algo completamente novo,

¹⁶ É importante salientar que durante os diversos episódios que culminaram com a independência haitiana nem sempre houve concordância e coerência nas ações dos insurretos. Muito pelo contrário, existiram momentos nos quais grupos negros se enfrentavam em armas defendendo os mais variados interesses e posições. A esse respeito, ver o Fick, *Camponeses e Soldados Negros na Revolução de Saint-Domingue*, 1990.

¹⁷ Stuart Hall comenta, a partir da leitura dos textos de Mary Pratt, que os grupos marginalizados e subordinados selecionam, e inventam com base nos materiais transmitidos pela cultura metropolitana, numa relação dialógica em que se transformam colonizadores e colonizados. A esse respeito, ver Hall, *Da diáspora*, 2003, p. 31.

questionador e, ainda assim, fruto da inserção em uma forçosa ordem que teima em (tentar) apagá-los da história.

Para melhor compreensão de como algumas dessas formas criativas de luta pela liberdade e sobrevivência foram e são arregimentadas, compostas e recriadas em contextos migratórios haitianos, é importante evidenciar os processos que marcaram a colonização europeia e as consequentes elaborações discursivas operadas sobre o Haiti e suas gentes, para, somente depois, refletirmos sobre outros modos construídos por haitianos(as) em diásporas para se referirem de si próprios(as) e a suas táticas de liberdade.

As narrativas identitárias edificadas no âmbito da racialização da colônia antilhana são importantes elementos a partir dos quais discutimos significados de territorialidades e dos vínculos entre territórios e discursos racializados, apontando caminhos para a superação de preconceitos e a elaboração de modos diferenciados de identificação, rompendo com essencialismos que referendam práticas exploratórias sob os auspícios dos Estados-Nação.

A presença e posterior colonização europeia da ilha denominada *Hispaniola* a partir 1492, marca também o início de um acelerado processo que visava a eliminação física, linguística e epistêmica dos povos *arawaks* e *tainos* que habitavam a ilha há milhares de anos (Chaves Júnior, 2008). Esses povos haviam domesticado animais e plantas; formulado um conjunto de saberes para dar sentido e interagir com seus mundos. Mundos que estariam seriamente ameaçados pela introdução do trabalho compulsório, assassinatos e doenças trazidas e difundidas junto com a fé cristã, em meio às práticas de conquista europeias.

Nas palavras de C. L. R. James que escreveu sobre o Haiti na década de 1930, o que ocorreu foi que

Os espanhóis, o povo mais adiantado da Europa daqueles dias, anexaram a ilha à qual deram o nome de Hispaniola e tomaram os seus primitivos habitantes sob sua proteção. Introduziram o cristianismo, o trabalho forçado nas minas, o assassinato, o estupro, os cães de guarda, doenças desconhecidas e a fome forjada (pela destruição dos cultivos para matar os rebeldes de fome). Esses e outros atributos das civilizações desenvolvidas reduziram a população nativa de estimadamente meio milhão, ou talvez um milhão, para sessenta mil em quinze anos. (James, 2000. p. 19).

Podemos destacar dois elementos da estarecedora análise feita pelo autor que, de certo modo, estão presentes na atualidade das concepções formuladas a respeito do Haiti e dos haitianos, a saber: a) introdução da fome, de doenças e da escravidão como elementos fundantes da constituição das Américas e da própria modernidade europeia e b) o extermínio de povos e culturas nativas que

subjazem às margens dos territórios coloniais, resistindo e influenciando a organização de espaços, línguas e religiosidades como ocorre, por exemplo, com as toponímias indígenas, com as línguas crioulas, as religiosidades e encantarias compósitas espalhadas pelas Américas.

O próprio nome do Haiti deriva de uma dessas toponímias indígenas (Haiti Quisqueya) e significa terra alta ou montanhosa (Chaves Júnior, 2008), denominação que sobreviveu aos processos coloniais e às insistentes renomeações (*Hispaniola, Saint-Domingue, La Perle de Antilles*) atribuídas por espanhóis e franceses no processo colonial. O termo Haiti emergiu recuperado pelas práticas linguísticas construídas no contato forçado entre povos e culturas escravizadas, dominadas e resilientes que conformaram as realidades coloniais. O Haiti ascende como semióforo¹⁸ no bojo das lutas pela abolição da escravidão e independência nacional haitiana, fixando-se como nome da nova república instalada nas Antilhas.

A luta em torno da palavra simboliza a luta pela sobrevivência¹⁹, pois a palavra sem seus enunciadores não sobreviveria e é em torno dela que os múltiplos rebelados se articularam. A adoção do termo Haiti como nomenclatura do recém-formado país em 1804, denota a ocorrência de múltiplos territórios, tempos concorrentes e sobrepostos, cuja simbologia pode ser apagada ou retomada como instrumento de resistência mediada pelas relações de poder, inscritas nas práticas sociais e/ou sistemas políticos.

Como analisam Rogério Haesbaert e Ester Limonad,

o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza)” (Haesbaert; Limonad, 2007, p. 42).

Os territórios pensados como construções históricas evidenciam dimensões subjetivas (denominação e apropriação) e objetivas (denominação, dominação e exploração) e podem materializar-se na sobreposição, na concorrência e na imposição de práticas sobre o uso da terra e/ou exploração de florestas; conformação das línguas e/ou religiosidades, por exemplo.

No caso haitiano, a multiplicidade dessas relações territoriais manifesta-se no que concerne ao creóle, uma das línguas oficiais do Haiti, e ao Vodou, ambos frutos das crioulações culturais presentes

¹⁸ Semióforo pode ser um símbolo ou uma orientação a seguir. Conjunto de simbologias organizadas para criar imagens organizadoras de práticas sociais e políticas como a crença nos ideais de nação, nacionalidade e outras identidades coletivas. A esse respeito, ver Chauí, *Brasil*, 2001.

¹⁹ Trata-se de uma luta cultural, pois, como demonstrou Stuart Hall, a história imperial continua, mesmo nos pós-independência, sendo vivamente reapropriada como parte dos processos de resistência e/ou sobrevivência. A esse respeito, ver Hall, *Da diáspora*, 2003, p. 34.

nas zonas de contato (Pratt, 1999) indígena/europeia/africana/colonial/caribenha. Nessas Zonas de contato, diversas manifestações culturais acabaram coexistindo (nem sempre pacificamente) em territórios espaciais, subjetivos e simbólicos que se estendem ou se retraem em função das relações de poder. Línguas, práticas e religiosidades fundem-se, rechaçam-se, recombina-se para compor algo novo, como é o caso do vodu haitiano. Expressão cultural múltipla que, em seus fazeres, cânticos e ritos, remontam pelo rastro-resíduo (Glissant, 2005) cultos africanos, religião cristã católica e práticas religiosas indígenas crioulizadas para suprir, mesclar e transformar elementos culturais que foram, a partir dos próprios processos de dominação colonial, produzidos e postos em contato.

Nas palavras da antropóloga Rachel Beauvoir:

Havia todos aqueles escravos, provenientes de tantas áreas diferentes do continente africano. O Haiti era, por assim dizer, um microcosmo da África. E o cimento foi o vodu, que dava sentido a tudo e a todos. E havia também o créole, que se tornou a língua nacional. Ou seja, eles tinham uma língua e uma religião. Isso deu aos escravos a unidade que era necessária para criarem a mais poderosa revolução de escravos no Novo Mundo. (Gates Júnior, 2014, p. 229-30).

Narrativas, santos e liturgias católicas foram incorporadas e reinventadas nos deslocamentos provocados pela escravidão. Crenças indígenas remanescentes do processo de conquista, da desarticulação territorial e eliminação física de milhares de sujeitos que as produziram, foram aproximadas de assertivas propaladas nos diversos cultos africanos, amalgamados nos trânsitos forçados pelo comércio humano que cortava os mares e uniam continentes hierarquizados pela lógica civilizacional, ancorada no paradoxo dos “tumbeiros”²⁰.

Os tumbeiros, como o próprio nome indica, eram lugar de morte pela fome, adoecimentos, assassinatos, mas também funcionavam como caleidoscópico palco de misturas culturais. Nos termos de Paul Gilroy:

Os navios imediatamente concentram a atenção na Middle Passage [passagem do meio], nos vários projetos de retorno redentor para uma terra natal africana, na circulação de ideias e ativistas, bem como no movimento de artefatos e políticos chaves: panfletos, livros, registros fotográficos e coros”. (Gilroy, 2001, p. 38).

Metáforas inscritas no mundo dos intercâmbios coloniais, os navios serviam como túmulo e transporte; reprodução e questionamento de estruturas de poder; meio de comunicação e distanciamento. Os navios eram entrepostos móveis entre a racialização e as práticas de liberdade de culturas flutuantes no e pelo meio atlântico.

²⁰ Nome dado aos navios negreiros que transportavam e comercializavam produtos e pessoas em relações mercantis entre Áfricas, Europas e Américas.

Essas trocas culturais produzidas no seio de navios negreiros, engenhos, vilas, cidades e mares possibilitaram processos de escravização e também a elaboração de expressões singulares de resistência, cujas bases vinculavam-se a outras formas de pensar o corpo e suas relações com divindades, com a natureza e seus seres. O vodu em *Saint-Domingue* emerge dessa multiplicidade de práticas, crenças, modos de (re)existir e (re)construir sociabilidades em meio às violências que sustentam o mundo moderno ocidental. Na colônia francesa, o vodu em suas inúmeras variantes, serviria como elemento agregador e conflitante entre grupos socialmente distintos conforme destacou Rachel Beauvoir na referida citação.

Concepções amalgamadas no vodu no que concerne à honra, respeito aos espíritos, aos deuses, à família, à terra, animais, à sociedade e ao próprio sujeito tornaram-se importantes elementos nas práticas de resistência e nas lutas pela emancipação em relação aos senhores locais da ex-colônia e, mais tarde, em relação à França²¹. Alguns desses elementos que fundamentaram táticas de resistência haitianas naqueles contextos ainda estão presentes em falas, gestos e outros fazeres adotados/produzidos por mulheres e homens em meio a diásporas contemporâneas em espaços haitianos/brasileiros/caribenhos/andinos/amazônicos, mesmo entre os que não se declaram voduístas e/ou filiaram-se a outras expressões religiosas de matriz cristã.

É importante salientar que nas explicações apresentadas acima, elencamos apenas algumas características gerais relacionadas ao vodu praticado no Haiti, sem, no entanto, termos a pretensão de esgotar suas formas de apresentação e variantes. O vodu é plural como expressão religiosa preñe de significados móveis que nascem do encontro, do contato, da imposição e da violência que incorpora, traduz e ressignifica palavras, gestos e movimentos em espaços onde não se pode separar divindades, corpos humanos, natureza e cultura. As práticas vodu são manifestações de religiosidades vivas e, como tal, são constantemente reinventadas.

A potência aglutinadora de forças sociais grafadas nas sociabilidades, afetos e medos concernentes ao vodu fez com que seus ritos, linguagem e gestos fossem arregimentados tanto em nome das práticas de liberdade quanto das estratégias de controle político em vários momentos da história haitiana. Estas relações cambiantes entre indivíduos, coletividades e estratos do poder estatal não devem ser menosprezadas no movimento de criação e recriação das referidas manifestações

²¹ Os casos de François Makandal e de Dutty Boukman, sacerdotes vodus que lideraram revoltas de escravos no século XVIII, são emblemáticos na reflexão sobre as relações entre o imaginário religioso, as trocas culturais e os processos revolucionários haitianos. A esse respeito ver Hurbon, *O Deus da Resistência Negra*, 1987.

religiosas. Atualmente, a constante presença católica no Haiti e a crescente inserção de igrejas cristãs de outras denominações têm modificado o quadro exposto, agregando novas tensões e elementos tanto no sentido da recriação das manifestações vodu, quanto das representações sociais elaboradas sobre essas manifestações.

Distante de pretendermos dar conta de tão complexas expressões culturais, nossa intenção é de pensar, entre outras questões, como as histórias, palavras, gestos e ritualística vodu incidiram e incidem nas decisões e posicionamentos assumidos por haitianos(as) em diferentes contextos e, em alguns casos, em paradoxais enunciações elaboradas pelos sujeitos na diáspora que incorporam/negam seus princípios, dialogando com as exigências do mundo da vida e da luta pela sobrevivência.

Acompanhando as análises de Stuart Hall (2003), identificamos nessas escolhas e contradições as marcas políticas das adaptabilidades identitárias relacionadas às possibilidades de ser ou não reconhecidos(as) como membros(as) de determinadas comunidades associativas. Para o autor, “as escolhas identitárias são mais políticas que antropológicas, mais ‘associativas’, menos designadas” (Hall, 2003, p. 63). Esse sujeito sociológico que “é” na relação consigo e com os outros, move seus modos de identificação, medindo os aspectos situacionais na relação com seus interlocutores. No que diz respeito ao eixo de nossa discussão, identificar-se ou não enquanto praticante do vodu está relacionado a essas adaptabilidades identitárias e/ou às implicações dessa associação em diferentes contextos.

Desse modo, a importância do vodu nas narrativas identitárias haitianas pode ser mascarada em razão dos processos históricos em que as referidas manifestações, com suas potencialidades interculturais de tencionar, reproduzir, questionar e expor as relações de poder, foram sistematicamente narradas como expressões do demoníaco; do mal a ser proibido e perseguido, tanto no período colonial quanto no pós-independência, até os nossos dias. Nas palavras de Gates Júnior,

Todos já tivemos contato com a versão de Hollywood da religião comumente chamada de vodu: zumbis, bonecos espetados com alfinetes, negros com ossos fincados no nariz criando tumulto durante transes assustadores, rituais que culminam com a morte de um porco negro aos berros. Já foi chamado de culto do diabo, mais recentemente pelo reverendo Pat Robertson, que atribuiu o sofrimento passado e presente do Haiti a um suposto pacto com o demônio, presumivelmente feito pelos escravos rebelados (afinal, pensou Robertson, de que outra forma os escravos poderiam ter derrotado os franceses?). A religião foi também chamada de magia negra. Repetidamente, pessoas que nada sabem a respeito dessa religião africana no Novo Mundo reduzem-na a uma caricatura racista. (Gates Júnior, 2014, p. 223).

Muitos de nós possivelmente já tivemos contato com essas visões estereotipadas, mas quantos de nós observamos essas religiosidades enquanto práticas de sociabilidade em contínuo processo de transformação, em meio à elaboração de táticas sociais de sobrevivência? Mesmo em circuitos acadêmicos não é simples refletir sobre a concorrência, a tensão e o diálogo cotidiano presente nas práticas de cristãos/vuduístas em contextos diaspóricos na atualidade. A difusão de visões estereotipadas sobre as múltiplas religiosidades amalgamadas no vodu, turva a percepção das divisões e rearranjos internos vivenciados por praticantes de diferentes concepções de vodu, bem como as rivalidades e negociações simbólicas que ocorrem na criouliização negro/branco/indígena no contexto colonial haitiano e nesta segunda década do século XXI.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São emblemáticas as tentativas de silenciar práticas religiosas organizadas por culturas milenares antes das colonizações²² modernas como forma de relação entre sujeitos e sociedades com espíritos, animais, águas, terras e plantas. No bojo da conquista, esses saberes foram combatidos e eliminados junto com pessoas e línguas, mas eles também penetraram falares e agires rastejando pelas fendas abertas pelo choque entres os mundos europeus/africanos/americanos, que se constituíam na violência colonizadora.

Os saberes, gestos, línguas soterrados pela dominação colonial que também se impõe pela distribuição desigual do direito à palavra e a memória, como indicam Michel-Rolph Trouillot (2016) e Eni Pussineli Orlandi (2007), se recompõem e se reorganizam no rastro-resíduo (Glissant, 2005) de culturas fraturadas e aparentemente dispersas para, de tempos em tempos, questionar silenciamentos, como foi o caso das relações entre o vodu e os processos revolucionários haitianos no século XVIII, ou do que ocorre nos trânsitos migratórios haitianos pelos Brasis na atualidade.

Na esteira da conquista que, em nossa percepção, é uma ação continuada, o vodu se torna também argumento instrumentalizado por grupos e instituições como estratégia de dominação. Daí a prática do apagamento histórico do legado haitiano e a simultânea luta pela retomada da palavra, como interpelação ao tempo presente e seus agentes quanto aos seus papéis na perpetuação do racismo, da desigualdade e da opressão no tempo atual.

²² O que ocorre(u) com as religiões indígenas e de matriz africana no Brasil é exemplo das tensões e preconceitos legados dos processos de colonização. A este respeito, ver Bosi, *Dialética da Colonização*, 1992.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHAVES JÚNIOR, Elizeu de Oliveira. **Um olhar sobre o Haiti: refúgio e migração da parte da história.** Brasília: LGE Editora, 2008.

GATES JÚNIOR, Henry Louis. **Os negros na América latina.** Tradução de Donaldson Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e dupla Consciência.** Tradução de Patrícia Farias. São Paulo: Editora 34, 2001.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HAESBAERT, Rogério da Costa; LIMONAD, Ester. Territórios em tempos de globalização. In: Etc, espaço, tempo e crítica: revista eletrônica de ciências sociais aplicadas e outras coisas. n. 2, v. 1. 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Tradução de Adelaine La Guardia Resende [et al], Belo Horizonte, MG/Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções (1789-1848).** Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Pimentel. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HURBON, Laënnec. **O deus da resistência negra: o vodu haitiano.** Tradução de Valdecy Tenório. São Paulo: Paulinas, 1987.

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos.** Tradução de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ORLANDI, Eni Puccineli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação.** Trad. Jézio Gutierrez. Bauru: EDUSC, 1999.

PROTZEL, Javier. **Comunicación intercultural**: confrontando concepciones y problemas. In: Correspondências e análises, n. 5, 2015.

SANTOS, Armstrong da Silva. **Haitianos na Amazônia Sul-Ocidental**: identidades e narrativas em trânsito. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade)- Universidade Federal do Acre, Rio Branco: PPGLI/UFAC, 2014.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

Data de submissão: 04/08/2023

Data de aprovação: 03/10/2023

DONA ZITA: AMAZÔNIDA QUE “PUXA” E CURA DORES E MALES DO CORPO

Enos Botelho Sarmiento¹

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de refletir a respeito dos saberes de cura por puxação exercidos por uma amazônida residente na comunidade ribeirinha Jacarequara, localizada na zona rural do município de Barcarena – PA. Conhecida carinhosamente por todos de sua comunidade como Dona Zita, ou Tia Zita, esta amazônida exerce um importante ofício em seu espaço de convivência: os saberes de cura por puxação, algo que segundo ela, já nasceu com as práticas de cura. Entre os saberes mais relevantes exercidos por Dona Zita destacam-se sua capacidade de puxar rasgaduras (luxações do corpo) e desmentiduras (deslocação de osso) decorrentes de diferentes causas. Os saberes exercidos por Dona Zita nos possibilitaram refletir nesse artigo sobre a importância dessas práticas em comunidades amazônidas onde o acesso aos postos de saúde torna-se escasso em caso de emergência. Para a construção desse artigo, foi necessário estabelecer diálogos no campo da Antropologia Social fundamentado em trabalho dos autores Natália Costa (2017) e Florêncio Vaz Filho (2016). Na relação do percurso da metodologia utilizada no artigo, nos pautamos nos instrumentos da História Oral, utilizando as perspectivas de Hampaté Bá (2010) e Queiroz (1988).

PALAVRAS-CHAVE: Dona Zita. Saberes de Cura. Amazônia.

DONA ZITA: “AMAZÔNIDA²” WHO “PULLS” AND HEALS BODY PAINS

ABSTRACT

This article aims to reflect on the knowledge of healing by “puxação” done by an Amazonian woman residing in the riverside community of Jacarequara, located in the rural area of the city of Barcarena – PA, Brazil. Affectionately known by everyone in her community as Dona Zita, or Tia Zita, this Amazon woman exercises an important role in her living space: the knowledge of healing by “puxação”, something that, according to her, was born with healing practices. Among the most relevant knowledge exercised by Dona Zita, it can be highlighted her ability to work with body and bone dislocations resulting from different causes. The knowledge exercised by Dona Zita allowed us to reflect in this article on the importance of these practices in Amazonia communities where access to medical services becomes scarce in case of emergency. To construct this article, it was necessary to establish dialogues in the field of Social Anthropology based on the works of authors Natália Costa (2017) and Florêncio Vaz Filho (2016). In the relation to the trajectory of the methodology used in the article, we were guided by Oral History instruments, using the perspectives of Hampaté Bá (2010) and Queiroz (1988).

KEYWORDS: Dona Zita. Knowledge of Healing. Amazon.

¹ Mestrando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: ennos.sarmiento@gmail.com

² “Amazônida” é um neologismo que se refere à pessoa que nasceu e vive na Amazônia. Não possui tradução para a Língua Inglesa.

1. INTRODUÇÃO

Em algumas regiões da Amazônia ocorre uma prática que ainda é exercida por muitas populações tradicionais para tratamento de diversas lesões musculares, torções e luxações: os saberes de cura através da puxação. De acordo com Vaz Filho (2016), os puxadores (puxadeiras) trabalham nas regiões lesionadas do corpo em caso de torções, distensões musculares, problemas nas articulações, contusões, luxações e toda sorte de baques que resultam em alterações anormais no corpo — conhecidas como desmentaduras. Para o autor, os puxadores exercem uma função crucial em muitas comunidades já que colocam os ossos “no lugar” em pessoas que se machucaram, por exemplo, em uma queda durante o trabalho ou em um jogo de futebol. Além do mais, “os puxadores (puxadeiras) também atendem mulheres grávidas, ajeitando a criança” (Vaz Filho, 2016, p. 20)

Em nossa viagem até a Ilha Trambioca buscamos saber a respeito do domínio que Dona Zita faz das técnicas de tratamento e de manipulação das plantas medicinais no processo de cura daqueles que a procuram. As táticas de cura utilizadas por essa puxadora nos permitem fazer uma reflexão sobre a infinidade de saberes da qual dispõem os povos amazônidas, suas particularidades e diversidade no uso de remédios oriundos de plantas medicinais, assim como a importância que eles carregam na manutenção dos conhecimentos milenares herdados principalmente dos povos indígenas.

Os recursos da metodologia da História Oral foram essenciais no processo de construção deste artigo. Ao longo de quase dois meses, algumas viagens até a localidade nos permitiram conhecer e conversar com Dona Zita e alguns moradores da comunidade Jacarequara. Verena Alberti (2005), ao discorrer sobre a História Oral como fonte de pesquisa, afirma que apesar de dispendiosa (pois trabalhar com ela requer tempo e recursos financeiros), uma das suas principais riquezas está no fato de que esse campo permite “o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram as experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (Alberti, 2005, p. 155)

Corroborando as reflexões da historiadora, entendemos que os relatos orais se constituem como ferramenta de pesquisa de muito valor. Hampâté Bâ (2010) questiona de maneira positiva a relevância da oralidade para a historiografia: “Não faz a oralidade nascer a escrita, tanto no decorrer dos séculos como no próprio indivíduo? Os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo foram o cérebro dos homens” (Hampâté Bâ, 2010, p. 168). Maria Isaura de Queiroz (1988) afirma que, através dos séculos, o relato oral constituiu sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber, o que equivale a dizer também que fora a maior fonte de dados para as ciências em geral. (Queiroz, 1988).

As informações coletadas nos relatos orais me ajudaram na compreensão dos saberes de cura de puxação exercidos por Dona Zita e como a comunidade a observava. Além do mais, o diálogo construído com essa mestre de cura foi essencial nas reflexões dos métodos, nas formas de manipulação e no tratamento das plantas e folhas usadas no ato de cura de seus pacientes.

É crucial que, ao refletirmos sobre os saberes de cura por puxação em diferentes regiões da Amazônia, pensarmos em duas perspectivas presentes nessa arte de cura: social e científica. Há de se pontuar que as atuações dos mestres de cura nas comunidades tradicionais e indígenas transcendem o caminho da emergência e dos cuidados “caseiros”, pois esses indivíduos exercem esses saberes pelo bem de suas comunidades e não por finalidade remuneratória.

Estão focados única e exclusivamente na pessoa, no ser humano. “O grande desafio para a medicina na Amazônia e no mundo é tratar pacientes como indivíduos únicos, portadores de suas histórias, de seus laços familiares e seus temores” (Jennings, 2016, p. 63). É por gratidão que ao final do exercício, o beneficiado deixe um “agrado” ao puxador que não vende sua arte, mas a compartilha com os membros de sua comunidade, com todos que eventualmente necessitar.

Percebe-se, portanto, a socialização do saber, da arte e do dom de curar. Estes saberes que não são compartilhados com todos (pois apenas o que detém o “dom” possuem competência para curar as dores do corpo) são amparados por uma gama de conhecimentos que envolvem principalmente o uso de plantas medicinais. A manipulação dessas plantas não é utilizada de maneira aleatória, sendo necessário que o puxador de ofício domine o uso correto dos medicamentos.

Na comunidade Jacarequara, Dona Zita domina as técnicas corretas de uso e manipulação das plantas em sua comunidade. É sabido que existe uma diversidade de plantas usadas por puxadores no tratamento de rasgaduras e desmentiduras, e Dona Zita usa como recurso principal o leite extraído da árvore conhecida como fruta-pão³. Trata-se de uma técnica na qual se sangra a árvore com um objeto cortante (geralmente facão) para que o leite armazenado na árvore jorre e seja recolhido em uma vasilha de uso doméstico (tigela).

O leite da árvore de fruta-pão é essencial no tratamento utilizado por Dona Zita em seus pacientes, pois eles possuem poder de cura quando aplicados em luxações e torções. Este líquido tem poder cicatrizante e aderente que, em contato com a região doente, promove um positivo processo de

³ A **fruta-pão**, também conhecida como jaca-de-pobre, é uma fruta de origem asiática que pode ser consumida cozida, frita, refogada, assada ou *in natura*.

cura. Nesse sentido, percebe-se o conhecimento empírico demonstrado por essa amazônida que usa a ciência e seus conhecimentos medicinais em prol de sua comunidade.

Herança indígena, os saberes de puxação são na realidade um conjunto de artes de cura que envolvem principalmente habilidades e técnicas terapêuticas aplicadas em diferentes partes do corpo humano deslocadas ou lesionadas. Conhecida em diferentes regiões da Amazônia e muito difundida em comunidades tradicionais (ribeirinhos) e indígenas, esses saberes reúnem diferentes formas de tratamento de cura em regiões onde o trabalho envolve árduas tarefas como carregar pesos, escalar árvores, entre outros.

É importante pensarmos que a Amazônia carrega em seu bojo cultural uma infinidade de práticas e saberes próprios de cada lugar, e isso faz com que essa grandeza de conhecimentos sobre a Amazônia e seus povos torne-se quase infinita, uma vez que não são de todo conhecidos ou estudados.

Segundo Silas Guerriero (2009), a cultura é a chave no processo de diferenciação das particularidades comportamentais entre as populações, pois estas são constituídas pela prática de simbolizar os costumes através de suas vivências, que levam em consideração aspectos como símbolos, o cotidiano da paisagem, dos movimentos da natureza (Guerriero, 2009). Tendo em vista a diversidade da Amazônia no seu aspecto populacional, é possível inferir a presença de um ambiente multicultural que leva em conta fatores diversos envolvendo a natureza, a fé e as crenças.

Morin (2014) afirma que somos seres culturais, psicológicos, biológicos e físicos. Imersos nesses quatro aspectos, contrapõe-se as disjunções ou as especializações no que concerne às ciências humanas e sociais abrindo caminhos de possibilidades para as reflexões no campo diverso cultural humano. Refletir as crenças, as tradições a fé e os conhecimentos que constituem esse aparato cultural diverso na Amazônia, é fundamental na compreensão deste universo multicultural ainda em andamento nos estudos e nas pesquisas. “Se habitamos na Amazônia, somos alinhavados em nossas cosmologias pelos conhecimentos do mundo indígena em profundas interconexões” (Sarraf-Pacheco, 2012, p. 199).

2. OS SABERES DE CURA DE DONA ZITA

Nosso diálogo envolve esses saberes praticados por uma mestre de cura tida como referência em seu espaço de atuação: Raimunda Trindade, conhecida por todos como Dona Zita, remanescente de quilombolas e uma prestigiada puxadora que reside na Ilha Trambioca, na comunidade Jacarequara,

zona rural do município de Barcarena, no Pará. No mapa abaixo, é possível visualizarmos a localização exata da ilha, onde está localizada a comunidade Jacarequara, residência de Dona Zita.

Figura 1 – Ilha Trambioca



Fonte: Google Maps, 2021

Na figura acima é possível ver o território da Ilha de Trambioca, que faz parte do município de Barcarena-PA. O detalhe em branco é onde está localizada a comunidade Jacarequara, residência de Dona Zita e onde ela exerce seus saberes de cura. Residem na comunidade Jacarequara cerca de duzentos moradores que exercem principalmente as atividades de pesca artesanal, de coleta de açaí e do cultivo de pequenos roçados.

No que tange pensar sobre os saberes de cura por puxação exercidos por Dona Zita na comunidade Jacarequara, estes se destacam por terem características próprios desta puxadora, formas de uso das plantas e espécies, assim como o movimento específico das mãos e exercícios de tratamento transmitidos de gerações anteriores para aqueles que se dedicam ao aprendizado e exercício destes saberes.

Ao pensarmos essa prática de cura exercida por Dona Zita, percebemos a importância que estes amazônidas têm sobre o corpo humano e a confiança que lhes são dados, pois em muitos casos de acidentes provocados por quedas, luxações que acontecem em jogos de futebol, rasgaduras por carregamento de peso, geralmente a preferência é pelos saberes de cura, e não por um hospital. Percebe-se que os moradores da comunidade preferem se cuidar com Dona Zita do que ir até um posto de saúde. Importante destacar que o termo rasgadura neste caso substitui a palavra lesão: cada músculo lesionado seja ele das costas, do braço, ou qualquer outro, é uma rasgadura; uma única pessoa pode sofrer várias rasgaduras de uma só vez.

Abramovay (2020), ao refletir sobre os saberes ancestrais desenvolvidos pelos povos amazônidas, considera que esses conhecimentos representam valores fundamentais não só do ponto do ponto de vista prático, tecnológico e instrumental, mas também na maneira como são vividas e elaboradas as relações entre sociedades humanas e natureza.

A linguista Nathalia Costa, desenvolveu em sua pesquisa de tese de doutoramento um estudo sobre a análise de etnotermos presentes no sistema de cura e cuidados do povo Mundurukú. No processo desenvolvimento da pesquisa, a autora valeu-se de narrativas de pajés, parteiras e puxadores da etnia indígena. Nathalia Costa (2017) conclui que:

Além de nascerem com uma predisposição para exercer aquela função, é preciso aprender, com especialistas mais experientes, a dominar o conhecimento sobre fito e zooterápicos, as técnicas específicas para exercer sua função e, naturalmente, aprender com o outro pajé, puxador ou parteira a atender aos requisitos práticos de sua especialidade, além de conhecimentos cosmológicos e rituais inerentes a um especialista Mundurukú em sua especialidade. Todo esse conhecimento é transmitido oralmente, de especialista para especialista, de geração em geração. (Costa, 2017, p. 21).

Sustentada pelas narrativas dos interlocutores, a autora pontua que os saberes dos puxadores não se dão de maneira aleatória. É necessária uma ritualística que envolve antes de tudo o critério de eleição do indivíduo a qual os conhecimentos serão repassados (predisposição). Tais conhecimentos são transmitidos principalmente por intermédio da oralidade.

Conversar com Dona Zita não foi uma tarefa simples, pois uma característica bastante comum, presente em muitas comunidades de zona rural, é a vergonha e a restrição em receber estranhos em casa. Por indicação de alguns moradores locais, cheguei pela manhã na residência de Dona Zita quando de longe a avistei em uma barraca que fica atrás de sua casa. Para minha surpresa, ela me recebeu muito gentilmente dizendo que no momento não estava puxando porque esteve recentemente doente. Dona Zita pensou que eu fui até lá para “me puxar” de alguma rasgadura (puxar, na linguagem de Dona Zita, é o efeito de massagear até encontrar o exato local lesionado). No diálogo, falei que estava ali com o objetivo de conhecer um pouco de seus saberes de cura de puxação, e ela de bom grado aceitou compartilhar comigo.

No primeiro momento da conversa, interrogo Dona Zita que inicia sua fala relatando sobre o processo de iniciação na cura por puxação:

Eu puxo desde novinha sabe meu filho, desde muito cedo eu tinha a mão boa pra puxar, aí a mamãe foi vendo que eu tinha o dom sabe. A pessoa que tem o dom ela consegue puxar e achar a rasgadura sabe, é ela acha, aí com a puxação a gente consegue juntar a carne que tá rasgada sabe, aí puxa, puxa com bem azeite de andiroba, e tem que ser azeite verdadeiro não pode ser azeite misturado. Não pode deixar vento na rasgadura também, você tem que tirar tudo o vento, porque o vento faz doer a rasgadura sabe, é. Depois que puxa a gente emplasta, é. Eu gosto de emplastar com o emplasto de sabiá misturado com o leite de fruta-pão meu filho. Cura muito rápido. E tem que resguardar pra não passar mal meu filho, porque se não nunca a pessoa fica boa sabe. A pessoa se rasga porque carrega muito peso sabe, ou até mesmo quando a gente dá um rejeito sabe, é. Eu já puxei muita gente que vem aqui meu filho os meninos que tão com rasgadura, peito aberto, espinhela caída tudo vem aqui comigo é, pra mim puxar eles. Eu boto tudo eles bonzinho meu filho. Mas eu sempre digo pra eles, olha tem que resguardar, se não, não fica curado. (Trindade, 2021, informação verbal)⁴.

O diálogo prossegue, e Dona Zita fala dos saberes de puxação de desmentiduras:

Quando o osso dismente meu filho, ele sai do lugar sabe, e tem que saber colocar no lugar, o nosso osso meu filho é como a boneca sabe, você sabe aquelas bonequinhas de brinquedo? Pois então! Não tem quando você tira a perna da boneca do lugar? Assim e o osso da gente meu filho, sai do lugar. Então tem que ter o jeito pra colocar no lugar pra junta da gente ir pro lugar. A gente tem que puxar com bem azeite de andiroba e ir puxando até ir pro lugar. (Trindade, 2021, informação verbal).

Ao conversamos com Dona Zita, percebemos que seus conhecimentos a respeito dos saberes de puxação são muito bem definidos e defendidos por ela, pois nota-se alguém com extrema experiência na arte de cura dos males do corpo e da carne causados por fatores diversos. Torna-se

⁴ Informação fornecida por Raimunda Trindade em 10/01/2021

evidente que em seus saberes há uma ligação muito forte com o mundo mítico, tendo a natureza como a mãe provedora de todas as matérias-primas necessárias para a cura: as folhas, os óleos massageadores, o leite que emana da árvore e que “cola o emplastro na rasgadura”, tudo é dominado por Dona Zita que os manipula muito bem.

O jeito correto para achar e puxar a rasgadura, o uso do azeite de andiroba para massagear e “fechar a carne”, o resguarde após a puxação para se concretizar o processo de cura, são indicativos muito claros que provam o valor dessa verdadeira artista na arte de cura, e o fato de que Dona Zita leva a sério esses saberes que ela carrega consigo desde jovem, o faz respeitada em seu espaço de atuação. Em uma rápida troca de palavras com alguns moradores locais, as falas são unânimes a respeito de Dona Zita. Em uma breve conversa, Raimundo Ribeiro, morador da localidade, relata a importância da puxadora na comunidade:

Ela é uma puxadora muito boa, uma médica pra nós aqui. Tem muita gente que vem aqui, até gente de fora que deixa de ir pra Barcarena pra vim aqui com ela, se cuidar de peito aberto ou rasgadura, ela sabe de muito remédio bom. (Ribeiro, 2020, informação verbal)⁵.

Conhecendo a comunidade, em dado momento encontro o morador Antoniel Souza, residente em uma comunidade vizinha. Antoniel aceitou conversar comigo. No seu depoimento, fala sobre a importância dos saberes de cura de Dona Zita:

Ela é uma excelente puxadora. Sabe de muito remédio e conhece quando a pessoa tá com algum osso fora do lugar. As vezes a gente gosta de jogar uma bolinha né. Já aconteceu da gente torcer o pé no campo, ou até mesmo no trabalho né. A gente aqui trabalha no pesado né. Na roça, na pesca e as vezes acontece da pessoa fazer esforço né, e acaba se rasgando (risos). (Souza 2021, informação verbal)⁶

Nota-se através dos relatos de Antoniel Souza e de Raimundo Ribeiro⁷, que os saberes de cura exercidos por Dona Zita promovem um ambiente interacionista entre os membros da comunidade e fora dela. Para Águida Demetrio (2017) as práticas ritualísticas promovem esse ambiente de relações. Conforme a autora, esses rituais de cura “possibilitam formas de sociabilidade e interação entre os membros do grupo social, ainda que em determinados espaços geográficos tornem-se cada vez menos comum” (Demetrio, 2017, p. 72.)

O trabalho de Águida Demetrio (2017) é uma comprovação dessa lógica interacionista. No entanto, foi possível notar em Jacarequara uma leve presença e influência do pentecostalismo, mas isso

⁵ Informação fornecida por Raimundo Ribeiro em 13/01/2021.

⁶ Informação fornecida por Antoniel Souza em 13/01/2021.

⁷ O relato dos interlocutores foi previamente autorizado para gravação e posterior publicação em revista científica.

não foi suficiente para embarçar as atividades de Dona Zita e seus saberes de cura nessa comunidade. Percebe-se que a lógica interacionista, da qual a autora comenta, rompe o ambiente de relações humanas, pois é na natureza que ela também encontra espaço, haja vista que os tratamentos feitos pelos puxadores estão definitivamente conectados com a natureza.

É importante mostrarmos que a ciência está aberta a novas possibilidades e que precisamos ter mais sensibilidade ao olhar para os outros conhecimentos, não hegemônicos, existentes ao nosso redor, na Amazônia (Castro; Cavalcante, 2019). O trabalho exercido pelas puxadoras são fundamentais e necessários, principalmente em uma região isolada com baixos investimentos em saúde pública. Essas mulheres são verdadeiras “agentes da saúde” em seus locais de atuação. É interessante notarmos o orgulho de Dona Zita pelo que ela faz, de como ela preza sua identidade amazônica, e é nítido que suas atividades sempre são pautadas nessa forte relação com a natureza, sempre buscando nesta a cura para os males do corpo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos este artigo com uma sensação de satisfação, de dever cumprido. Elegemos a isso o fato de tornar público saberes amazônicos que ainda permanecem invisíveis. Obviamente que citamos anteriormente alguns trabalhos já desenvolvidos sobre os saberes de puxação na Amazônia. Mas ao tornar conhecidos os saberes exercidos por Dona Zita, percebemos as particularidades e personalidades dos saberes de puxação existentes nas diferentes regiões da Amazônia.

Os saberes envolvendo as plantas medicinais, a manipulação e uso correto delas, além dos critérios para o repasse do ofício dos saberes de cura, mostram a Amazônia no seu aspecto de saberes e rituais múltiplos, e que não pode ser enxergada a partir de uma ótica singular.

Os saberes de cura de Dona Zita são extremamente importantes para a comunidade Jacarequara. O fato de a comunidade elegê-la como uma verdadeira “sacerdotisa da Amazônia” o faz respeitada em seu ambiente de convívio, trabalho e exercício de seu ofício dos saberes de cura.

As habilidades de manipular remédios caseiros de seu conhecimento, como os quais foram relatados em seu depoimento, mostram um profundo conhecimento demonstrado pelos povos amazônicos que além de amigos da natureza, utilizam dos recursos da floresta a seu favor.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Maior riqueza do Brasil não é só natureza, mas também povos da floresta. **Blog de Ricardo Abramovay**. 24 out. 2020. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/maior-riqueza-do-brasil-nao-e-so-natureza-mas-tambem-povos-da-floresta>. Acesso em: 22 mai. 2021.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 1 ed., p. 155-202. São Paulo: Contexto, 2005.
- CASTRO, Miriam de Araújo Mafra; CAVALCANTE, Rubia Maria Farias. Saberes de cura e práticas corporais. **Marupiará – Revista Científica do CESP/UEA**, n. 3, p. 153-170, abr. 2019. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/marupiará/article/view/1453>. Acesso em: 25 mai. 2021.
- COSTA, Nathalia Martins Peres. **Etnoterminologia na língua Mundurukú (Tupí): sistema de cura e cuidado na voz de pajés, parteiras e puxadores de desmentidoras**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- DEMETRIO, Águida Meneses Valadares. **Lazer e agricultura familiar: complementares ou antagonicos nos aspectos socioeconômicos no projeto de assentamento Tarumã Mirim?**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
- GUERRIERO, Silas. As origens dos antropos. In: GUERRIERO, Silas *et al* (Org.). **Antropos e Psique: O outro e sua subjetividade**. 9 ed. São Paulo: Olho D'Água, 2009.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África I: Metodologia e Pré-História da África**. 2 ed. Brasília: Unesco, 2010.
- JENNINGS, Erik. Mais pajés, menos médicos. **Revista Vox S/A**. Santarém, 13 ed., p. 62-63, mar. 2016.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2014.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice/Ed Revista dos Tribunais, 1988.
- RIBEIRO, Raimundo. Depoimento [Jan. 2021]. Entrevistador. Enos Botelho Sarmiento. Barcarena: Comunidade Jacarequara, 2021. Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre saberes de puxação.
- SARRAF-PACHECO, Agenor. Cosmologias afroindígenas na Amazônia Marajoara. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. v. 44, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10219>. Acesso em: 26 mai. 2023.

SOUZA, Antoniel. **Depoimento [Jan. 2021]**. Entrevistador. Enos Botelho Sarmiento. Barcarena: Comunidade Jacarequara, 2021. Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre saberes de puxação.

TRINDADE, Raimundo. **Depoimento [Jan. 2021]**. Entrevistador. Enos Botelho Sarmiento. Barcarena: Comunidade Jacarequara, 2021. Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre saberes de puxação.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **Pajés, benzedores, puxadores e parteiras**. 1 ed., v. 1. Santarém: Ufopa, 2016.

Data de submissão: 22/09/2022

Data de aprovação: 28/10/2023